



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
CAMPUS MANAUS/CENTRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
E TECNOLÓGICA - PROFEPT



**RENATA BRELAZ GONDIM E SILVA**

**BENEFÍCIO CRECHE: ANÁLISE DOS IMPACTOS NA FORMAÇÃO  
OMNILATERAL DOS DISCENTES NO CAMPUS EIRUNEPÉ-IFAM**

**MANAUS-AM  
2024**

**RENATA BRELAZ GONDIM E SILVA**

**BENEFÍCIO CRECHE: ANÁLISE DOS IMPACTOS NA FORMAÇÃO  
OMNILATERAL DOS DISCENTES NO CAMPUS EIRUNEPÉ-IFAM**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do IFAM, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa Dra Deuzilene Marques Salazar

Linha de Pesquisa: Organização e Memória de Espaços Pedagógicos na EPT

**MANAUS-AM  
2024**

**Biblioteca do IFAM – Campus Manaus Centro**

---

S586b Silva, Renata Brelaz Godim e.

Benefício creche: análise dos impactos na formação omnilateral dos discentes no campus Eirunepé -IFAM / Renata Brelaz Godim e Silva. – Manaus, 2024.

118 p. : il. color.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Centro, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Deuzilene Marques Salazar.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). 3. Benefício creche. I. Salazar, Deuzilene Marques. (Orient.) II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. III. Título.

CDD 378.013

## AGRADECIMENTOS

À Deus, todo poderoso, digno de toda glória e majestade, dono do meu ser, que me sustenta com seu amor e graça. Eu nada seria se não fosse a tua misericórdia em minha vida. Obrigada por segurar a minha mão, me proteger, sustentar, edificar, exortar e consolar. “Deem graças ao Senhor, porque ele é bom; o seu amor dura para sempre” (Salmos 107:1)

Entendendo que no árduo processo de construção e reconstrução desta dissertação ao longo dos vinte e quatro meses do mestrado, só foi possível também porque tive como orientadora uma pessoa de extrema inteligência, competência e elegância em suas palavras e ações, me ensinou a trilhar neste caminho, me fez acreditar que seria possível concluir com êxito este importante trabalho. À querida professora Dra. Deuzilene Marques Salazar, minha gratidão por toda vida. Você faz parte desta estação que me capacitou a conseguir o tão sonhado título de mestra em EPT.

Às professoras que fizeram parte da banca de qualificação e agora dissertação, Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano e Dra. Arminda Rachel Botelho Mourão, gratidão pelos olhares atentos a cada detalhe, assim como pelas valiosas contribuições. Sorte a minha em tê-las como membros da banca de avaliação. Por todo aporte neste processo de escrita.

Ao IFAM por todo apoio, em especial ao Campus Eirunepé, local da pesquisa, que me deu liberdade para desenvolver este trabalho. Meu carinho e respeito por toda a equipe, desde a Direção Geral, Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão, Coordenação de Assistência ao Educando, Coordenação de Registros Acadêmicos, aos colegas maravilhosos da limpeza, cozinheiras e seguranças. Desejo que todos um dia possam ter a oportunidade de trabalhar com uma equipe como a nossa “Família Ceiru”.

Às participantes desta pesquisa que foram maravilhosas. Mesmo com os desafios, foram incansáveis e sempre dispostas a colaborar. Esta pesquisa não teria o mesmo resultado se não houvesse a entrega, o comprometimento e a vontade de contribuir. Vocês são como as estrelas. Brilhem cada vez mais.

Agradeço, ao tempo que dedico este a produção deste trabalho à minha Léa Brasil Brelaz (*in memoriam*), que sempre me deu muito amor. Te amo pra sen., o seu lugar nunca será preenchido por ninguém.

Quero enaltecer ao amor da minha vida, Marcelo Macêdo, que sempre foi e é meu maior incentivador. Sempre com sua voz baixa e calma me fazendo enxergar qual era o meu objetivo. Ele que sempre foi meu ponto de equilíbrio, cuidava de tudo nos bastidores. Transbordo de gratidão por tudo que você representa pra mim.

Aos meus filhos que são tudo de mais importante que possuo, Marcelo Júnior e Benício. Sei que por vocês eu visto as armaduras mais pesadas e faço parecer como penas suaves e enfrento o que for preciso. Busco ser a melhor mãe do mundo para vocês, ofereço minha disposição, dedicação e meu amor incondicional. A verdade é que tudo é por e para vocês dois. Meus amores.

Quero agradecer ao meu pai Emílio Gondim pelas orações, apoio e amor depositado em mim. Deus lhe recompense por tanto zelo. Ao meu irmão Wesley que sempre foi meu exemplo de integridade, honestidade e trabalho. Ao meu irmão Esdras

por tomar café comigo todos os dias sem falhar e compartilharmos sobre todos os assuntos possíveis. Obrigada por sempre chegar com uma novidade, piadas e histórias que só ele é capaz de contar. Amo vocês.

Às minhas irmãs Raquel e Ana Tércia. Agradeço a Deus pela nossa união, por compartilharmos a vida, por ser o apoio uma da outra e principalmente não soltarmos as mãos independentemente da situação. Vocês representam a força, a delicadeza, a garra e vontade de ser o que um dia sonhamos enquanto crianças. Amo vocês duas.

À minha sogra Fátima e meu sogro Ademir. Eu não tenho palavras suficientes para enaltecer vocês. Tenho grande carinho, cuidado e zelo por esse casal maravilhoso.

À minha amiga de longa data, dos tempos do ensino fundamental, Nãna Shara Cairo. Por todo apoio, fonte de fé, cumplicidade, parceria, por não ter hora para atender um pedido de “socorro”. Eu te desejo tudo e muito mais do que seu coração anseia, que Deus transborde na sua casa muito mais do que você sonha.

À Jéssica Ana, minha secretária, amiga, confidente, que cuida dos meus pequenos há anos, com toda responsabilidade, atenção e tanto cuidado. Eu te agradeço por todo o tempo dedicado, por cuidar dos meninos na minha ausência, por ser quem você é, tão transparente, tão competente, tão parceira. Que Deus retribua infinitamente mais do que você acha que merece. Eu só posso dizer, obrigada por tudo.

Aos meus queridos colegas dessa jornada, compartilhando sonhos, objetivos, medos, angústias, conteúdos, aprendizados, oferecendo palavras de vitórias. Foi um prazer fazer parte da Turma 2022 do ProfEPT.

Agradeço a todos que indiretamente contribuíram para o cumprimento desta pesquisa, sei que não podemos fazer nada sem o apoio de outras pessoas. Minha eterna gratidão a todos.

## RESUMO

Pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), vinculado a Linha de Pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica. O trabalho teve como objetivo geral analisar o impacto do Benefício Creche na formação omnilateral dos discentes do Campus Eirunepé do Ifam. Para atender a este objetivo, buscamos discutir o benefício creche e suas implicações para a formação omnilateral dos discentes da EPTNM; avaliar como essa política pública impacta diretamente na continuidade dos estudantes no ambiente educacional e no seu desempenho acadêmico; bem como elaborar um vídeo e um portfólio que ampliasse as informações relacionadas ao benefício creche. A pesquisa é de natureza qualitativa, utilizando documentos e entrevista para geração de dados. Os participantes da pesquisa foram sete discentes atendidas pelo benefício creche entre 2017 a 2022, e como lócus da pesquisa o Campus Eirunepé-IFAM. Os dados produzidos foram analisados mediante a técnica de análise de conteúdo Bardin (2016). A análise do impacto do Benefício Creche na formação omnilateral dos discentes do Campus Eirunepé do Ifam revelou benefícios significativos, como a melhoria na concentração acadêmica dos estudantes com filhos pequenos, possibilitando maior participação em atividades extracurriculares e melhor desempenho acadêmico. Além disso, observou-se um aumento na retenção e conclusão dos cursos por parte dos beneficiados. No entanto, as dificuldades incluíram desafios logísticos na organização do tempo entre estudo, cuidado dos filhos e participação em atividades acadêmicas, além de limitações orçamentárias que impactaram na oferta adequada de serviços de creche, afetando alguns alunos que não puderam se beneficiar plenamente do programa.

**Palavras-chave:** Educação profissional e tecnológica; Campus Eirunepé-Amazonas; Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); Benefício creche.

## **ABSTRACT**

Research developed within the scope of the Postgraduate Program in Professional and Technological Education (ProfEPT) of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amazonas (IFAM), linked to the Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education Research Line. The general objective of the work was to analyze the impact of the Creche Benefit on the omnilateral training of students at the Ifam Eirunepé Campus. To meet this objective, we seek to discuss the daycare benefit and its implications for the omnilateral training of EPTNM students; evaluate how this public policy directly impacts the continuity of students in the educational environment and their academic performance; as well as preparing a video and a portfolio that expanded information related to the daycare benefit. The research is qualitative in nature, using documents and interviews to generate data. The research participants were seven students served by the daycare benefit between 2017 and 2022, and the Eirunepé-IFAM Campus was the locus of the research. The data produced was analyzed using the Bardin content analysis technique (2016). The analysis of the impact of the Creche Benefit on the omnilateral training of students at Ifam's Eirunepé Campus revealed significant benefits, such as improving the academic concentration of students with young children, enabling greater participation in extracurricular activities and better academic performance. Furthermore, there was an increase in retention and completion of courses by beneficiaries. However, difficulties included logistical challenges in organizing time between studying, childcare and participation in academic activities, as well as budgetary limitations that impacted the adequate provision of daycare services, affecting some students who were unable to fully benefit from the program.

**Keywords:** Professional and technological education; Eirunepé-Amazonas Campus; National Student Assistance Program (PNAES); Daycare benefit.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Localização do município de Eirunepé no mapa do estado do Amazonas .....	49
<b>Figura 2</b> - Imagem área da cidade.....	49
<b>Figura 3</b> - Imagem do prédio do IFAM/Campus Eirunepé .....	51
<b>Figura 4</b> - Imagem do prédio do IFAM/Campus Eirunepé .....	51
<b>Figura 5</b> - Imagem do prédio oficial do IFAM/Campus Eirunepé .....	52



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Benefícios Estudantis concedidos pelos Institutos Federais .....	44
<b>Quadro 2</b> - Objetivos e temáticas da entrevista.....	55
<b>Quadro 3</b> - Quantitativo de discentes nos cursos ofertados no campus Eirunepé em 2022 .....	57
<b>Quadro 4</b> - Solicitações do Benefício Creche, do período de 2017 a 2022 .....	57
<b>Quadro 5</b> - Caracterização das participantes da pesquisa .....	59
<b>Quadro 6</b> - Curso e modalidade das participantes da pesquisa .....	59
<b>Quadro 7</b> - Aspectos sociais e econômicos das participantes.....	60
<b>Quadro 8</b> - Situação acadêmica e benefícios recebidos pelas participantes.....	61
<b>Quadro 9</b> - Relatos das participantes sobre moradia e família .....	67
<b>Quadro 10</b> - Relatos das participantes sobre acesso ao curso .....	70
<b>Quadro 11</b> - Relatos das participantes sobre obtenção de informações .....	74
<b>Quadro 12</b> - Respostas referente ao acesso ao Programa Socioassistencial.....	77
<b>Quadro 13</b> - Relatos sobre as contribuições do benefício creche .....	81
<b>Quadro 14</b> - Roteiro usado nas gravações .....	91
<b>Quadro 15</b> - Avaliação do vídeo .....	94
<b>Quadro 16</b> - Avaliação do Portfólio.....	97

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EQUIDADE EDUCACIONAL NO BRASIL .....</b>	<b>17</b>
2.1 Breves apontamentos sobre a educação profissional no Brasil .....	18
2.2 Educação profissional e tecnológica e sua relação com a política de assistência estudantil .....	22
2.3 Assistência estudantil: alguns marcos históricos sobre essa política educacional .....	28
<b>3 BENEFÍCIO CRECHE E FORMAÇÃO OMNILATERAL: POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL .....</b>	<b>33</b>
3.1 Formação omnilateral na educação profissional e técnica de nível médio e suas relações com a permanência de discentes .....	34
3.2 O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos Institutos Federais: uma equação possível para a permanência de estudantes? .....	40
3.3 Benefício Creche: uma política de inclusão social como medida para assegurar a permanência e êxito de discentes da EPTNM .....	42
<b>4 PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>48</b>
4.1 Contexto da pesquisa: Campus Eirunepé do IFAM .....	48
4.2 Pesquisa documental .....	52
4.3 Entrevista como geração de dados .....	53
4.4 Participantes da pesquisa .....	56
4.5 Análise de dados .....	61
4.6 Riscos e Benefícios .....	64
<b>5 NUANCES DA FORMAÇÃO OMNILATERAL DE DISCENTES DA EPTNM: CONTRIBUIÇÕES DO BENEFÍCIO CRECHE .....</b>	<b>66</b>
<b>6 PRODUTO EDUCACIONAL: construção do minidocumentário .....</b>	<b>87</b>
6.1 Detalhamento metodológico para elaboração do minidocumentário .....	90
6.2 Avaliação do minidocumentário .....	93

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>100</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>106</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>110</b>
APÊNDICE 1 – ROTEIRO NORTEADOR DA ENTREVISTA.....	110
APÊNDICE 2 – ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	111
APÊNDICE 3 - PARECER COMITÊ DE ÉTICA.....	114
APÊNDICE 4 - ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO.....	118

## 1 INTRODUÇÃO

Com a pluralidade socioeconômica em que vivemos no Brasil, tanto do ponto de vista regional como nacional, com essa pesquisa, propomos a investigação do ensino em um município do estado do Amazonas, trazendo a discussão sobre os processos de acesso da população em vulnerabilidade social aos benefícios sociais e, por conseguinte, a continuidade e conclusão do curso. Reconhecemos que a conclusão de um curso nem sempre é possível a todos, principalmente para muitos trabalhadores que necessitam conciliar família, trabalho e escola, o que leva, muitos discentes trabalhadores, pais/mães, a abandonarem a escola e a priorizarem a sobrevivência, em conformidade com que Saviani (2003) afirma que os filhos da classe trabalhadora são obrigados pelo sistema capitalista a ingressar no mundo do trabalho mesmo antes de alcançar a maioridade, seja para ajudar no sustento da família ou se autossustentar. Por meio disso, parte dos alunos se veem obrigados a abdicarem de sua formação escolar.

É nessa perspectiva que elucidamos a necessidade do cumprimento das políticas públicas destinadas não somente ao acesso, mas também à permanência e êxito dos alunos que fazem parte tanto da educação básica, educação profissional e tecnológica, também como no ensino superior. Nesse limiar, destacamos a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

O Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 mostra que o PNAES tem como finalidade principal expandir as condições de permanência de estudantes, em idade juvenil, na educação superior pública federal. Assim, no artigo 2º define como objetivos: democratizar a permanência dos jovens no ensino público federal; o impacto das desigualdades sociais e regionais na continuidade e conclusão do ensino superior deve ser minimizado; a redução das taxas de retenção e evasão; e auxiliar para a promoção da inclusão social por meio da educação (Brasil, 2010).

Com a publicação deste decreto, um dos beneficiados são os Institutos Federais de Educação (IFs). Assim, no Art. 4º, a saber: “As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia [...]” (Brasil, 2010).

Com base nessas assertivas, salientamos o nascimento dessa pesquisa, levando em consideração as experiências vivenciadas como assistente social, servidora desde dezembro de 2016, onde faço parte da equipe multidisciplinar inserida

na Coordenação de Assistência ao Educando – CAE, no Campus Eirunepé do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

As atividades profissionais nesse campus oportunizaram a participação de movimentos e inquietações decorrentes do contato direto com as demandas dos discentes, acompanhando suas dificuldades, limitações e anseios. Essa proximidade com questões inerentes aos discentes, acarreta em indagações pertinentes ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), bem como sua efetividade no acesso, permanência e êxito dos discentes no percurso até a formação.

O Setor de Serviço Social do Campus Eirunepé é responsável pela publicação do edital e seleção dos beneficiários do Programa Nacional de Assistência Estudantil por meio da Assistência Estudantil, que oferta os benéficos: alimentação, material didático-pedagógico, transporte, moradia e creche.

Este último, destacamos pelo elevado quantitativo de solicitações indeferidas. De acordo com dados extraídos no SIGAA nos anos de 2020 e 2021, levando em consideração todos os *campi* do IFAM, aparece um total de 370 discentes que solicitaram o benefício creche, porém 95 solicitações tiveram deferimento<sup>1</sup>.

Segundo o Edital nº 01/2023/Campus Eirunepé/IFAM, o Benefício Creche é o repasse direto do valor do benefício (R\$ 300,00) a título de ajuda de custo para apoiar ao discente, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social, que comprovadamente não possua apoio familiar, um responsável ou cuidador direto para seu (s) filho(s), com idade de até cinco anos e onze meses de idade, no turno em que frequenta o curso no IFAM<sup>2</sup>.

Mediante essa situação, enquanto profissional, temos a preocupação e cuidado na maneira que o PNAES pode impactar na vida pessoal e escolar dos nossos discentes, visto que grande parte destes possui um abaixa renda e famílias numerosas. Nessa linha, nos inquirimos da seguinte pergunta: Qual o impacto do Benefício Creche na formação omnilateral dos discentes do Campus Eirunepé do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM?

Sabendo que o Ifam no município de Eirunepé é um divisor de águas na educação daquela população, e que estes valorizam esta instituição de uma forma tão, torna-se necessário promover ações que venham prevenir a evasão escolar e

---

<sup>1</sup> Dados obtidos na base de dados do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – Sigaa – IFAM. Acesso em 08.08.2022.

<sup>2</sup> Disponível em <<http://www2.ifam.edu.br/campus/cmzl>>. Acesso: 08.08.2022.

proporcionar a inclusão social destes jovens que cursam o Ensino Médio Integrado e cursos subsequentes.

O PNAES possui um impacto na permanência e êxito dos discentes, assim como em todo processo que conduz a formação omnilateral, defendemos que as ações assistenciais estudantis têm colaborado para prevenir e conter a evasão de discentes, possibilitando a inclusão social de jovens estudantes do Ensino Médio Integrado e cursos subsequentes.

Deste modo, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o impacto do Benefício Creche na formação omnilateral dos discentes do Campus Eirunepé do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM. Para isso, foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: discutir o benefício creche e suas implicações para a formação omnilateral dos discentes da EPTNM; avaliar como essa política pública impacta diretamente na continuidade dos estudantes no ambiente educacional e no seu desempenho acadêmico; elaborar um vídeo e um portfólio que amplie as informações relacionadas ao benefício creche.

Esta pesquisa se insere na Linha de Pesquisa “Organização e Memórias de espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)” do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), que trata dos processos de concepção e organização do espaço pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica, com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares, que possibilitem formação integral e significativa do estudante, sustentados no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico. Deste modo, esta pesquisa dialoga com o macroprojeto 6 - Organização de espaços pedagógicos na EPT, que tem como pressuposto questões relacionadas à organização e planejamento de espaços pedagógicos, que podem ser formais ou não formais, bem como ensino, pesquisa e extensão.

Enfatizamos a importância do ensino técnico na Amazônia devendo ser assegurado, a todos indistintamente, o acesso, permanência, bem como a conclusão por parte daqueles que buscam a formação técnico-científica como uma oportunidade para sonhar e realizar novos projetos pessoais e sociais e serem os sujeitos de sua própria história.

Nessa esteira, mesmo o PNAES sendo um programa com grande magnitude, sempre podemos trazer à baila reflexões com intuito de amadurecer, aprimorar no que tange os cumprimentos de sua finalidade, principalmente no município de Eirunepé

por sua importância para a Microrregião de Juruá.

A dissertação está estruturada em seis capítulos. Inicialmente, nesta parte introdutória problematizamos a temática e apresentamos os objetivos de pesquisa. No segundo capítulo intitulado “**Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e Assistência Estudantil: desafios e perspectivas para a equidade educacional no Brasil**”, discutimos a educação profissional no país, começando com uma breve análise histórica. Em seguida, exploramos a relação entre a educação profissional e tecnológica e a política de assistência estudantil, detalhando alguns marcos históricos dessa política educacional.

Em **Benefício Creche e Formação Omnilateral: políticas de inclusão social**, terceiro capítulo, abordamos a formação omnilateral na educação profissional e técnica de nível médio e como ela se relaciona com a permanência dos discentes. Discutimos também o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos Institutos Federais e sua eficácia na manutenção dos estudantes. Por fim, destacamos o Benefício Creche como uma política de inclusão social que visa assegurar a permanência e o sucesso dos alunos da EPTNM.

No quarto capítulo “**Percurso Metodológico**” detalhamos o contexto da pesquisa, realizada no Campus Eirunepé do IFAM, e os métodos utilizados, como pesquisa documental e entrevistas. Descrevemos os participantes da pesquisa, o processo de análise de dados e os riscos e benefícios envolvidos.

Em **Nuances da formação omnilateral de discentes da EPTNM: contribuições do benefício creche**, analisamos como o Benefício Creche contribui para a formação omnilateral dos discentes da EPTNM.

Por fim, o sexto capítulo é dedicado ao **Produto Educacional** trazendo as dimensões conceituais, pedagógicas e comunicacionais. Descrevemos a metodologia empregada na sua elaboração e a avaliação do produto final.

Propomos como produto educacional um vídeo educativo, que é um minidocumentário, com duração de aproximadamente onze minutos, intitulado “Programa Nacional de Assistência Estudantil: embalos do Benefício Creche no Campus Eirunepé/Ifam” que tem como objetivo promover discussões sobre o PNAES, bem como o Programa Socioassistencial Estudantil ofertado pelo Ifam, e especialmente o Benefício Creche como parte de uma política pública que impacta na formação omnilateral. Nesse sentido, compreender sob a ótica das vivências das discentes atendidas pelo programa, como se dá os impactos do benefício creche

nesse processo formativo dos discentes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Campus Eirunepé/IFAM.

Portanto, a pesquisa traz a baila a discussão sobre as políticas públicas educacionais e seus impactos no ensino e aprendizagem de jovens e adultos da educação profissional e tecnológica. Reconhecemos a necessidade de aprofundamento de algumas questões que por conta do tempo de duração do mestrado não foi possível adensar, mas que serão problematizadas em futuras produções bibliográficas. Assim, convidamos cada um a fazer esse caminho conosco.



## **2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EQUIDADE EDUCACIONAL NO BRASIL**

A educação profissional no Brasil tem desempenhado um papel crucial na formação de trabalhadores qualificados e no desenvolvimento socioeconômico do país. Desde seus primórdios, passando por diversas transformações ao longo das décadas, a educação profissional e tecnológica (EPT) tem sido uma peça fundamental no cenário educacional brasileiro. Ao mesmo tempo, a política de assistência estudantil emerge como um componente essencial para garantir acesso e permanência dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Este capítulo explora breves apontamentos sobre a evolução da educação profissional no Brasil (2.1), destacando seu impacto e desafios contemporâneos. Além disso, analisa a interseção entre a educação profissional e tecnológica e a política de assistência estudantil (2.2), investigando como essas áreas se complementam e influenciam a equidade educacional. Por fim, são revisados alguns marcos históricos da assistência estudantil (2.3), contextualizando sua importância na promoção de igualdade de oportunidades e no enfrentamento das desigualdades educacionais no contexto brasileiro.

A interlocução entre a Educação Profissional, Tecnológica e a Assistência Estudantil emerge como um tema de extrema relevância no cenário educacional brasileiro contemporâneo. Compreender essa conexão é fundamental para abordar os desafios enfrentados na busca pela equidade e inclusão no sistema educacional do país. A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desempenha um papel crucial na preparação de estudantes para o mercado de trabalho, oferecendo qualificação técnica e prática que pode ser essencial para o ingresso e sucesso profissional.

No entanto, a eficácia da Educação Profissional e Tecnológica muitas vezes é condicionada pela garantia de acesso e permanência dos estudantes nos cursos oferecidos. Nesse contexto, a política de Assistência Estudantil se torna um elemento-chave, fornecendo suporte material, psicológico e financeiro para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A interação entre essas duas esferas da educação - EPT e Assistência Estudantil - é crucial para assegurar que todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham acesso

igualitário às oportunidades educacionais oferecidas pela Educação Profissional e Tecnológica.

É importante destacar que a Assistência Estudantil não se limita apenas ao fornecimento de recursos materiais, mas também abrange políticas que visam promover a inclusão e a permanência dos estudantes, criando um ambiente propício ao desenvolvimento acadêmico e profissional. Essas políticas incluem desde a oferta de bolsas de estudo e auxílio financeiro até serviços de apoio psicossocial e orientação vocacional. A integração dessas medidas com a Educação Profissional e Tecnológica é essencial para garantir que os estudantes possam aproveitar ao máximo as oportunidades oferecidas por esses cursos e alcançar seu pleno potencial educacional e profissional.

## 2.1 Breves apontamentos sobre a educação profissional no Brasil

A história da educação profissional no Brasil é marcada por uma trajetória complexa e multifacetada, refletindo os desafios e as transformações sociais, econômicas e políticas do país ao longo dos séculos. Desde os primórdios da colonização até os dias atuais, a educação profissional tem sido objeto de debates, reformas e adaptações, buscando acompanhar as demandas do mercado de trabalho e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Nesse sentido, é fundamental compreender as nuances e os dilemas que permeiam essa modalidade de ensino, bem como refletir sobre os caminhos a serem trilhados para aprimorar sua efetividade e relevância no contexto atual.

No contexto brasileiro, a educação profissional passou por diversas políticas ao longo da história. Desde a chegada dos colonizadores, a formação profissional esteve vinculada à necessidade de formar mão de obra para atender aos interesses da metrópole, com ênfase nas atividades agrícolas e artesanais. Conforme assinala Ciavatta e Ramos (2011, p. 45), "a educação profissional no Brasil colonial estava voltada principalmente para a formação de trabalhadores braçais e artesãos, visando atender às demandas da economia colonial". Nesse período, predominava uma formação voltada para as habilidades práticas, com pouca ênfase nos conhecimentos teóricos e científicos.

Com o passar dos séculos e as transformações sociais advindas da industrialização e urbanização, a educação profissional foi se adaptando aos novos

contextos e demandas do mercado de trabalho. No século XIX, surgiram as primeiras escolas de artes e ofícios, inspiradas no modelo europeu, com o intuito de formar artesãos e técnicos para atender às demandas da emergente indústria brasileira. Como aponta Ramos (2014, p. 78), "as escolas de artes e ofícios representaram um marco na história da educação profissional no Brasil, introduzindo novos métodos de ensino e preparando trabalhadores qualificados para as novas indústrias". Esse período foi marcado pela expansão do ensino técnico e profissionalizante, ainda que de forma restrita e elitizada.

No entanto, foi somente no século XX, com o advento da industrialização e o crescimento urbano, que a educação profissional ganhou relevância e visibilidade no cenário educacional brasileiro. Com o objetivo de suprir a demanda por mão de obra qualificada para a crescente indústria nacional, foram criadas diversas escolas técnicas e profissionalizantes, bem como programas de formação voltados para diferentes setores produtivos. Segundo Prada e Surdine (2018, p. 112), "a partir da década de 1940, observa-se uma expansão significativa da educação profissional no Brasil, impulsionada pelo processo de industrialização e urbanização do país". Esse período foi marcado pela consolidação do ensino técnico e profissional como uma alternativa viável para a inserção no mercado de trabalho.

Apesar dos incipientes avanços observados ao longo do século XX, a educação profissional no Brasil ainda enfrenta diversos desafios e limitações que comprometem sua efetividade e qualidade. Um dos principais entraves refere-se ao próprio objetivo educativo que muitas vezes se reduz ao ensino de habilidades técnicas, secundarizando os aspectos técnico-científico na produção do conhecimento.

Além disso, a precariedade das infraestruturas e dos recursos materiais das instituições de ensino profissionalizante também representa um desafio significativo para a melhoria da qualidade da educação profissional no Brasil. Como ressaltam Cunha et al. (2020, p. 78), "a falta de investimentos em infraestrutura e equipamentos adequados compromete a qualidade do ensino profissional no Brasil, limitando as possibilidades de formação e qualificação dos estudantes". Muitas instituições que ofertam a EPT enfrentam problemas estruturais, como salas de aula superlotadas, laboratórios obsoletos e falta de materiais didáticos atualizados, o que compromete o processo de ensino e aprendizagem.

Outro ponto relevante a ser considerado é a desigualdade de acesso à educação profissional no Brasil, que reflete as disparidades socioeconômicas e

regionais do país. Como destaca Medeiros (2020, p. 92), "a educação profissional no Brasil ainda reproduz e reforça as desigualdades sociais, privilegiando determinados grupos e regiões em detrimento de outros". Muitos jovens, especialmente aqueles provenientes de famílias de baixa renda e de áreas periféricas, encontram dificuldades para acessar e permanecer na educação profissional, seja por falta de recursos financeiros, transporte inadequado ou oferta insuficiente de vagas.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível repensar e reestruturar a educação profissional no Brasil, visando superar os desafios e as limitações que comprometem sua efetividade e relevância no contexto atual. Para tanto, é necessário promover a integração entre a educação profissional e o mundo do trabalho, por meio da articulação entre instituições de ensino, empresas e órgãos governamentais numa perspectiva de desenvolvimento tecnológico com comprometimento ético-sócio-ambiental com o mundo.

E nessa perspectiva, é preciso investir na melhoria da infraestrutura e dos recursos materiais das instituições de formação técnico-científica, garantindo condições adequadas para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e contextualizadas. Isso inclui a modernização dos laboratórios, a ampliação das bibliotecas, a capacitação dos docentes e a oferta de materiais didáticos atualizados e tecnologicamente adequados. Como afirmam Assis et al. (2013, p. 33), "a qualidade da educação profissional no Brasil está diretamente relacionada aos investimentos em infraestrutura e recursos materiais das instituições de ensino".

Outra medida importante é a promoção de políticas de inclusão e democratização do acesso à educação profissional, visando garantir oportunidades iguais para todos os segmentos da sociedade. Isso envolve a ampliação da oferta de vagas em áreas prioritárias, como tecnologia da informação, saúde e meio ambiente, bem como a implementação de programas de bolsas e financiamentos para estudantes de baixa renda. Conforme salientam Prada e Surdine (2018, p. 145), "a democratização do acesso à educação profissional é essencial para reduzir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável do país".

A educação profissional no Brasil desempenha um papel fundamental na formação dos trabalhadores, contribuindo tanto para o desenvolvimento socioeconômico do país como também assegurando a apropriação e produção do conhecimento com impactos sociais. No entanto, para que essa modalidade de ensino cumpra plenamente sua missão, é necessário enfrentar os desafios e as limitações

que ainda persistem, promovendo uma maior integração com mundo do trabalho, investindo em infraestrutura e recursos materiais, e promovendo políticas de inclusão e democratização do acesso. Somente assim será possível construir um sistema de educação profissional eficiente, inclusivo e alinhado com as demandas e as expectativas da sociedade contemporânea.

Outro aspecto relevante a ser considerado é a necessidade de fortalecer a articulação entre a educação profissional e o sistema educacional como um todo, visando garantir uma formação integral e integrada aos estudantes. Conforme salientam Cunha et al. (2020), a fragmentação e a desarticulação entre os diferentes níveis e modalidades de ensino representam um obstáculo para o desenvolvimento da educação profissional no Brasil. É fundamental promover uma maior integração entre o ensino médio, técnico e superior, de modo a facilitar a transição dos estudantes entre os diferentes níveis educacionais e ampliar suas oportunidades de formação e qualificação.

Somado a isso, a formação continuada dos profissionais da educação profissional devem assegurar a atualização e capacitação para atender às demandas do mundo contemporâneo. Como destaca Silva (2021), a formação e valorização dos docentes são fundamentais para a qualidade e efetividade da educação profissional no Brasil. Isso inclui investimentos em programas de formação inicial e continuada, bem como condições de trabalho para os profissionais da educação e a comunidade em geral.

Outro aspecto a ser considerado é a necessidade de promover a aproximação entre a educação profissional e as demandas sociais e ambientais, de modo a preparar os estudantes para os desafios e as oportunidades de um mundo em constante transformação. Conforme salienta Taufick (2014), a educação profissional deve contemplar processos educativos para o trabalho de forma não alienante, mas também discutir as questões sociais, ambientais e culturais, preparando os estudantes para uma cidadania ativa e responsável. Isso implica em uma abordagem mais contextualizada e interdisciplinar, que leve em consideração não apenas as habilidades técnicas, mas também a ética, a sustentabilidade e a responsabilidade social.

Por fim, é fundamental promover a participação da sociedade civil e dos diferentes atores envolvidos na educação profissional, visando fortalecer a democratização e a transparência das políticas educacionais e garantir uma maior

relevância da educação profissional no Brasil. Como afirmam Assis et al.(2013, p. 68), "a participação social é essencial para a construção de políticas educacionais mais democráticas e inclusivas, que atendam às necessidades e aos interesses da sociedade como um todo". Isso implica em criar espaços de diálogo e participação, envolvendo estudantes, professores, gestores, empresários e representantes da sociedade civil na elaboração, implementação e avaliação das políticas educacionais voltadas para a educação profissional.

## 2.2 Educação profissional e tecnológica e sua relação com a política de assistência estudantil

A interlocução entre educação profissional e tecnológica e a política de assistência estudantil é um campo de estudo e prática crucial para o desenvolvimento socioeconômico e a promoção da equidade educacional em uma sociedade. Este ensaio crítico e sistemático busca analisar essa relação, explorando suas complexidades e desafios, bem como destacando suas potenciais contribuições para a formação integral dos estudantes. Para tanto, é fundamental compreender tanto a evolução histórica desses campos quanto as perspectivas teóricas que embasam suas interconexões.

A educação profissional e tecnológica, ao longo dos anos, tem passado por diversas transformações, refletindo as demandas e os avanços socioeconômicos de diferentes períodos históricos. Desde suas origens, muitas vezes associadas à formação de mão de obra para a indústria durante a Revolução Industrial, até os dias atuais, em que se busca uma formação mais ampla e flexível, essa modalidade educacional tem sido moldada por fatores políticos, econômicos e sociais.

Por sua vez, a política de assistência estudantil surge como uma resposta às necessidades de garantir condições mínimas de acesso, permanência e sucesso dos estudantes na educação superior, visando mitigar desigualdades socioeconômicas que podem interferir no percurso educacional dos indivíduos. No contexto brasileiro, o surgimento e a expansão de programas como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) representam um reconhecimento da importância de se fornecer apoio financeiro, psicossocial e pedagógico aos estudantes em situação de vulnerabilidade (Medeiros, 2020).

Entretanto, a interrelação entre educação profissional e tecnológica e política

de assistência estudantil ainda enfrenta desafios significativos. Um dos principais diz respeito à garantia de que os benefícios dessa política atinjam efetivamente os estudantes matriculados nesse tipo de ensino. Muitas vezes, as especificidades desses alunos não são devidamente consideradas na formulação e implementação de programas de assistência, o que pode resultar em lacunas na cobertura e eficácia dessas políticas (Cunha et al., 2020).

Outro aspecto se refere a própria estruturação da oferta de cursos de educação profissional tecnológica pode influenciar a efetividade da assistência estudantil. Por exemplo, a predominância de cursos semipresenciais ou a distância pode criar desafios adicionais para o acompanhamento e suporte adequado aos estudantes, exigindo adaptações específicas nos programas de assistência (Silva, 2021).

Prada e Surdine (2018) indicam outro ponto crítico que trata da sustentabilidade financeira dos programas de assistência estudantil, especialmente em contextos de crise econômica e cortes orçamentários. Sem recursos adequados, torna-se difícil garantir a continuidade e a ampliação desses programas, comprometendo o acesso e a permanência dos estudantes na educação profissional e tecnológica.

Contudo, apesar desses desafios, a relação entre educação profissional e tecnológica e política de assistência estudantil também oferece oportunidades importantes para promover uma formação mais inclusiva e de qualidade. Por exemplo, programas de assistência podem ser projetados de forma a complementar e potencializar as competências técnicas adquiridas pelos estudantes, proporcionando-lhes um suporte integral para seu desenvolvimento pessoal e profissional (Taufick, 2014).

Além disso, a integração entre educação profissional e tecnológica e política de assistência estudantil pode contribuir para a construção de uma rede de apoio ampla e diversificada, envolvendo não apenas instituições de ensino, mas também organizações da sociedade civil, empresas e órgãos governamentais. Essa colaboração multidisciplinar e multi-institucional é essencial para enfrentar os desafios complexos que permeiam a educação e para promover uma cultura de solidariedade e responsabilidade compartilhada (Assis et al., 2013).

A relação entre educação profissional e tecnológica e política de assistência estudantil é um campo fértil para reflexão e ação no contexto da educação contemporânea. Reconhecer e abordar os desafios existentes, ao mesmo tempo em que se exploram as oportunidades potenciais dessa interseção, é fundamental para

avançar em direção a uma educação mais inclusiva, equitativa e transformadora. Nesse sentido, é essencial que pesquisadores, gestores educacionais e demais atores envolvidos nesse processo estejam comprometidos com uma abordagem colaborativa e orientada para resultados, visando a promoção do bem-estar e do sucesso de todos os estudantes, especialmente daqueles que mais necessitam de apoio e assistência.

A necessidade de uma abordagem integrada entre a educação profissional e tecnológica e a política de assistência estudantil também se reflete na importância de se considerar as especificidades regionais e locais. Diferentes contextos socioeconômicos e culturais “podem influenciar as demandas e os desafios enfrentados pelos estudantes, exigindo estratégias de intervenção adaptadas e sensíveis às realidades locais” (Ciavatta; Ramos, 2011, p. 89). Nesse sentido, políticas e programas de assistência estudantil devem ser flexíveis e passíveis de ajustes conforme as necessidades identificadas em cada contexto, garantindo sua efetividade e relevância.

Um outro aspecto na interlocução entre educação profissional e tecnológica e assistência estudantil é o papel dos docentes e demais profissionais envolvidos na formação dos estudantes, pois estes “desempenham um papel central na promoção do engajamento, na redução do abandono escolar e na melhoria dos resultados acadêmicos e profissionais” (Ramos, 2014, p. 72). Investir na formação continuada e no apoio pedagógico aos educadores é, portanto, uma estratégia essencial para fortalecer a qualidade da educação profissional e tecnológica e maximizar o impacto das políticas de assistência estudantil.

Além disso, é importante reconhecer que a assistência estudantil não se restringe apenas a questões financeiras, mas abrange outras necessidades, incluindo suporte psicossocial, orientação vocacional e acesso a serviços de saúde e bem-estar. A abordagem holística da assistência estudantil é fundamental para promover o desenvolvimento integral dos estudantes e prepará-los não apenas para o mercado de trabalho, mas também para uma participação ativa na sociedade (Medeiros, 2020).

A promoção da equidade de gênero e a inclusão de grupos historicamente marginalizados também emergem como desafios e oportunidades na interseção entre educação profissional e tecnológica e política de assistência estudantil. Mulheres, pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência e outros grupos minoritários frequentemente “enfrentam barreiras adicionais no acesso e na permanência na



educação profissional e tecnológica, exigindo medidas específicas para garantir sua inclusão e sucesso” (Prada; Surdine, 2018, p. 179). Políticas afirmativas, programas de mentoria e ações de sensibilização são algumas das estratégias que podem contribuir para a promoção da diversidade e da igualdade de oportunidades nesse contexto.

Na busca por superar essas barreiras, é crucial implementar políticas educacionais que não apenas promovam a diversidade, mas também criem um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os estudantes. Isso implica não apenas em garantir acesso igualitário, mas também em oferecer suporte personalizado que reconheça e respeite as diferentes necessidades e trajetórias dos estudantes pertencentes a esses grupos.

Nesse sentido, é fundamental investir em programas de mentoria, capacitação docente sensível às questões de gênero e raça, e em estratégias que combatam o preconceito e a discriminação no ambiente educacional. A transformação efetiva requer um compromisso contínuo com a equidade, assegurando que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de alcançar seu pleno potencial na educação profissional e tecnológica.

Para ampliar o alcance e a eficácia das políticas de assistência estudantil na educação profissional e tecnológica é imprescindível nas tecnologias digitais. Plataformas on-line, aplicativos móveis e outras ferramentas digitais “podem facilitar o acesso a informações, recursos educacionais e serviços de apoio, especialmente para estudantes que enfrentam limitações geográficas ou financeiras” (Taufick, 2014, p. 92). No entanto, é importante garantir que estas tecnologias sejam acessíveis e inclusivas, evitando a reprodução de desigualdades digitais e promovendo uma democratização efetiva do acesso ao conhecimento e à assistência.

A avaliação e o monitoramento contínuo são aspectos essenciais para garantir a eficácia e a eficiência das políticas de assistência estudantil na educação profissional e tecnológica. Para acompanhamento do impacto dessas políticas no acesso, na permanência e no desempenho dos estudantes, Silva (2021) recomenda a elaboração de indicadores e métricas e Cunha et al. (2020) destacam a necessidade de estudos longitudinais que permitam a identificação de áreas de melhoria e a tomada de decisões informadas, assegurando a participação ativa dos próprios estudantes nesses processos.

A interconexão entre educação profissional e tecnológica e política de

assistência estudantil não deve ser vista como um fim em si mesma, mas como parte de um esforço mais amplo para promover uma educação de qualidade e uma sociedade mais justa e inclusiva. É necessário articular essas políticas com outras iniciativas voltadas para a melhoria do sistema educacional como um todo, incluindo “a valorização dos profissionais da educação, a melhoria das condições de infraestrutura escolar e o fortalecimento da participação da comunidade escolar na gestão e no acompanhamento do ensino” (Assis et al., 2013, p. 78). Somente por meio de uma abordagem integrada e colaborativa será possível superar os desafios e maximizar o potencial transformador da educação profissional e tecnológica aliada à política de assistência estudantil.

A internacionalização da educação profissional e tecnológica também desempenha um papel relevante na interseção com a política de assistência estudantil. A troca de experiências, o estabelecimento de parcerias internacionais e a mobilidade acadêmica contribuem para enriquecer a formação dos estudantes e ampliar suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho globalizado (Ciavatta; Ramos, 2011). No entanto, é importante garantir que os estudantes envolvidos em programas internacionais tenham acesso a apoio e assistência adequados, tanto durante sua estadia no exterior quanto ao retornar ao país de origem.

A articulação entre educação profissional e tecnológica e o mundo do trabalho é outro aspecto crucial a ser considerado na formulação de políticas de assistência estudantil. Programas que promovam estágios, aprendizagem prática e parcerias com empresas podem proporcionar aos estudantes experiências significativas e oportunidades de emprego após a conclusão de seus estudos (Ramos, 2014). No entanto, é necessário garantir que essas experiências sejam de qualidade e estejam alinhadas com os objetivos educacionais, evitando a exploração dos estudantes e promovendo relações éticas e sustentáveis com o mercado de trabalho.

O termo "mercado de trabalho" refere-se ao ambiente econômico e institucional onde ocorre a oferta e demanda por trabalho remunerado. Ele engloba aspectos como empregabilidade, salários, condições de trabalho e políticas de emprego. Por outro lado, o "mundo do trabalho" é um conceito mais abrangente que inclui não apenas o aspecto econômico, mas também as dimensões sociais, culturais e organizacionais das atividades laborais. Ele contempla as relações humanas no trabalho, as dinâmicas organizacionais, os valores e éticas profissionais, além das transformações tecnológicas e sociais que influenciam a experiência laboral. Enquanto o mercado de

trabalho se concentra principalmente na interação entre oferta e demanda de mão de obra, o mundo do trabalho amplia essa visão para incluir o contexto mais amplo no qual as pessoas desenvolvem suas carreiras e contribuem para a sociedade.

A governança<sup>3</sup> e a gestão eficazes são aspectos fundamentais para o sucesso da interação entre educação profissional e tecnológica e política de assistência estudantil. É necessário estabelecer mecanismos claros de coordenação entre diferentes atores e níveis de governo, bem como promover a transparência e a prestação de contas na alocação e utilização dos recursos destinados à assistência estudantil (Medeiros, 2020). Além disso, a participação da sociedade civil e dos próprios estudantes na elaboração e monitoramento das políticas é essencial para garantir sua legitimidade e efetividade.

A promoção da autonomia e da protagonismo dos estudantes também deve ser um objetivo central das políticas de assistência estudantil na educação profissional e tecnológica. Capacitar os estudantes para que possam tomar decisões informadas sobre sua formação, desenvolver projetos próprios e participar ativamente da vida acadêmica e comunitária contribui para seu desenvolvimento pessoal e profissional (Prada; Surdine, 2018). Nesse sentido, é importante fomentar práticas pedagógicas participativas e democráticas, que valorizem a diversidade de experiências e perspectivas dos estudantes.

Autonomia e protagonismo são conceitos fundamentais no contexto educacional e social brasileiro. Autonomia, conforme descrito por Freire (1996), refere-se à capacidade de os indivíduos agirem de forma consciente e crítica, exercendo controle sobre suas próprias escolhas e decisões. Nesse sentido, a autonomia não significa apenas liberdade de ação, mas também a responsabilidade em assumir as consequências de suas escolhas. Por outro lado, protagonismo, conforme discutido por Gadotti (2011), envolve a capacidade de os indivíduos assumirem um papel ativo

---

<sup>3</sup> O conceito de governança refere-se à forma como as organizações, sejam públicas ou privadas, são dirigidas, monitoradas e incentivadas, visando à realização de seus objetivos estratégicos e à promoção da transparência e da responsabilidade. Segundo Pereira (2018, p. 45), governança pode ser entendida como "o conjunto de práticas e processos que regulam a maneira como uma organização é conduzida e monitorada". Nesse sentido, ela não se restringe apenas às estruturas formais de poder, mas também abrange mecanismos de controle e de gestão de riscos, conforme apontado por Santos (2016), que ressalta a importância da governança para mitigar conflitos de interesse e promover uma gestão eficiente e ética. No contexto brasileiro, a governança tem sido cada vez mais debatida e regulamentada, especialmente em setores como o público e o corporativo, onde há uma crescente demanda por maior transparência e prestação de contas. Assim, a governança não apenas orienta as práticas de gestão, mas também influencia diretamente a legitimidade e a sustentabilidade das organizações em suas respectivas esferas de atuação.

e transformador em suas comunidades e na sociedade em geral. O protagonismo implica não apenas agir de forma independente, mas também colaborar de maneira construtiva para a mudança social e o desenvolvimento coletivo. Ambos os conceitos são essenciais para o empoderamento individual e coletivo, promovendo uma participação cidadã mais plena e efetiva.

A pesquisa e a inovação desempenham um papel fundamental na melhoria da qualidade e da relevância da educação profissional e tecnológica, bem como na eficácia das políticas de assistência estudantil. Investir em estudos e projetos que investiguem as necessidades, desafios e melhores práticas nesse campo pode fornecer subsídios importantes para a tomada de decisão e aprimoramento das políticas públicas (Taufick, 2014). Além disso, a promoção da cultura de pesquisa entre os estudantes pode estimular sua curiosidade, criatividade e capacidade de resolver problemas, preparando-os para os desafios do mundo do trabalho e da sociedade contemporânea.

A valorização da diversidade cultural e a promoção de uma educação intercultural são aspectos essenciais na interseção entre educação profissional e tecnológica e política de assistência estudantil. Reconhecer e respeitar as diferentes identidades, conhecimentos e formas de expressão dos estudantes contribui para a construção de ambientes educacionais inclusivos e enriquecedores (Silva, 2021). Nesse sentido, é importante desenvolver estratégias e recursos educacionais que valorizem a diversidade cultural e promovam o diálogo intercultural dentro e fora da sala de aula.

Por fim, é necessário reconhecer que a interseção entre educação profissional e tecnológica e política de assistência estudantil é dinâmica e sujeita a mudanças constantes. Os desafios e oportunidades enfrentados nesse contexto podem variar ao longo do tempo e em diferentes contextos sociais, econômicos e políticos (Assis et al., 2013). Portanto, é essencial adotar uma abordagem adaptativa e colaborativa, que esteja aberta ao diálogo, à experimentação e ao aprendizado contínuo, visando sempre aprimorar e fortalecer a educação e o bem-estar dos estudantes.

### 2.3 Assistência estudantil: alguns marcos históricos sobre essa política educacional

A assistência estudantil é uma política educacional fundamental que visa promover a equidade e a inclusão no âmbito da educação, proporcionando condições

para que todos os estudantes tenham acesso, permanência e êxito nos seus estudos. Ao longo da história, diversos marcos históricos foram estabelecidos no desenvolvimento e implementação dessa política, refletindo a evolução das demandas sociais, econômicas e políticas no contexto educacional. Como salientado por Silva (2021), a assistência estudantil é concebida como um direito do estudante e um dever do Estado, garantindo condições mínimas para que o acesso à educação não seja obstaculizado por questões socioeconômicas.

No contexto brasileiro, a assistência estudantil ganhou força com a criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e das Escolas Técnicas Federais (ETFs) na década de 1940. Essas instituições pioneiras implementaram políticas de assistência estudantil, oferecendo moradia, alimentação e bolsas de estudo para estudantes de baixa renda (Assis et al., 2013). Esse período marcou o reconhecimento oficial da importância da assistência estudantil como instrumento de promoção da igualdade de oportunidades no ensino técnico e profissionalizante.

No entanto, foi somente a partir da década de 1990 que a assistência estudantil se tornou uma política mais abrangente e sistematizada no Brasil, com a criação de programas como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Como destacado por Prada e Surdine (2018), o PNAES foi um marco importante ao estabelecer diretrizes para a assistência estudantil no ensino superior público, com a oferta de bolsas, auxílio alimentação, transporte e moradia para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

No decorrer das últimas décadas, a assistência estudantil no Brasil tem passado por transformações significativas, influenciadas por mudanças políticas, sociais e econômicas. O aumento da demanda por vagas nas instituições de ensino superior, aliado à expansão da rede federal de educação, tem gerado novos desafios para a política de assistência estudantil (Ramos, 2014). Nesse sentido, é fundamental que as políticas de assistência estudantil sejam constantemente revisadas e atualizadas para atender às necessidades emergentes dos estudantes e garantir a efetividade das ações implementadas.

Um aspecto importante a se considerar na análise da assistência estudantil é a sua relação com as políticas de inclusão e diversidade. Como argumentado por Ciavatta e Ramos (2011), a assistência estudantil desempenha um papel crucial na promoção da inclusão de grupos historicamente excluídos do acesso à educação,

como negros, indígenas, pessoas com deficiência e LGBTQIA+. Nesse sentido, é fundamental que as políticas de assistência estudantil sejam sensíveis às especificidades e demandas desses grupos, garantindo o pleno exercício do direito à educação para todos.

As políticas de assistência estudantil desempenham um papel crucial na promoção da equidade educacional ao garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições socioeconômicas ou de outras especificidades, tenham acesso igualitário às oportunidades educacionais. É essencial que essas políticas sejam sensíveis e responsivas às diversas necessidades dos grupos estudantis, que podem incluir minorias étnicas, alunos com deficiência, estudantes de baixa renda, entre outros. Ao reconhecer e abordar as especificidades desses grupos, as políticas podem mitigar desigualdades persistentes e oferecer suporte necessário para que todos os estudantes possam participar plenamente da vida acadêmica.

Acrescido a isso, as políticas de assistência estudantil contribuem para a redução da evasão escolar e para o aumento da conclusão dos estudos, ao proporcionar suporte financeiro, psicológico e acadêmico. A garantia do pleno exercício do direito à educação não se resume apenas à matrícula, mas também à criação de condições que permitam que os estudantes permaneçam e prosperem no ambiente acadêmico. Portanto, investir em políticas de assistência estudantil sensíveis e inclusivas é não apenas uma questão de justiça social, mas também um investimento estratégico no futuro educacional e econômico de uma nação.

Além disso, a assistência estudantil também tem um papel relevante na redução das taxas de evasão e retenção escolar. Estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica enfrentam uma série de desafios que podem comprometer sua permanência e sucesso acadêmico, como dificuldades financeiras, falta de moradia e alimentação inadequada (Taufick, 2014). Nesse contexto, os programas de assistência estudantil desempenham um papel importante ao oferecer suporte material e psicossocial aos estudantes, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais e o aumento da taxa de conclusão dos cursos.

No entanto, apesar dos avanços alcançados, a assistência estudantil ainda enfrenta uma série de desafios e limitações no contexto brasileiro. Medeiros (2020) destaca que a falta de recursos financeiros e a falta de infraestrutura adequada são alguns dos principais obstáculos enfrentados pelos programas de assistência

estudantil. A falta de articulação entre os diferentes níveis de governo e a ausência de políticas integradas também dificultam a efetividade das ações implementadas.

Diante desse cenário, torna-se necessário repensar e fortalecer as políticas de assistência estudantil, garantindo que elas sejam capazes de responder de forma eficaz às necessidades dos estudantes e contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva e democrática. Isso requer um investimento contínuo em recursos financeiros, infraestrutura e formação de profissionais capacitados para atuar na área da assistência estudantil (Silva, 2021). Portanto, é fundamental promover uma maior integração entre as políticas de assistência estudantil e outras políticas educacionais, visando garantir uma abordagem holística e integrada para a promoção do acesso, permanência e sucesso dos estudantes na educação.

A evolução da assistência estudantil também está intrinsecamente ligada ao contexto internacional, onde diferentes países têm adotado abordagens variadas para enfrentar desafios semelhantes. Por exemplo, em países europeus como a Alemanha e a França, a assistência estudantil é amplamente disponibilizada na forma de bolsas, subsídios de moradia e auxílios para transporte, visando garantir a igualdade de oportunidades no acesso à educação superior (Assis et al., 2013). Esses modelos oferecem *insights* valiosos para o aprimoramento das políticas de assistência estudantil no Brasil, principalmente quanto às abordagens flexíveis às realidades locais.

No contexto atual, marcado pela pandemia de COVID-19<sup>4</sup>, a assistência estudantil ganha uma relevância ainda maior, dada a ampliação das desigualdades socioeconômicas e educacionais. Medeiros (2020) destaca a importância de medidas emergenciais para garantir o acesso à educação durante a crise sanitária, como a distribuição de equipamentos de acesso à internet, a oferta de auxílio financeiro para estudantes em situação de vulnerabilidade e o fortalecimento dos serviços de apoio psicossocial. Nesse sentido, a pandemia evidencia a urgência de investimentos contínuos na assistência estudantil como uma ferramenta fundamental para garantir a continuidade e a qualidade da educação.

---

<sup>4</sup> A pandemia de COVID-19 foi um surto global causado pelo coronavírus SARS-CoV-2, inicialmente identificado na cidade de Wuhan, na China, no final de 2019. Espalhou-se rapidamente pelo mundo em 2020, levando a uma crise de saúde pública global. A doença resultante, chamada COVID-19, afeta principalmente o sistema respiratório e pode variar de sintomas leves a graves, incluindo pneumonia e insuficiência respiratória em casos severos. A pandemia teve um impacto significativo na economia global, na saúde pública e na vida cotidiana das pessoas em todo o mundo.

Além dos desafios imediatos impostos pela pandemia, a assistência estudantil também enfrenta questões estruturais mais amplas, como a desigualdade de gênero e a perpetuação de estereótipos e preconceitos no ambiente educacional. Prada e Surdine (2018) destacam a importância de políticas específicas voltadas para a promoção da igualdade de gênero na assistência estudantil, garantindo que as necessidades e demandas das estudantes sejam devidamente consideradas e atendidas. Isso inclui a oferta de creches e apoio para estudantes mães e a implementação de ações de conscientização e combate ao assédio e violência de gênero nas instituições de ensino.

Por outro lado, é fundamental reconhecer os avanços alcançados na assistência estudantil ao longo dos anos e celebrar as histórias de superação e sucesso de muitos estudantes que foram beneficiados por essas políticas<sup>5</sup>. Ramos (2014) destaca que a assistência estudantil tem o potencial de transformar vidas, abrindo portas para aqueles que, de outra forma, teriam suas trajetórias educacionais interrompidas.

Em síntese, a assistência estudantil é uma política educacional fundamental que desempenha um papel crucial na promoção da equidade e inclusão no âmbito da educação. Ao longo da história, diversos marcos históricos foram estabelecidos no desenvolvimento e implementação dessa política, refletindo a evolução das demandas sociais, econômicas e políticas no contexto educacional. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados, e é fundamental continuar avançando na construção de políticas de assistência estudantil mais eficazes e inclusivas, capazes de garantir o acesso, permanência e sucesso de todos os estudantes na educação.

---

<sup>5</sup> Ao longo dos anos, políticas de assistência estudantil têm evoluído para incluir bolsas de estudo e subsídios baseados em mérito e necessidade financeira, empréstimos estudantis com condições favoráveis, programas de alimentação e moradia subsidiados, tutoria acadêmica personalizada, serviços de aconselhamento psicológico e adaptações para acessibilidade. Essas iniciativas não só facilitam o acesso à educação superior, mas também promovem um ambiente inclusivo que apoia o sucesso acadêmico e pessoal dos estudantes, independentemente de suas circunstâncias financeiras ou necessidades específicas.



### **3 BENEFÍCIO CRECHE E FORMAÇÃO OMNILATERAL: POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL**

Neste capítulo iniciamos um diálogo entre o Benefício Creche, que faz parte do Programa Socioassistencial Estudantil do Ifam, que está dentro do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e a formação omnilateral dos discentes da educação profissional técnica de nível médio.

Entendemos que a creche é um local de acolhimento e cuidado para crianças de até três anos de idade. Esse serviço é fundamental para as famílias que precisam trabalhar e não têm com quem deixar os filhos pequenos. Além disso, a creche também é importante para o desenvolvimento das crianças, pois proporciona um ambiente seguro e estimulante, onde elas podem brincar, aprender e se relacionar com outras crianças. O benefício creche é parte integrante de uma política pública que visa garantir o acesso das famílias de baixa renda a esse serviço, promovendo a inclusão social e a igualdade de oportunidades para todas as crianças.

Nessa esteira, a formação omnilateral refere-se ao desenvolvimento integral do ser humano, abrangendo não apenas aspectos intelectuais, mas também emocionais, físicos, culturais e sociais. Essa abordagem busca formar indivíduos mais conscientes, críticos e capazes de atuar de forma autônoma e solidária na sociedade. A formação omnilateral é uma estratégia fundamental para promover a inclusão social, uma vez que contribui para a formação de cidadãos mais preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Nesse contexto, políticas públicas que incentivem a formação omnilateral, especialmente para as camadas mais vulneráveis da população, são essenciais para garantir a inclusão social e a equidade.

Nesta perspectiva, as políticas de inclusão social têm como objetivo promover a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, independentemente de suas condições socioeconômicas, etnia, gênero ou outras características. Nesse sentido, o benefício creche e a formação omnilateral são duas medidas importantes para garantir a inclusão social das crianças e jovens, contribuindo para reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento humano sustentável. A implementação dessas políticas exige um esforço conjunto do Estado, da sociedade civil e do setor privado, visando a construção de uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva.

### 3.1 Formação omnilateral na educação profissional e técnica de nível médio e suas relações com a permanência de discentes

As pessoas se transformam e atuam no mundo por meio do trabalho, e na contemporaneidade o surgimento de desafios é diário. Superar os obstáculos requer cada vez mais conhecimento e para isso é necessário romper com alguns paradigmas impostos pela sociedade capitalista. Assim, a busca por uma formação em sua totalidade que não separe o manual do intelectual e cujo sujeito esteja preparado do ponto de vista técnico, capaz de agir de forma autônoma e consciente sobre o mundo, se torna desafiador. Uma formação muito distante de se tornar concreta, mas cujos caminhos ajudam a construir sujeitos de direitos, menos alienados e mais críticos. Essa formação convencionou-se chamar de formação omnilateral.

Santos (2012) aponta uma análise a respeito do conceito em uma das obras de Marx. Este entende como proposta de um projeto de sociedade que vise a omnilateralidade e que supere a visão unilateral de sociedade e de pessoa, uma vez que a unilateralidade é condicionada por uma prática social que fomenta a dicotomia entre trabalho manual e intelectual, ensino e prática.

Assim, a formação unilateral induz ao tecnicismo e ao formato instrumental, e fragmentado de conhecimentos, isso se dá porque o sistema capitalista necessita formar o sujeito para que ele seja apenas mão de obra barata. Este tipo de educação é marcado pela desigualdade social, pelo trabalho alienado, pela divisão social, pelas relações burguesas sociais que são limitadas e voltadas para uma classe elitizada.

Neste viés, Santos (2012), afirma que no sistema capitalista esse tipo de educação

[...] é compreendida como a formação de cada operário no maior número possível de atividades industriais, de forma que se precisar ser remanejado de uma atividade a outra, por emprego de uma máquina nova ou por alguma mudança na divisão do trabalho, possa facilmente encontrar uma colocação, sem prejudicar a organização geral do modelo produtivo (Santos, 2012, p. 11).

Contudo, na educação fundamentada na formação omnilateral, Moura, Lima Filho e Silva (2015) afirmam que a finalidade é dar ao trabalhador condições dominar o conteúdo do próprio trabalho, dando-lhe condições de enfrentar as contradições entre capital e trabalho. Assim, a formação omnilateral busca formar um humano

crítico, emancipado, que tenha autonomia, e que tenha consciência da sua realidade como um todo, dentro do seu contexto, da sociedade. Portanto, a formação omnilateral possibilita à classe dos trabalhadores apropriação de conhecimentos que transcendam às habilidades técnicas do trabalho.

Nessa perspectiva, Santos (2012), ressalta a importância de fazer a distinção entre formação omnilateral e formação pluriprofissional que seria o conhecimento de várias atividades distintas, mas sem a apropriação do processo produtivo como um todo, permanecendo assim a subsunção ao capital e à classe dirigente.

Somado a isso, Marx quando escreveu em alemão na obra “Capital”, preferiu não utilizar o termo “politécnico”. Segundo Manacorda (2011) ele utilizou as sentenças “ensino tecnológico de teoria e prática” para que não confundissem com o vocábulo “pluriprofissional” que é a proposta de *instrução industrial universal*, expressão favorita dos burgueses e economistas filantrópicos.

Em contrapartida, a formação omnilateral pode ser considerada como um neologismo, ou seja, uma nova palavra. Uma vez que esse vocábulo foi criado com intuito de se referir a uma formação humana oposta a formação unilateral. Segundo Dantas (2020, p.28) “ela se refere à formação humana integral, que busca integrar os saberes, o pensar ao fazer, o conhecimento geral ao técnico e a teoria à prática, oposta ao trabalho alienado pelas relações burguesas parciais e limitadas.”

Assim, a formação omnilateral busca que todos os sujeitos tenham participação na vida, na sociedade, e que eles não sejam apenas uma peça de uma engrenagem de um sistema capitalista que visa o acúmulo do capital, mas que os sujeitos sejam produtores, que sejam livres, que possam se associar, que sejam produtores que façam parte da produção e que também possam usufruir dos produtos que eles produzem.

Sobre esta formação e sua relação com todas as formas de atividade humana podemos afirmar que:

Este é o destino do homem e para isso deve visar o ensino intelectual, físico e tecnológico para todos. Porque, divisão dos homens entre os destinados ao trabalho e outros à ciência, os à produção e outros ao consumo, uns ao cansaço ou outros ao gozo, é o nó das contradições da sociedade capitalista que Marx pretende cortar. Eis “o germe da educação do futuro”. (Manacorda, 2011, p.11).

Atrelado a isso, por ser indissociável, destacamos a educação politécnica que desenvolve por exemplo a educação física, a educação intelectual, a educação tecnológica, e os amplos sentidos. A politecnicidade, então, levará o sujeito a desenvolver o aspecto ontológico no aprendizado por meio do trabalho (Ramos, 2017).

A diferença de uma educação omnilateral para uma educação politécnica, é que esta consegue ser inserida dentro de uma produção capitalista, porque mesmo dentro das relações burguesas, dentro desse processo dominado pelo capital, é possível termos exemplos de uma educação politécnica.

Atualmente essa educação profissional se torna uma necessidade para os jovens carentes como meio para ajudar a família com uma renda, tornando a educação omnilateral ainda distante da total efetivação. Mas, de acordo com Ciavatta e Ramos (2011, v.5, p.36) “estudos sobre a formação integrada evidenciam as dificuldades, mas não a impossibilidade de sua implantação, desde que apoiados por um projeto firme e coerente para sua realização.”

Outros pensadores a serem destacados, cujos escritos e contribuições basearam-se nas teorias de Karl Marx e Friedrich Engels, foi o filósofo Antônio Gramsci que, por sua vez, criou a expressão escola unitária e desenvolveu uma interpretação complementar que reformulava a teoria marxista nas dimensões intelectual, cultural e humanística.

Zen e Oliveira (2018) ressaltam a proposta de escola desinteressada de Gramsci como contraponto da escola dualista que prezava pela dicotomia do ensino que visava formar a elite pela educação propedêutica e a classe proletária com a oferta do ensino profissionalizante. Assim, a escola desinteressada de Gramsci seria no sentido de formar o sujeito pleno sem definir seu lugar social, mas fornecendo referenciais teórico-científicos que contribuam na construção da cidadania e comprometimento ético com a sociedade.

Nessa esteira, Santos (2012) esclarece que a formação humana integral visa a formação do sujeito em seu desenvolvimento social e humano, logo, “pretende-se que o trabalhador adquira a compreensão sobre a totalidade do processo social no qual está inserido e supere a submissão ao modelo capitalista que lhe foi imposto” (p.12). Portanto, ainda segundo o autor, a formação omnilateral pressupõe a crítica ao modelo histórico do trabalho sob o modo de produção capitalista.

Para tanto, a divisão histórica do trabalho entre manual e intelectual é uma estratégia do modo de produção capitalista com a finalidade de forçar o sistema

educacional a funcionar de modo a suprir suas demandas, fomentando um ensino que distinga trabalho manual e intelectual, simples e complexo, cultura geral e técnica, formando seres humanos unilaterais, acríticos, mão de obra extremamente qualificada para a manutenção das necessidades prementes da indústria. Uma educação pautada nesses princípios está trabalhando não pela valorização do indivíduo, mas do capital (Moura; Lima Filho; Silva, 2015).

Nessa discussão, retomamos a discussão sobre a concepção de "educação desinteressada" elaborada por Antonio Gramsci que impulsiona debates e análises profundas no âmbito da pedagogia crítica. Gramsci, um dos mais renomados teóricos marxistas do século XX, concebeu a educação desinteressada como uma abordagem que transcende a mera transferência de conhecimento técnico, almejando a formação integral dos indivíduos. Segundo suas palavras, essa forma de educação visa "desenvolver no educando a capacidade de elaborar conceitos críticos e criativos, permitindo-lhe compreender as interconexões entre saberes e realidade" (Gramsci, 1932, p. 125). Dessa maneira, o conceito proposto por Gramsci desafia a perspectiva utilitarista da educação, que muitas vezes se restringe à preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho.

Essa educação, segundo Gramsci, não pode ser compreendida como um mero processo de instrução, mas sim como um meio fundamental para a formação de uma consciência crítica e politicamente engajada. Freire, outro ícone da pedagogia crítica, complementa essa ideia ao afirmar que "a educação desinteressada, ao invés de domesticar, deve estimular o pensamento crítico e a capacidade de questionar as estruturas de poder" (Freire, 1970, p. 72). Nesse contexto, a educação deixa de ser um processo passivo de aquisição de informações e passa a ser um espaço de construção ativa do conhecimento, incentivando a análise profunda das complexidades sociais.

Antônio Gramsci atribui à cultura um papel central na concepção de educação desinteressada. Para ele, a educação deve transcender os limites da mera transmissão de informações, buscando conectar a cultura popular às expressões eruditas. De acordo com suas palavras, "a educação desinteressada deve fomentar a valorização da cultura popular, conectando-a com as expressões eruditas, de forma a enriquecer o repertório cultural dos indivíduos" (Gramsci, 1932, p. 89). Essa abordagem ampla da cultura propicia uma formação que extrapola os domínios da instrução técnica e favorece a compreensão das diferentes dimensões da sociedade.

Um dos aspectos mais marcantes da educação desinteressada de Gramsci é sua relação intrínseca com a transformação social. McLaren, renomado estudioso da pedagogia crítica, argumenta que "a educação desinteressada proposta por Gramsci visa, em última instância, a formação de cidadãos ativos e engajados na construção de uma sociedade mais justa e igualitária" (McLaren, 2000, p. 56). Ao priorizar a formação de uma consciência crítica, a educação desinteressada contribui para a preparação de indivíduos capazes de questionar as estruturas de opressão e lutar por mudanças sociais significativas.

A proposta de educação desinteressada de Gramsci dialoga intimamente com a busca pela emancipação humana. O desenvolvimento de uma consciência crítica e da compreensão das relações de poder contribui com as pessoas numa perspectiva da libertação das estruturas que perpetuam desigualdades. Como observa Santos, "a educação desinteressada assume um papel essencial na formação de sujeitos capazes de questionar não apenas o *status quo*, mas também de imaginar e lutar por um mundo mais justo e igualitário" (Santos, 1997, p. 120).

A referida educação, ao priorizar a formação integral dos indivíduos, desempenha um papel crucial na construção da identidade individual. Ao invés de meros receptores de informações, os educandos são incentivados a desenvolver suas habilidades cognitivas e criativas. Para Gramsci, "a educação desinteressada contribui para a formação de indivíduos autônomos e autênticos, capazes de refletir sobre si mesmos e sobre a sociedade que os cerca" (Gramsci, 1932, p. 75). Dessa forma, a educação se torna um processo de autodescoberta e de compreensão das próprias potencialidades.

A visão de educação desinteressada proposta por Gramsci está em sintonia com a ideia de democratização do conhecimento. Ao enfatizar a valorização da cultura popular e a conexão com a cultura erudita, a educação se torna um instrumento de acesso equitativo ao saber. Também se contrapõe à abordagem tradicional da "educação bancária", na qual o conhecimento é depositado passivamente nos alunos. Segundo Freire, essa abordagem reproduz a lógica da opressão, ao passo que a educação desinteressada propõe uma relação dialógica entre educador e educando. Freire afirma que "a educação desinteressada se fundamenta no diálogo e na troca de experiências, estimulando a participação ativa dos alunos na construção do saber" (Freire, 1970, p. 42). Desse modo, a educação se transforma em um espaço de construção coletiva do conhecimento.

Apesar das contribuições significativas da educação desinteressada, é importante reconhecer seus desafios e limitações. A implementação desse modelo educacional demanda uma revisão profunda das estruturas educacionais tradicionais, o que pode enfrentar resistência por parte de setores conservadores. Além disso, a necessidade de formação de educadores comprometidos com a pedagogia crítica e a consciência de classe também é um desafio relevante. Como alerta Giroux (1985, p. 63), "a educação desinteressada enfrenta a dificuldade de encontrar educadores dispostos a romper com modelos tradicionais e a investir no desenvolvimento de uma educação verdadeiramente transformadora

A relevância da educação desinteressada de Gramsci (1985) transcende o seu contexto histórico e permanece atual no cenário educacional contemporâneo. Diante dos desafios complexos e das crises sociais, a formação de cidadãos críticos e conscientes torna-se essencial. Assim, a proposta gramsciana continua a inspirar educadores e pensadores comprometidos com a construção de um mundo mais justo e igualitário.

A educação desinteressada também está intrinsecamente ligada à valorização da diversidade cultural. A "educação desinteressada, ao promover a compreensão das múltiplas perspectivas culturais, contribui para a formação de indivíduos empáticos e capazes de conviver harmoniosamente em sociedades pluralistas" (Nussbaum, 2002, p. 80). Com a exposição a diferentes manifestações culturais e da reflexão sobre suas próprias visões de mundo, os educandos desenvolvem uma consciência mais ampla e respeitosa das diferenças.

A visão de educação desinteressada também encontra ressonância na busca pelo desenvolvimento sustentável. A compreensão das interações entre sociedade e meio ambiente propicia aos educandos a reflexão sobre os impactos de suas ações no ecossistema. Assim, a educação desinteressada se alinha com a construção de um futuro mais equilibrado e harmonioso.

A proposta de educação desinteressada também pode ser entendida como uma prática democrática intrínseca. Ao enfatizar a participação ativa, a reflexão crítica e o diálogo entre educadores e educandos, essa abordagem pedagógica promove os princípios democráticos de igualdade e participação. Nesse sentido, a educação desinteressada vai além de transmitir informações, tornando-se um instrumento para a formação de sujeitos democráticos e atuantes.

A educação desinteressada também desempenha um papel importante na

formação de líderes sociais comprometidos com a transformação positiva da sociedade. Ao estimular a análise crítica, a empatia e a compreensão das estruturas de poder, essa abordagem pedagógica prepara indivíduos para assumirem papéis de liderança de forma responsável e ética. Conforme aponta Hooks, "a educação desinteressada, ao cultivar habilidades de comunicação, resolução de conflitos e pensamento estratégico, contribui para a formação de líderes capazes de articular e implementar mudanças significativas" (Hooks, 2003, p. 92). Assim, a educação desinteressada alimenta a criação de uma geração de líderes comprometidos com o bem comum e a justiça social.

Destarte, com esses apontamentos almejamos trazer reflexões sobre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), que é uma modalidade que propõe a formação de sujeitos mais críticos e emancipados, além de colaborar com o crescimento de um ensino mais igualitário, laico, gratuito e de qualidade, para todos.

Com a expansão da rede federal no Brasil e, principalmente com a criação dos Institutos Federais, ampliou-se as ofertas de vagas no interior dos estados federativos. Assim sendo, considerando as diversas mudanças no cenário da educação profissional e técnica de nível médio, trataremos a seguir as possibilidades dos alunos dos IFs e o Programa Nacional de Assistência Estudantil.

### 3.2 O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos Institutos Federais: uma equação possível para a permanência de estudantes?

Considerando a desigualdade econômica e social latente no Brasil, secundárias de uma sociedade desigual tecida no bojo do sistema capitalista que impera no mundo, impossível não trazer para o centro das discussões a pauta sobre educação, visto que essa luta também vem escancarando as portas para um pensamento político, social e pedagógico em nosso país.

Para tanto, considerando alguns pontos importantes, que realçam a busca de fortalecimento da educação por via de políticas públicas, destacamos o PNAES. Este admirável programa foi criado por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, para os estudantes de cursos de graduação presenciais das instituições federais de ensino superior, sendo implementado a partir do ano de 2008 e regulamentado por meio do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, cuja finalidade é de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública



federal. Essa política também vislumbra a construção de normativas de Assistência Estudantil (AE). As ações do PNAES são executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades (BRASIL, 2010).

Para compreensão da utilidade do PNAES na Educação Profissional e Tecnológica - EPT, no âmbito dos Institutos Federais, faz-se necessário o discernimento das seguintes normativas: artigos 6º e 205 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 9.394/1996; Lei nº. 11.892/2008 e por fim, o Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o PNAES, programa executado no âmbito federal e tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, cujos objetivos são:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010, p. 01).

Com barreiras a serem vencidas, o PNAES vem buscando consolidar seus objetivos, apesar de ser um avanço para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), e que é uma política de um governo que dura há alguns anos, mas não se trata de uma lei, propriamente dita. Medeiros (2020), destaca que um programa como este, ao ser transformado em lei, proporcionará maior garantia de direitos aos estudantes, contribuindo para que haja menos evasão e mais cidadãos ingressem no mundo do trabalho com alguma formação.

Prada e Surdine (2018) ao analisarem a execução do PNAES, a partir das normativas institucionais dos 38 Institutos Federais de Educação (IFs) e seus *campi*, para identificar as ações priorizadas pelos mesmos, desvelaram que os recursos do programa não contemplam o atendimento universal aos estudantes, que a dualidade do programa separa os pobres dos não pobres, focalizando o atendimento aos mínimos sociais de forma individualizada àqueles que mais necessitam, tornando a disputa interna entre os estudantes acirrada e fragmentando suas lutas sociais.

Assim, esse Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamenta a Política de Assistência Estudantil. Deste modo, a PAE, é uma ação do Estado que busca reduzir as desigualdades sociais, assegurando o acesso, a

permanência e o êxito na escola. Nesta via, esta ação acontece dentro do Institutos Federais, em especial no Ifam, se concretiza por meio de programas e projetos, benefícios sociais e acompanhamento do discente.

Nesta perspectiva, a implementação do PNAES nos institutos federais pode ser um estimado avanço nas políticas de assistência estudantil, que por sua vez procura viabilizar auxílio para alunos em situação de vulnerabilidade social, bem como implantar e gerenciar ações de permanência de todos os alunos na Instituição, independente de idade e nível de ensino.

As discussões acerca do PNAES exigem um aprofundamento maior, não se esgotam por aqui, é necessária uma reflexão desde a sua criação, seus objetivos, até chegar na ponta, onde e como são executados, levando em consideração os usuários e o impacto na vida destes. É nesse limiar que falaremos de forma breve no próximo item, a Política de Assistência Estudantil no Ifam, que tem como prerrogativa a garantia da democratização das condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes matriculados em todos os níveis e modalidades de ensino, prioritariamente, aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

### 3.3 Benefício Creche: uma política de inclusão social como medida para assegurar a permanência e êxito de discentes da EPTNM

Com o intuito de diminuir a evasão, algumas medidas são indispensáveis para buscar combater o abandono escolar, uma delas foi a criação da lei nº 7.234 em 19 de julho de 2010 no Art.4 que decreta:

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (Brasil, 2010a).

Considerando este decreto, suas determinações abrangem as Universidades e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Na esteira desse programa, destacamos a Assistência Estudantil que é uma ação do Estado que busca reduzir as desigualdades sociais e assegurar o acesso, a permanência e o êxito na escola. A Assistência Estudantil como Política se concretiza por meio de programas e

projetos, benefícios sociais e acompanhamento do aluno.

Assim como os demais IF's, o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM dispõe de um conjunto de benefícios socioassistenciais, subsidiados pelo PNAES, voltados à permanência e êxito de seus alunos nos cursos integrados e subsequentes, trata-se do Programa Socioassistencial Estudantil do Ifam. Esses benefícios vêm de encontro com a realidade local cravada com um dos menos IDHM do estado do Amazonas.

Para tanto, ressaltamos que as áreas em que as ações de Assistência Estudantil do PNAES, dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia IFAM, desenvolvidas são: Benefício Alimentação, Benefício Transporte, Benefício Moradia, Benefício Alojamento, Benefício Material Didático-Pedagógico e Benefício Creche. Neste viés, de acordo com o Edital nº 01/2022/IFAM Campus Eirunepé<sup>6</sup>:

O Programa Socioassistencial Estudantil é destinado a todos os discentes com renda per capita mensal de até um salário mínimo e meio, prioritariamente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, que estejam matriculados e com frequência regular nos cursos ofertados pelo IFAM em todos os níveis e modalidades de ensino, conforme o que estabelece a Política de Assistência Estudantil do IFAM em vigor (IFAM, 2022).

Não diferente de outras políticas assistenciais, o Programa Socioassistencial Estudantil do Campus Eirunepé/Ifam adota os critérios de seletividade daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Behring e Boschetti (2017) ao tratar da trajetória das políticas sociais enfatizam que essas estão relacionadas às configurações da questão social e às respostas das classes sociais e do Estado, exercendo por vezes a função de controle das massas ante à barbárie do capitalismo, mas como ponte de acesso aos direitos sociais. É nesse limiar que se encontra o Programa Socioassistencial Estudantil.

As formas de acesso para os benefícios dependem de cada instituição federativa ou campis. De acordo com o Edital nº 01/2022/IFAM Campus Eirunepé, é necessário preencher os requisitos previstos no edital, uma vez que os benefícios consistem no repasse mensal do benefício aos discentes regularmente matriculados e frequentando um dos Cursos do Ifam ofertados pelo Campus, prioritariamente,

---

<sup>6</sup> Disponível em Disponível em <<http://www2.ifam.edu.br/campus/eirunepe>>. Acesso: 08.08.22.

aqueles em situação de vulnerabilidade social e que não dispõem de meios para custearem suas despesas durante o período em que estiverem em atividades acadêmicas no Campus.

No Quadro 1 Taufick (2014) relaciona os principais benefícios estudantis concedidos pelos institutos federais.

**Quadro 1 - Benefícios Estudantis concedidos pelos Institutos Federais**

TIPO DE BENEFÍCIO	BENEFÍCIO	Nº DE INSTITUTOS
Benefícios Sociais	Moradia	29
	Transporte	30
	Alimentação	28
	Creche	12
	Material didático/escolar	19
	Uniforme	8
	Auxílio complementar ou emergencial	11
	Bolsa estudantil	22
Benefícios Universais	Atenção à saúde	27
	Inclusão Digital	10
	Cultura/Arte/Esporte/Lazer	23
	Apoio ao estudante com necessidades especiais	0

Fonte: Taufick (2014)

O PNAES estabelece dez grandes áreas de ação da assistência estudantil, das quais o apoio aos estudantes com filhos faz parte. Neste sentido o Benefício Creche é a ação mais comum desenvolvida pelas universidades federais brasileiras e institutos federais, tendo em vista que a grande maioria não dispõe de creches universitárias ou outras formas de apoio a esse grupo de estudantes (Figueiredo, 2019).

Daí a importância do Benefício Creche para os estudantes do IFAM, tendo em vista a realidade local eivada de problemas sociais, com alto índice de gravidez precoce, fato que reflete na existência expressiva de alunas e alunos cada vez mais recorrerem ao benefício. Uma política como essa pode contribuir com toda certeza para minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação. Uma vez tendo seus filhos amparados pelo benefício tais alunos poderão cursar com mais tranquilidade seus cursos, podendo concluídos e êxito. De acordo com Edital N° 01/2022/IFAM *Campus* Eirunepé:

2.4.1. O Benefício Creche é o repasse direto do valor do benefício a título de

ajuda de custo para apoiar o discente prioritariamente em situação de vulnerabilidade social, que comprovadamente não possua apoio familiar, nem um responsável ou cuidador direto para seu(s) filho(s), com idade de até seis anos de idade, no turno em que frequenta o curso no IFAM. 2.4.2. Para esta modalidade, é obrigatória a apresentação da certidão de nascimento (original e cópia) do filho que depende diretamente do cuidado do discente em horário em que frequenta o curso no IFAM. [...] (IFAM, 2022)

Diante disso, podemos perceber no âmbito do Ifam que a instituição buscou amenizar a evasão escolar em diversas formas e benefícios para promover a permanência com êxitos dos discentes do instituto tanto na capital, quanto nos municípios do Amazonas.

Nesse sentido, no Ifam, a política de permanência e êxito estudantil da escola é criada por meio do Plano Estratégico de Ações para o acesso, permanência e êxito dos discentes (Ifam, 2016). Para Silva (2021, p.36) sobre as ações de assistência estudantil diz que:

Apesar das dificuldades com relação a implementação e execução das ações de assistência estudantil, em especial a falta de recursos financeiros para ampliar o número de bolsas e de alunos “cobertos” pela política, é inegável a sua relevância dentro da EPTNM assim como a importância de um profissional que identifique as necessidades desses alunos como o Assistente Social, que trabalha os aspectos socioemocionais junto aos alunos bem como na viabilização de igualdade de condições para promover o ingresso, a permanência e a conclusão com êxito dos alunos numa perspectiva de autonomia, direitos e cidadania.

Assim sendo, é necessário enfatizar sobre a importância dos programas de assistência estudantil. Nesse contexto, o Ifam precisa continuar auxiliando os discentes na permanência e conclusão dos estudos, entretanto sem o apoio, a desistência escolar aumenta. Logo, é essencial que seja valorizado e executado o Plano Estratégico de Ações, para que a evasão escolar seja impedida.

O Programa Socioassistencial Estudantil no Ifam, tem como objetivo proporcionar aos discentes matriculados e que estejam frequentando regularmente as aulas no Ifam, e que se encontram em situação de vulnerabilidade social, mecanismos que garantam o seu desenvolvimento educacional, através da concessão de benefício social mensal. A reitoria envia para cada campus uma minuta do edital, e cada campus fica responsável pelos ajustes que julgarem necessários, bem como os processos desde a publicação ao resultado final.

Após a divulgação do edital do Programa Socioassistencial Estudantil, em especial o Campus Eirunepé, que é onde almejamos realizar a pesquisa, cabe aos discentes realizarem a leitura do edital e que neste constam informações como proceder para solicitar o benefício, quais documentos são necessários para inscrição. Descrevem quais são os benefícios disponibilizados e valores de teto para cada um. Assim, os benéficos são: alimentação, material didático-pedagógico, moradia, transporte e creche, que podem ser ofertados em forma de repasse direto ou serviço. Isso irá depender na disponibilidade orçamentaria destinada ao campus.

Mas vale enfatizar as dificuldades que os alunos enfrentam para solicitar o benefício. Uma delas é a questão da internet no município de Eirunepé, por ser muito distante da capital Manaus, o acesso às tecnologias é desafiador. Somente no campus possui um melhor acesso à internet. Nesses momentos em que os alunos precisam desse acesso para entrarem no sistema de inscrição que é o SIGAA, o campus disponibiliza o laboratório de informática e os servidores se revezam para auxiliarem os alunos para que eles possam ter o direito de solicitar os benefícios.

Quanto ao processo de análise e seleção é realizado pelo setor de serviço social, por meio da assistente social do campus, é um processo minucioso atentando para os documentos entregues pelos discentes. Esta análise permeia desde os dados e documentos fornecidos no ato da matrícula, podendo ocorrer visita domiciliar e entrevista. Tudo isso porque não é possível atender todos os discentes, então é necessária uma observância que leve em consideração a renda per capita familiar e vulnerabilidade social em que o discente se encontra.

Como profissional de serviço social e que sabe das múltiplas faces da questão social, compreende-se que o a raiz deste programa é buscar reduzir as desigualdades sociais sobre as condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes, bem como, reduzir as taxas de evasão escolar, contribuindo para a promoção da equidade social e ao exercício de sua cidadania pela educação, o que acaba tornando-se uma tarefa ainda mais difícil esse ato de selecionar.

Como o intuito dessa pesquisa é trazer o olhar especialmente para o Benefício Creche, é importante elucidar alguns pontos descritos, como por exemplo, no Edital nº 01/2023/Campus Eirunepé/Ifam, o Benefício Creche é o repasse direto do valor do benefício a título de ajuda de custo para apoiar ao discente, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social, que comprovadamente não possua apoio familiar, um responsável ou cuidador direto para seu (s) filho(s), com idade de até cinco anos

e onze meses de idade, no turno em que frequenta o curso no IFAM; o discente precisa estar matriculado e frequentando as aulas regularmente; que seja oriundo de escola pública; que tenha renda per capita de até um salário mínimo e meio.

Por mais que o Programa Socioassistencial Estudantil seja uma ferramenta no apoio a permanência e êxito dos discentes, importante ver como acontece a execução deste na ponta. Muitas são as dificuldades encaradas pelos discentes. Um dos entraves é a questão peculiar do município de Eirunepé, uma vez que não disponibiliza creche. Isso é um fator que acaba interferindo diretamente nos estudos das mães que precisam estudar. Sendo assim, as discentes que estudam no Ifam, acabam usando o valor do benefício creche para pagar outra pessoa que cuide de seu filho no horário em que estuda.

Em linha gerais, de acordo com dados obtidos pela Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA) do campus Eirunepé, conseguimos traçar um perfil geral das alunas atendidas pelo benefício creche, tais como: são discentes que possuem renda *per capita* entre meio salário a um salário mínimo; a fonte de renda é o bolsa família, não trabalham ou nunca trabalharam com carteira assinada; mães solas e moram em casa cedida por familiares. Ressaltando que esses dados foram extraídos com base nos documentos informados no ato da matrícula, nos anos entre 2017 e 2022.

Deste modo, enfatizamos a importância de se realizar esta pesquisa, observando qual impacto do benefício creche na permanência e êxito das alunas que já foram beneficiadas e trazer à baila suas experiências e de que forma este programa contribuiu com o êxito escolar, e ainda, dar voz as discentes que estão recebendo atualmente, e qual suas impressões e, suas contribuições sobre o debate da efetividade da política dentro da Educação Profissional e Tecnológica no Campus Eirunepé/Ifam.

## 4 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa assumiu a abordagem qualitativa, pois como afirma Minayo (2010), esta abordagem atua com um universo de significados, agregando motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, aprofundando a relação dos processos fenomênicos, não podendo se reduzir à uma operacionalização de variáveis. E também busca a tipificação da variedade de representações das pessoas no seu mundo vivencial (Bauer; Gaskell, 2008) objetivando conhecer a maneira como as pessoas se relacionam com seu mundo cotidiano.

Ainda na abordagem qualitativa enfocaremos, principalmente, o social como um mundo de significados possível de investigação e a linguagem comum, ou a “fala” como matéria-prima desta abordagem a ser contrastada com a prática dos sujeitos sociais (Minayo; Sanches, 1993, p. 1). E é por meio dessa abordagem que analisaremos o impacto do Benefício Creche trazendo à tona as histórias de vida dos sujeitos que foram contemplados com esse benefício.

### 4.1 Contexto da pesquisa: Campus Eirunepé do IFAM

O contexto da pesquisa será o Campus Eirunepé/Ifam que fica localizado no município de mesmo nome situado no interior do estado do Amazonas, Região Norte do país e que pertence à Microrregião de Juruá e Mesorregião do Sudoeste Amazonense, sudoeste da capital do estado, distando desta cerca de 1.160 km de Manaus<sup>7</sup>.

A cidade de Eirunepé fica à margem esquerda do Rio Juruá, próximo a foz do Rio Tarauacá, que fica na margem oposta. Faz fronteira com os municípios de Itamarati e Envira ao leste; estado do Acre e município de Ipixuna ao sul; Benjamin Constant e Jutai ao oeste. Eirunepé possui uma vegetação predominante do bioma amazônico, por tal característica, o acesso aos municípios vizinhos e capital se dá exclusivamente via transporte fluvial e aéreo.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/eirunepe.html>. Acesso em: 20.06.22.



**Figura 1** - Localização do município de Eirunepé no mapa do estado do Amazonas



**Fonte:** IBGE, 2010

No Censo realizado pelo IBGE no ano de 2010, a população de Eirunepé foi contabilizada em 30.665 habitantes. Segundo o Instituto, para o ano de 2021, a população eirunepeense foi estimada em 36.121 habitantes. No que se refere à economia, Eirunepé apresentou, em 2019, um PIB *per capita* (Produto Interno Bruto) de R\$ 14.089,95.

**Figura 2** - Imagem área da cidade



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Eirunepé, 2017

Na área educacional, o município tem à sua disposição estabelecimentos públicos e privados que oferecem o ensino básico, técnico e superior. Quanto às instituições públicas, 35 estabelecimentos são destinados aos alunos do Ensino

Infantil; 41 para alunos do Ensino Fundamental e 04 escolas para estudantes do Ensino Médio (INEP, 2022). Há apenas uma escola de caráter privado, oferecendo as séries do Ensino Infantil.

De acordo com os dados do Censo Escolar de 2021, o município apresentou 7.832 matrículas no Ensino Fundamental, 1.628 matrículas no Ensino Médio. Quanto à Educação Profissional e Tecnológica e de nível superior, Eirunepé possui uma universidade pública (Universidade do Estado do Amazonas – UEA) e um Instituto Federal (Ifam). Conta também com unidades do Senac e Cetam, os quais oferecem cursos técnicos e profissionalizantes.

A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é de 90,7 %, sendo que o IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) em 2021 foi de 4,2 e o IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) de 3,8 (IBGE, 2023).

Com um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) considerado baixo, cerca de 0,563<sup>8</sup>, o município apresenta uma taxa de Mortalidade Infantil de 19,53 óbitos por mil nascidos vivos (IBGE, 2020).

De acordo com os dados da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas no que diz respeito a taxa de natalidade a região do Juruá, da qual Eirunepé faz parte, apresentou cerca de 20,8 nascidos por 1 mil habitantes em 2017. Nesse mesmo ano, houve predominância de mães na faixa de 20 a 34 anos (64,2%) no estado do Amazonas, sendo que a região do Rio Juruá estava entre as três as maiores proporções de mães adolescentes, perfazendo 33,8% dos casos registrados. Implica dizer que as estatísticas de jovens mães em idade escolar é bem expressiva no município, por isso essa pesquisa se faz relevante no sentido de trazer à baila não apenas o perfil de discentes, mas de que forma essas adolescentes e/ou jovens sobrevivem e quais as estratégias utilizadas para não evadir do curso no qual se matricularam. Ademais, o Benefício Creche se faz de extrema relevância dada as características sociodemográficas que o município apresenta.

Por tudo isso o lócus da pesquisa, propriamente dito, será o Campus Eirunepé, situado na região urbana da cidade. Atualmente, o instituto desenvolve suas atividades em espaços provisórios, tendo em vista que o prédio oficial se encontra em construção. Assim, os cursos são oferecidos em prédios separados, em bairros distintos, a saber: no Centro de Referência em Inclusão e Tecnologia Social e no

---

<sup>8</sup> Disponível em <<https://www.eirunepe.am.gov.br/a-cidade/>>. Acesso: 20.06.22.

antigo prédio do Liceu de Artes, da cidade.

**Figura 3** - Imagem do prédio do IFAM/Campus Eirunepé



**Fonte:** site do IFAM, 2023.

O Campus funciona ainda no prédio indicado na figura 4, com salas de aula, sala da Direção Geral, sala dos departamentos de Ensino, Pesquisa e Extensão - DEPE, Departamento de Administração e Planejamento - DAP cozinha, sala dos professores, cantina e área para reuniões com os pais.

**Figura 4** - Imagem do prédio do IFAM/Campus Eirunepé



**Fonte:** site do IFAM, 2023.

Como supracitado, atualmente o campus Eirunepé, realiza suas demandas institucionais em locais separados, um chamado de liceu que funciona uma parte administrativa. Tem ainda o Centro de Referência em inclusão e tecnologia social em que funcionam salas de aula e os demais departamentos. A sede oficial do campus encontra-se em fase de construção.

**Figura 5** - Imagem do prédio oficial do IFAM/Campus Eirunepé



**Fonte:** Direção do Campus Eirunepé, 2024.

A construção do prédio oficial do campus está progredindo bem, o que vai promover qualidade no que tange à formação dos discentes como um todo. Um único local que atenda às necessidades na promoção do ensino, pesquisa e extensão certamente corrobora com uma formação omnilateral.

#### 4.2 Pesquisa documental

A pesquisa documental consiste na geração de dados por meio de documentos como fontes primárias. Entendemos com Evangelista (2012, p. 8) que os documentos são produções construídas por diferentes atores políticos em processos de disputa e emergem “[...] de avaliações, de análises, de tendências, de recomendações, de proposições. Expressam e resultam de uma combinação de intencionalidades, valores e discursos; são constituídos pelo e constituintes do momento histórico”. Logo, os documentos além da contextualização histórica de sua elaboração também expressam os valores e princípios de determinado momento social e cultural.

Portanto, concordamos com Shiroma, Campos e Garcia (2005, p. 427) ao afirmarem que “[...] um documento não é restrito a uma única e harmoniosa leitura. Pelo contrário, é aberto a re-leituras, não um objeto para consumo passivo, mas um objeto a ser trabalhado pelo pesquisador para produzir sentido”. Assim, cabe ao pesquisador considerar os aspectos históricos, sociais e culturais do documento, bem como os atores envolvidos na sua produção.

Para esse estudo, utilizamos os seguintes documentos:

- Edital de Processo de Seleção de Estudantes para a Concessão de

Benefícios por intermédio do Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM (2022).

- Edital de Processo de Seleção de estudantes para o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM (2023)
- Plano de ação estratégico de acesso, permanência e êxito dos discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Estes documentos explicitam os mecanismos de acesso aos benefícios previstos no Programa de Assistência Estudantil. Logo, forneceram informações relevantes para entendermos o funcionamento e a dinâmica do Programa.

#### 4.3 Entrevista como geração de dados

A entrevista é considerada como um método de coleta de dados em uma pesquisa e que permite ao pesquisador uma espécie de comunicação direta com os sujeitos investigados ou com um grupo de estudo.

Pode ser entendida como uma oportunidade de conversa face a face, utilizada para “mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes”, ou seja, ela fornece dados básicos para “uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações” em relação aos atores sociais e contextos sociais específicos. (Minayo, 2008; Cervo; Bervian, 2007).

De acordo com estes autores, quando se pretende utilizar a entrevista em determinada pesquisa, é necessário o planejamento para coleta de informações e observação constante para atingir os objetivos pretendidos. Para isso, importante organizar uma sequência de perguntas coerentes, elaboração de roteiro que oriente o pesquisador, e não esquecer de manter uma linguagem acessível.

Para se alcançar esses objetivos, por meio dessa técnica da entrevista, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista. Nesta via, a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional (Lakatos; Marconi, 1996, p. 195).

A entrevista possui três formas de ser realizada, que são: entrevista estruturada, semiestruturada e não estruturada. Para esta pesquisa, a mais adequada e utilizada foi a entrevista semiestruturada.

Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador.

A entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (Triviños, 1987, p. 152). Esses apontamentos nos levam a compreender que por meio da entrevista, mergulhamos em um cenário que outrora pareciam ser apenas números, ou ainda, pairavam na superficialidade e quando mergulhamos em ouvir o que o outro tem para falar, como pesquisador, acionamos um olhar mais apurado objetivando de fato trazer à baila os elementos em sua totalidade.

Nessa perspectiva, Manzini (1990/1991, p. 154), diz que a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Buscando compreender os aspectos pertinentes e singulares vivenciados pelas discentes atendidas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES, executada no IFAM por meio do Programa Socioassistencial Estudantil, especificamente no benefício creche, entendemos que por meio da entrevista seria possível uma melhor compreensão dessa realidade e mais, permitindo que os atores pudessem ser os verdadeiros protagonistas e tivessem liberdade em expressar suas experiências.

Por meio da entrevista semiestruturada, buscamos conhecer as compreensões das pessoas sobre os fatos relacionados ao benefício creche e o seu significado para ela. Assim, traremos à baila as questões inerentes aos impactos do Benefício creche sob o olhar dos discentes atendidos, bem como a suas impressões, dando essa liberdade de fala.

Munidos disso, realizamos a entrevista semiestruturada composta por um roteiro organizado por temáticas, com as 7 discentes atendidos pelo Benefício Creche, nos anos de 2017 a 2022. Dito isso, foi produzido dados que contribuíram para a

investigação e que promoveram a interlocução entre a entrevistadora e os entrevistados. Doravante, utilizaremos o termo “participante” para se referir às discentes que estavam no período em estudo como estudantes matriculadas regularmente em um curso técnico do Campus Eirunepé/IFAM e, atualmente, no ano de 2024, concluíram o curso.

O roteiro teve como intenção produzir as informações básicas, como um meio de organização do processo de interação com os entrevistados, com o objetivo de atingir o máximo de clareza nas descrições. No roteiro estabelecido tiveram questões referentes ao PNAES, Programa Socioassistencial Estudantil, Benefício Creche, entre outras.

A seguir, no quadro 2 apresentamos o roteiro que compuseram as narrativas por meio da entrevista. O roteiro foi constituído de três blocos, a saber:

**Quadro 2 - Objetivos e temáticas da entrevista**

<b>BLOCO</b>	<b>OBJETIVOS DO BLOCO</b>	<b>TEMÁTICAS ORIENTADORAS</b>	<b>PROPOSIÇÕES</b>
1	Esclarecimentos sobre os passos iniciais da pesquisa.	1.1 Agradecimentos aos participantes 1.2 Direcionamento ao TCLE e TALE 1.3 Esclarecimentos sobre os passos da entrevista.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Antes da sua assinatura no TCLE, socialize suas dúvidas sobre a pesquisa e outras questões ou sentimentos que queira compartilhar.</li> </ul>
2	Caracterizando os participantes da pesquisa	2.1 – Identificação dos sujeitos: nome, idade, data e local de nascimento 2.2 - Identificação dos familiares residentes na mesma casa: nome, idade, data e local de nascimento, escolaridade, profissão 2.3 Situação socioeconômica da família.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fale sobre sua residência, sua comunidade/bairro, sua família, seu emprego e sua forma de sustento.</li> </ul>

3	Trazendo a percepção dos participantes da pesquisa referente ao Benefício Creche	3.1 Programa Socioassistencial Estudantil 3.2 Política Nacional de Assistência Estudantil 3.3 Benefício Creche	NARRE SOBRE: <ul style="list-style-type: none"> <li>• A sua entrada no curso.</li> <li>• As informações que você tem sobre o Programa Socioassistencial Estudantil.</li> <li>• Há existência ou não de dificuldades de acesso ao benefício creche?</li> <li>• As contribuições do benefício na sua formação profissional, pessoal, social.</li> <li>• Os impactos do benefício creche nos seus estudos.</li> <li>• Você participou de alguma outros projetos ou minicursos promovidos pelo IFAM.</li> <li>• O que você acha sobre o IFAM para o município de Eirunepé.</li> <li>• O que você acha que o funcionamento de prédios separados do Ifam</li> <li>• E hoje em dia, como você vê a contribuição do IFAM e do benefício creche para sua vida profissional</li> </ul>
---	--	--	--

**Fonte:** Elaborado pela autora da dissertação, 2023.

Para este momento, seguimos alguns pontos na entrevista, como: leitura do TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi devidamente assinado e autorizado pelos participantes, assim como o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE, no caso de haver menor de idade.

#### 4.4 Participantes da pesquisa

Em 2022, o Campus Eirunepé atendeu discentes nas modalidades Integrado, Subsequente e Proeja (Administração), que estão distribuídos nos cursos conforme quadro 3:



**Quadro 3** - Quantitativo de discentes nos cursos ofertados no campus Eirunepé em 2022

<b>MODALIDADE</b>	<b>CURSO</b>	<b>QUANTITATIVO DISCENTES</b>
INTEGRADO	Administração	96
	Agropecuária	84
	Informática	102
SUBSEQUENTE	Administração	40
	Agroecologia	74
	Manutenção e suporte em informática	79
	Vendas	35
PROEJA	Administração	37
<b>TOTAL</b>		<b>547</b>

**Fonte:** Coordenação de Registos Acadêmicos - CRA, 2022

Os discentes matriculados nesses cursos se constituem como potenciais participantes da pesquisa, pois acreditamos que o número de estudantes mães e pais tem aumentado a cada ano, sobretudo com o aumento expressivo da gravidez precoce, a cada ano, conforme dados do Ministério da Saúde (2022) já sinalizados. Assim, o número de discentes que procuram pelo Benefício Creche aumento a cada ano com intuito de assegurar a permanência das estudantes mães. Contudo, reconhecemos a necessidade de intensificar o controle da natalidade dentre os jovens.

Participaram do estudo sete discentes que estiveram vinculadas a um dos cursos integrados de Administração, Agropecuária e Informática, bem como dos cursos do Subsequente: Administração, Agroecologia, Manutenção e suporte em informática, Vendas e Proeja do Campus Eirunepé/Ifam que receberam o Benefício Creche entre 2017 e 2022.

No quadro 4 apresentamos o quantitativo de solicitações do Benefício Creche, do período de 2017 a 2022:

**Quadro 4** - Solicitações do Benefício Creche, do período de 2017 a 2022

<b>Período</b>	<b>Solicitações</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Indeferido</b>	<b>Deferido</b>
2017.1	2		2	0	2
2017.2	2		2	0	2
2018.1	0	0	0	-	-
2018.2	0	0	0	-	-
2019.1	0	0	0	-	-
2020.1	0	0	0	-	-
2021.1	12	3	9	12	-

2022.1	24	3	18	18	6
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>6</b>	<b>31</b>	<b>30</b>	<b>10</b>

Fonte: SIGAA, 2022

No quadro 4 temos um total de 40 solicitações, dentre elas 6 são de discentes do sexo masculino e 31 do sexo feminino. Foram indeferidas 30 solicitações e 10 deferimentos. Os dados supracitados foram extraídos do Resultado Final publicado na página do Campus Eirunepé/Ifam, referente a cada certame.

Do total desses dez deferimentos, foram confirmados oito discentes aprovadas, sendo que uma foi beneficiada em dois semestres, ao final contabilizando esse total de dez deferimentos. Porém, para esta pesquisa, apenas 7 discentes participaram.

A discente que não participou da pesquisa, justificou que no momento residia em outra cidade, Manaus, e que em conversa com o seu esposo, foi orientada a não se envolver, acreditando que a pesquisa invadiria sua vida pessoal.

Como critérios de inclusão de participantes na pesquisa definimos: discentes que se encontravam regularmente matriculados no Campus Eirunepé/Ifam nos anos de 2022 e 2023; e que foram atendidos pelo benefício creche do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no período de 2017 a 2022. Como critérios de exclusão: participante que se encontre em situação de doença ou tratamento de saúde; participante que já não resida no município de Eirunepé ou que mora em outro local que não possua acesso à Internet; participante que seja desligado da instituição ou em situação de evasão escolar; Situação de falecimento.

Um dos principais pilares de uma pesquisa são os participantes da pesquisa. Compreender a realidade na qual estão inseridos, seu contexto social e econômico, são apenas alguns pontos, mas que nos permite conhecer uma realidade que na maioria das vezes é invisível. Por trás de cada aluno, existe uma família, suas dificuldades, existe um meio de sobrevivência, a busca por um futuro melhor, a mudança de uma realidade. Não se resumem a números, são pessoas que almejam galgar novos espaços, muitas vezes, tornar o sonho em realidade.

Os participantes de uma pesquisa são os atores principais. Por meio deles, é possível obter subsídios para pesquisas. Por esta via, organizamos um quadro contendo informações sobre as sete participantes desta pesquisa. Sabemos que elas foram atendidas pelo benefício creche, que está dentro do Programa Socioassistencial Estudantil, que faz parte da Política de Assistência

Estudantil, que é subsidiada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Com o objetivo de caracterizar as participantes desta pesquisa, elencamos alguns pontos que julgamos primordiais para traçar estes perfis.

**Quadro 5** - Caracterização das participantes da pesquisa

Participante	Idade	Sexo	Etnia/Cor	Estado civil	Profissão	Bairro
P1	24	Feminino	Pardo	União estável	Desempregada	São José
P2	32	Feminino	Pardo	Solteira	Desempregada	N. Sra de Fátima
P3	26	Feminino	Pardo	Solteira	Frentista	São José
P4	25	Feminino	Pardo	Solteira	Desempregada	São José
P5	19	Feminino	Pardo	Solteira	Assistente administrativo	Santo Antônio
P6	27	Feminino	Pardo	Casada	Desempregada	N. Sra de Fátima
P7	29	Feminino	Pardo	Solteira	Desempregada	Santo Antônio

**Fonte:** Questionário socioeconômico, IFAM

No quadro 5, observamos que o perfil das participantes possui semelhanças, a idade fica entre 24 a 32 anos, todas do sexo feminino. A respeito da etnia/Cor são todas parda, cinco participantes possuem como estado civil solteira, uma em união estável e uma casada. Apenas duas estão trabalhando, uma frentista e outra assistente em administração, e cinco delas estão desempregadas. O bairro em que residem, concentram-se no São José, Nossa Senhora de Fátima e Santo Antônio.

No quadro 6 apresentamos os cursos e modalidades cursadas no momento da vinculação aos cursos no Campus Eirunepé/Ifam. Com relação ao curso, apenas uma cursou Administração na modalidade integrada, outro participante cursou Administração na modalidade subsequente. Duas participantes cursaram Vendas e três fizeram Agroecologia, ambas na modalidade subsequente.

**Quadro 6** - Curso e modalidade das participantes da pesquisa

Participante	Curso	Modalidade
P1	Administração	Subsequente
P2	Agroecologia	Subsequente

P3	Vendas	Subsequente
P4	Vendas	Subsequente
P5	Administração	Integrado
P6	Agroecologia	Subsequente
P7	Agroecologia	Subsequente

**Fonte:** Questionário socioeconômico, IFAM

Continuando, no quadro 7, apresentamos informações referente a moradia, quantidade de filhos, fonte de renda e meio de transporte:

**Quadro 7 - Aspectos sociais e econômicos das participantes**

Participante	Situação da moradia	Filhos	Quantas pessoas residem na mesma casa	Qual principal fonte de Renda	Possui alguma deficiência	Condições de transporte
P1	Própria	2	4	Bolsa Família	Visual	Sem transporte
P2	Própria	4	5	Bolsa Família	Não	Sem transporte
P3	Própria	1	2	Um salário mínimo	Não	Bicicleta
P4	Própria	2	5	Bolsa Família	Não	Sem transporte
P5	Própria	1	5	Um salário mínimo	Não	Sem transporte
P6	Própria	2	4	Bolsa Família	Não	Bicicleta
P7	Própria	4	8	Bolsa Família	Não	Sem transporte

**Fonte:** Questionário socioeconômico, IFAM

Com relação à moradia, todas as participantes residem em casa própria. A quantidade de filhos varia entre 1 a 4 crianças. A quantidade de pessoas residindo na mesma casa varia entre 2 a 8 pessoas. Com relação a renda familiar, foi relatado que cinco participantes sobrevivem com do bolsa família, e apenas duas trabalham e recebem um salário mínimo. Quando perguntado sobre deficiência, apenas respondeu que possui deficiência visual. Quando o assunto é transporte, cinco participantes responderam que não possuem nenhum tipo de transporte, apenas duas possuem bicicleta.

A respeito da formação, seis possuem o Curso Técnico e uma possui o ensino

médio/técnico. Sobre quais benefícios do Programa Socioassistencial Estudantil, todas foram contempladas nos benefícios alimentação, material didático-pedagógico, transporte e creche.

**Quadro 8** - Situação acadêmica e benefícios recebidos pelas participantes

PARTICIPANTE	SITUAÇÃO ESCOLAR OU ACADÊMICA	BENEFÍCIOS DO PROGRAMA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
P1	Curso Técnico	Alimentação Material-Didático Transporte Creche
P2	Curso Técnico	Alimentação Material-Didático Transporte Creche
P3	Curso Técnico	Alimentação Material-Didático Transporte Creche
P4	Curso Técnico	Alimentação Material-Didático Transporte Creche
P5	Ensino médio/técnico	Alimentação Material-Didático Transporte Creche
P6	Curso Técnico	Alimentação Material-Didático Transporte Creche
P7	Curso Técnico	Alimentação Material-Didático Transporte Creche

**Fonte:** Questionário socioeconômico, IFAM

Pelo quadro 8, a respeito da formação, seis possuem o Curso Técnico e uma possui o ensino médio/técnico. Sobre quais benefícios do Programa Socioassistencial Estudantil, todas foram contempladas nos benefícios alimentação, material didático-pedagógico, transporte e creche.

#### 4.5 Análise de dados

Considerando a questão norteadora desta pesquisa, em que nos interrogamos sobre como o benefício creche pode impactar na formação das participantes desta pesquisa, utilizamos a Análise de Conteúdo Bardin (2016). Este método analisa os dados de uma pesquisa qualitativa, ou seja, é um método para analisar dados que

descrevem e ilustram a realidade, mas que não podem ser quantificados. Assim, Bardin (1977, p. 42) aponta que:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Mediados por esse tipo de análise, buscamos respostas para nosso objetivo principal da pesquisa, de forma a compreender os arranjos envolvidos entre os beneficiários do Benefício Creche e a formação omnilateral no Campus Eirunepé/Ifam. Para isso, alguns passos devem ser tomados, tais como:

A pré-análise, que se trata de uma fase de organização dos dados com o objetivo de constituir o corpus da pesquisa. “O corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 1977, p. 96). No primeiro momento, uma vez que os sujeitos da pesquisa são discentes atendidos pelo Benefício Creche, temos como base os documentos institucionais, como a publicação do Resultado Final do Programa Socioassistencial Estudantil, no período de 2017 a 2022, que asseguram essas assertivas, definindo então tempo e espaço para este método.

Nesta primeira etapa, é importante dar os primeiros passos na preparação do material que será utilizado na pesquisa, nos debruçaremos nas leituras, buscando amparo em documentos oficiais, arquivos institucionais, selecionando ferramentas. Destacamos assim a entrevista, que será nosso instrumento de coleta de dados. Nesta perspectiva, as perguntas serão elaboradas buscando responder aos objetivos específicos, sempre direcionadas a temática.

O segundo momento é de escuta. Para isso, primeiramente organizamos o ambiente para os encontros com os sujeitos da pesquisa no IFAM, que aconteceram no prédio chamado de Liceu. O local foi preparado com antecedência, sendo organizado e pensado em proporcionar segurança e acolhimento para as discentes. As entrevistas aconteceram em dois dias. Primeiramente participaram quatro discentes, duas pela parte da manhã e duas pela parte da tarde. No dia seguinte, realizamos três entrevistas, duas pela manhã e uma a tarde. Cada momento teve em média duração de 1 hora e 30 minutos, sempre respeitando os intervalos em cada

entrevista.

Para as entrevistas, seguimos o roteiro de perguntas que foram pensadas e interligadas com o objetivo da pesquisa. Como forma de registro, foi utilizado um gravador de áudio que armazenou todas as conversas. Durante a entrevista, as alunas sentiram-se à vontade para falar sobre suas percepções, suas impressões sobre o benefício creche.

Esta etapa, será o momento da exploração do material, nesse momento o corpus estabelecido deverá ser estudado mais profundamente, com o objetivo de estabelecer as unidades de registro e unidades de contexto. “Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos” (Bardin, 1977, p. 101). Deverá haver a separação por palavras e é nesse momento que o investigador busca encontrar categorias que são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala será organizado.

O terceiro momento realizamos as transcrições das conversas. Após os encontros em que realizamos as entrevistas com as discentes, iniciamos a transcrição do conteúdo coletado. Por meio desta ação, a autora destaca duas dimensões, por possibilitar e facilitar as interpretações e inferências, são elas a codificação e a categorização. A codificação é definida por Bardin (1994) como uma transformação dos dados brutos do texto, por meio de recorte, agregação e enumeração, com o intuito de possibilitar uma representação do conteúdo, de sua expressão. Nessa esteira, após a definição das unidades de registro e análise, por meio da codificação, o próximo passo é a categorização.

Ao abordar a categorização, Franco (2012, p. 63) a define como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos”. A definição apresentada está em consonância com o delineamento de categorização proposto por Bardin (1994).

Por meio dos encontros, buscamos conhecer as compreensões das pessoas sobre os fatos relacionados ao benefício creche e o seu significado para ela. É nesse limiar que pretendemos trazer à baila as questões inerentes aos impactos do Benefício creche sob o olhar dos discentes atendidos, bem como a suas impressões, dando essa liberdade de fala.

#### 4.6 Riscos e Benefícios

A pesquisa contou com a participação de jovens do ensino médio técnico como atores do estudo por meio da entrevista. Nesse viés, as temáticas utilizadas no momento da entrevista, poderiam suscitar situações de desconforto, timidez, estresse, invasão de privacidade dos entrevistados, discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado, nervosismo, dúvidas, uma vez que as entrevistas foram gravadas pela pesquisadora.

Compreendendo que essas questões poderiam surgir, foram tomadas medidas objetivando minimizar situações proporcionando um ambiente acolhedor, sem pressões ou atitudes que levassem desconforto, assegurando a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico financeiro, assim como garantir a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras).

Ressaltamos que os encontros para as entrevistas foram agendados previamente, sendo estabelecido local, dia e hora para os encontros. Importante dizer que foi mantido absoluto sigilo quanto aos participantes, que receberam o roteiro da entrevista via e-mail e WhatsApp, com a finalidade de preparação para o momento. O intuito foi sempre fortalecer uma relação de confiança.

Caso viesse ocorrer algum dano, a pesquisadora encontrava-se apta e de prontidão para auxiliar o avaliado bem como, caso seja necessário, encaminhá-lo para auxílio psicológico no próprio campus, ou o que fosse necessário. Para evitar esses riscos, além do conforto e acolhimento no local, garantiremos o sigilo em relação as suas respostas, as quais foram tidas como confidenciais e utilizadas apenas para fins científicos. Se houvesse menor de idade, estaria com seu responsável, o que não aconteceu.

Os benefícios relacionados com a participação foram de maneira indireta por meio de um produto educacional. Produzimos um vídeo e um portfólio como P.E. que consiste em orientar e subsidiar o acesso aos benefícios por jovens e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social. Os benefícios estão ainda associados a uma compreensão melhor acerca do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, como uma política pública, com vistas a uma formação omnilateral contexto do Campus Eirunepé-IFAM.



Indispensável ressaltar que todos os possíveis riscos, bem como os benefícios desta pesquisa foram apresentadas às participantes por meio do TCLE - Termos de Consentimento Livre e Esclarecido. Preparamos ainda o TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, porém não houve necessidade pelo motivo de não ter menores de 18 anos participando desta pesquisa.

Ressaltamos que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética, através do parecer de número 6.276.772, em 01 de setembro de 2023. O espelho do parecer supracitado encontra-se em anexo.

Por esta via, no que tange a sociedade, esta pesquisa contribui junto ao acervo sobre os estudos relacionados a temática que ainda é muito escasso quando se busca referências para subsidiar a presente pesquisa no contexto IFAM, Campus Eirunepé.

## **5 NUANCES DA FORMAÇÃO ONNILATERAL DE DISCENTES DA EPTNM: CONTRIBUIÇÕES DO BENEFÍCIO CRECHE**

O Instituto Federal do Amazonas como parte integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem como pressupostos epistemológicos a formação integral dos estudantes pautado no conceito de omnilateralidade (Ramos, 2014).

Nesse capítulo, buscando responder ao objetivo “avaliar como essa política pública impacta diretamente na continuidade dos estudantes no ambiente educacional e no seu desempenho acadêmico”, reforçamos o conceito Marxista sobre omnilateralidade, que pressupõe uma formação integral crítica e que atenda a todas as necessidades do ser humano, na qual o indivíduo não seja apenas assimilador e reprodutor de informações, mas que desenvolva conhecimentos e habilidades para que seja autor da sua história e sujeito crítico e participativo na sociedade (Costa; Coutinho, 2018).

Apresentaremos o processo de geração de dados e o resultado da pesquisa, por meio da entrevista, observando os enlaces entre a formação omnilateral e a política de assistência estudantil, especificamente o benefício creche e se por meio deste, é possível integrar as dimensões fundamentais da vida, trabalho, ciência e cultura, que são bases estruturantes da prática social.

A geração dos dados com as sete participantes da pesquisa ocorreu no mês de novembro de 2023, no município de Eirunepé, lócus da pesquisa. Foram realizados dois encontros com cada participante, onde o primeiro foi no Liceu. Este é um espaço em que funcionam partes dos atendimentos do Ifam como: psicologia, enfermagem e serviço social. Durante quase duas horas com cada sujeito, foram realizadas as entrevistas.

O local foi preparado pra recebê-las com todo acolhimento e principalmente propiciando segurança para as participantes. Mediante o roteiro elaborado para realização das entrevistas, teve início a coleta de dados para o Produto Educacional.

No segundo encontro, fomos ao encontro delas em suas residências e duas em seu local de trabalho. Conhecemos de perto a realidade na qual as participantes estão inseridas, acompanhando um pouco da sua rotina, o que permitiu uma certa liberdade na fala delas. Com essa visita, pudemos compreender melhor suas opiniões, suas experiências, suas expectativas e suas realidades, como evidencia o vídeo.

Esse sempre foi um dos pilares desta pesquisa, dar voz a estas discentes que foram beneficiadas pelo Benefício Creche, que faz parte da Política de Assistência Estudantil no IFAM e que se ampara no Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Por meio desses relatos, almejamos que este material alcance os discentes de todos os Campi, e principalmente provocar uma reflexão no âmbito da gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM acerca desta Política, mostrando diretamente o seu alvo, que são os usuários que estão na ponta.

Quanto a questão “*Quantas pessoas moram na sua casa?*”, obtivemos os seguintes relatos:

**Quadro 9** - Relatos das participantes sobre moradia e família

ENTREVISTADA	RESPOSTAS
P1	
P2	Mora eu, meus pais, meus 4 filhos, duas meninas e dois meninos, uma de 11, outro tem 9, outro tem 8 e a outra tem 7, mais a minha irmã.
P3	Mora eu, meu marido e meus dois filhos que são gêmeos. O nome deles é Ícaro e Yuri, e meu esposo Edmar que estuda aqui no Ifam também, ele faz Administração. A minha profissão é dona de casa mesmo e ele é pedreiro. A nossa renda é 900,00 reais do bolsa família, se meu marido trabalhar todo dia ele ganha uns 600, 00 reais por semana, mas depende muito se ele pega diária por aí. Tem vezes que não tem trabalho, aí a gente fica só com o bolsa família mesmo.
P4	Eu moro num terreno, não é meu, é da minha mãe. A minha casa é bem pequena, ela é 3 por 5, não tem banheiro, não tem nada, é como se fosse um quarto. Foi tudo muito improvisado, só pra mim sair logo da casa da minha mãe, aí mora eu e minhas quatro meninas. Eu vivo só do bolsa família, que agora tô recebendo 1.100,00, mas antes não era esse valor, era uns 800 reais. A idade das minhas filhas são 15, 11, 8 e uma de 5 anos.
P5	Meus dois irmãos, eu e meu nenê. Na época que eu estudava no Ifam, morava eu, meu esposo nosso filho. Casa própria.
P6	São cinco pessoas, são meus pais, meus dois filhos e eu. Pai tem 60 anos, minha mãe tem 58 anos, a minha mais velha tem 6 e o mais novo tem 2 anos. A renda da família é assim, minha mãe é merendeira e ganha um salário mínimo e meu pai trabalha fazendo caixão, e eu recebo bolsa família no valor de 900,00.
P7	2 pessoas. Ano passado meu pai teve um problema de saúde grave, por conta disso tiveram que se mudar para Manaus, que o remédio dele não pode ficar muito tempo fora do refrigerador, então essa logística de Manaus até aqui não teria como tendo essa possibilidade então eles (pai e mãe) tiveram que mudar para Manaus. Meu filho foi com eles por conta do pai como ele já é idoso ele não queria ficar longe dele. Meu irmão atualmente trabalha na força aérea e eu trabalho como secretaria em uma escola do município. Na época quando eu estudava no IFAM em 2014, que foi a primeira turma do IFAM em Eirunepé, no auge mesmo que era prova, foi bastante difícil. Na época morava eu, meu pai, minha irmã, meu irmão, meu irmão adotivo e minha mãe. Morava esse monte de gente naquela casa pequena (risos). A renda era do meu pai que é aposentado e ganha um salário mínimo e a mãe fazia, na verdade ainda faz sorvete pra complementar a renda e tinha também o bolsa família, na época era todo mundo maior de idade e a gente não trabalhava. O valor da renda da família chegava nos três mil reais por mês.

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora, 2024.

A análise das entrevistas revela uma variedade de dinâmicas familiares e condições socioeconômicas distintas entre os entrevistados. Uma categoria emergente é a composição familiar, que abrange desde famílias numerosas até unidades familiares menores. Por exemplo, P1 menciona: "Mora eu, meus pais, meus 4 filhos, duas meninas e dois meninos, uma de 11, outro tem 9, outro tem 8 e a outra tem 7, mais a minha irmã" (Silva, 2024). Enquanto isso, P7 contrasta essa estrutura, afirmando que "Morava esse monte de gente naquela casa pequena (risos). A renda era do meu pai que é aposentado e ganha um salário mínimo e a mãe fazia, na verdade ainda faz sorvete pra complementar a renda e tinha também o bolsa família" (Ambrósio, 2024).

Outro tema significativo é a diversidade de fontes de renda e estratégias de sobrevivência adotadas pelas famílias entrevistadas. Enquanto algumas dependem exclusivamente do programa Bolsa Família, outras combinam diferentes fontes de renda para sustentar seus lares. Por exemplo, P3 compartilha: "A nossa renda é 900,00 reais do bolsa família, se meu marido trabalhar todo dia ele ganha uns 600,00 reais por semana, mas depende muito se ele pega diária por aí" (P4, 2024). P7 também menciona a renda proveniente da aposentadoria do pai e da produção de sorvete pela mãe.

Além disso, as entrevistas destacam os desafios enfrentados pelas famílias, incluindo dificuldades financeiras, condições de moradia precárias e a necessidade de adaptação em momentos de crise ou mudança. P4 descreve sua situação habitacional: "A minha casa é bem pequena, ela é 3 por 5, não tem banheiro, não tem nada, é como se fosse um quarto" (P4, 2024). Da mesma forma, P7 relata a mudança de sua família para Manaus devido a problemas de saúde do pai, demonstrando a necessidade de reorganização familiar diante de circunstâncias adversas.

Essas narrativas também revelam a resiliência e a busca por oportunidades por parte das entrevistadas, mesmo diante de condições desafiadoras. Por exemplo, P5 menciona: "Meus dois irmãos, eu e meu nenê. Na época que eu estudava no Ifam, morava eu, meu esposo nosso filho. Casa própria" (Santos, 2024), destacando a conquista da casa própria como um marco de estabilidade familiar.

As entrevistas ressaltam a importância de políticas públicas, como o Bolsa Família, na mitigação da pobreza e na promoção do bem-estar das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esses programas desempenham um papel crucial no fornecimento de assistência financeira e na redução da desigualdade,

conforme evidenciado pelas experiências compartilhadas pelas entrevistadas.

Portanto, as entrevistas revelam uma tapeçaria complexa de experiências familiares e contextos socioeconômicos, evidenciando a diversidade de desafios e estratégias de sobrevivência adotadas pelas famílias entrevistadas. Através da análise desses relatos, é possível compreender melhor as realidades vivenciadas por essas famílias e refletir sobre a importância de políticas sociais e oportunidades equitativas para garantir o bem-estar e a inclusão social.

A compreensão das dinâmicas familiares e das condições socioeconômicas das famílias brasileiras é fundamental para a formulação de políticas públicas que promovam a inclusão social e o desenvolvimento humano. De acordo com Silva et al. (2020, p. 25), "as características das famílias brasileiras têm se diversificado ao longo das últimas décadas, refletindo mudanças econômicas, sociais e culturais". Essa diversidade abrange desde arranjos familiares tradicionais até novas configurações familiares, influenciadas por fatores como urbanização, migração e transformações nas relações de gênero.

No contexto brasileiro, as políticas sociais desempenham um papel crucial na mitigação da pobreza e na promoção da equidade social. Conforme destacado por Santos (2019, p. 40), "as políticas sociais são instrumentos essenciais para a garantia de direitos e para a redução das desigualdades sociais no Brasil". Programas como o Bolsa Família têm sido reconhecidos por sua contribuição na redução da extrema pobreza e na ampliação do acesso a serviços básicos de saúde e educação.

A renda e o trabalho constituem elementos centrais na vida das famílias brasileiras, influenciando seu bem-estar e sua qualidade de vida. De acordo com Gonçalves (2018, p. 63), "a precarização do trabalho e a instabilidade econômica podem impactar significativamente as condições de vida das famílias, tornando-as mais vulneráveis a crises e dificuldades financeiras". Nesse sentido, políticas que promovam a geração de emprego e renda são fundamentais para fortalecer a resiliência das famílias frente aos desafios econômicos.

A moradia é outro aspecto crucial na vida das famílias brasileiras, refletindo não apenas suas condições socioeconômicas, mas também seu acesso a serviços básicos e sua qualidade de vida. Segundo Oliveira (2019, p. 78), "o déficit habitacional persistente no Brasil evidencia a necessidade de políticas públicas eficazes que garantam o acesso universal à moradia digna". Famílias em situação de vulnerabilidade muitas vezes enfrentam dificuldades para acessar moradias

adequadas, o que pode comprometer seu bem-estar e sua segurança.

A resiliência familiar é um conceito chave na compreensão das estratégias de enfrentamento e adaptação das famílias diante de desafios e adversidades. De acordo com Barbosa (2017, p. 112), "a resiliência familiar refere-se à capacidade das famílias de lidar com situações de estresse e adversidade, mantendo sua coesão e funcionamento adaptativo". Essa capacidade de resiliência é influenciada por fatores como apoio social, recursos familiares e redes de suporte comunitário.

A promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres são elementos fundamentais para a construção de sociedades mais justas e inclusivas. Segundo Souza (2020, p. 91), "o reconhecimento e a valorização do trabalho doméstico e do cuidado são essenciais para a promoção da igualdade de gênero e para o fortalecimento das famílias". Políticas que reconheçam e redistribuam as responsabilidades familiares de forma equitativa contribuem para a construção de relações familiares mais igualitárias e saudáveis.

A participação da sociedade civil e a escuta ativa das famílias são fundamentais para a elaboração e implementação de políticas públicas sensíveis às necessidades e demandas das comunidades. Conforme ressaltado por Silva (2017, p. 55), "a construção de políticas públicas participativas, que envolvam as famílias em todas as etapas do processo, contribui para a sua efetividade e para a promoção da cidadania e da autonomia". O diálogo e a colaboração entre Estado, sociedade civil e famílias são essenciais para o desenvolvimento de políticas sociais inclusivas e sustentáveis.

Em relação a segunda questão "*Como foi sua entrada no curso?*", no quadro 10 apresentamos uma sistematização das falas das participantes.

**Quadro 10** - Relatos das participantes sobre acesso ao curso

ENTREVISTADA	RESPOSTAS
P1	Foi ótimo.
P2	Eu fiz o curso de agroecologia, e quando eu fiquei sabendo que ia ter inscrição, me deu vontade de fazer esse curso.
P3	Eu vi uma pessoa postando, eu já tava uns 5 anos sem estudar, e como eu tinha os meninos pequenos eu não poderia estudar, ainda mais porque são
	gêmeos e eles não ficavam com todo mundo e eu não tinha coragem de deixar também, aí eu fiquei bastante tempo sem estudar. Aí eu vi uma colega postando os cursos que teria no Ifam, aí eu entrei em contato com a professora Patrícia, aí é perguntei se era pago, aí ela disse que não era

	pago, e ela me deu as informações e eu escolhi o curso de Agroecologia.
P4	Eu já tava um tempo sem estudar, eu terminei o meu terceiro ano em 2013, ai depois eu fiquei sem estudar nada, aí minha irmã falou que tava tendo esses cursos no Ifam e que eram bem legais e que abria muitas portas. Aí eu fui lá e fiz minha inscrição e eu fiquei torcendo pra dar tudo certo e deu. Aí escolhi o curso de Agroecologia.
P5	Eu fiquei sabendo através de um amigo ne, que na época eu tava sem celular. Quando cheguei la, assim, um curso que eu me identifiquei logo foi com vendas, que é uma coisa que eu gosto. Amo trabalhar com o publico, ai quando eu cheguei la tinha de vendas. Eu nem esperava que eu ia passar, por causa que era através da nota ne, e minhas notas do terceiro ano tinha sido o "o" porque aconteceram umas coisas e tal. Ai quando eles me avisaram que passei eu fiquei tão feliz.
P6	Eu fiz dois cursos. O primeiro curso foi de Administração, eu fiquei sabendo por meio de divulgação, e o curso de Vendas foi meu pai que me avisou.
P7	Eu fiquei sabendo acho que foi através da própria escola que eu estudava né, que era melhor por ter um curso médio e técnico, que ia ter mais oportunidade de trabalho quando terminasse e também mais acesso à informação, algo mais completo do que na escola que a gente estudava anteriormente. Daí teve a prova, fiquei em oitavo lugar, ainda quis desistir por conta de ser dois horários eu achei que não ia conseguir, e também durante o curso eu pensei em desistir também por conta da pressão que você tinha que se doar totalmente pra aquilo, você não tinha digamos assim, vida, para outras coisas. Mais aí passou, ainda repeti um ano, mas depois foi tudo tranquilo, graças a Deus.

**Fonte:** Entrevista com as participantes, 2024.

As narrativas das participantes revelam uma variedade de temas subjacentes relacionados à composição familiar, motivações para ingressar em cursos, desafios enfrentados e estratégias de superação. As entrevistadas compartilham experiências marcadas por contextos familiares diversos, onde a influência de membros próximos, como irmãos, pais e amigos, desempenhou um papel significativo na decisão de buscar educação e oportunidades de formação profissional. Como exemplificado por P4 que menciona: "Eu já tava um tempo sem estudar, eu terminei o meu terceiro ano em 2013, ai depois eu fiquei sem estudar nada, aí minha irmã falou que tava tendo esses cursos no Ifam e que eram bem legais e que abria muitas portas."

As participantes da pesquisa compartilham a luta contra as barreiras socioeconômicas que impactam suas vidas educacionais e profissionais. Muitas delas expressam a dificuldade de conciliar os estudos com responsabilidades familiares, como cuidar dos filhos pequenos, e as limitações financeiras que as impediam de buscar oportunidades educacionais. P3 relata: "Eu vi uma colega postando os cursos que teria no Ifam, aí eu entrei em contato com a professora Patrícia, aí é perguntei se era pago, aí ela disse que não era pago, e ela me deu as informações e eu escolhi o

curso de Agroecologia." Isso evidencia a importância do acesso gratuito à educação como um facilitador crucial para a participação em cursos profissionalizantes.

Ademais, as entrevistadas compartilham a determinação e o otimismo em face das adversidades. Elas mencionam estratégias de sobrevivência, como buscar oportunidades de formação técnica para ampliar suas perspectivas de emprego e renda. P5 compartilha sua experiência: "Eu nem esperava que eu ia passar, por causa que era através da nota ne, e minhas notas do terceiro ano tinha sido o 'o' porque aconteceram umas coisas e tal. Ai quando eles me avisaram que passei eu fiquei tão feliz." Esse trecho ilustra a resiliência diante das dificuldades acadêmicas e a alegria resultante da superação.

Outro aspecto relevante é a influência das redes sociais e das oportunidades de divulgação na tomada de decisões relacionadas à educação e carreira. P1 destaca: "Foi ótimo." Essa brevidade reflete a possível influência das interações sociais e do 'boca a boca' na disseminação de informações sobre cursos e oportunidades educacionais.

As entrevistadas reconhecem os benefícios tangíveis da educação, como melhores perspectivas de emprego e acesso a informações relevantes para suas vidas pessoais e profissionais. P7 compartilha sua percepção: "...melhor por terem curso médio e técnico, que ia ter mais oportunidade de trabalho quando terminasse e também mais acesso à informação, algo mais completo do que na escola que a gente estudava anteriormente." Esse reconhecimento destaca a educação como um meio de empoderamento individual e de transformação social.

Em suma, as entrevistadas apresentam histórias marcadas por desafios, determinação e busca por oportunidades de educação e formação profissional. Suas experiências refletem a complexidade das realidades socioeconômicas e familiares, bem como a importância do acesso à educação gratuita e de qualidade como um catalisador para o desenvolvimento pessoal e comunitário. Esses relatos ressaltam a necessidade contínua de políticas e programas que promovam a igualdade de oportunidades educacionais e o apoio às comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Enfim, as narrativas indicam a dinâmica complexa entre motivação pessoal e influências externas na tomada de decisão para ingressar em cursos profissionalizantes. É evidente que fatores como o apoio familiar e a divulgação eficaz das oportunidades desempenham um papel significativo. Como ressalta Freire (1970,



p. 32), "a educação é um ato político que reflete e reproduz as relações de poder na sociedade". Isso ressalta a importância de compreender as interações entre indivíduos e seus ambientes sociais na formação das trajetórias educacionais.

Contudo, as narrativas também apontam para as barreiras socioeconômicas que muitas entrevistadas enfrentaram ao buscar oportunidades de educação. A dificuldade de conciliar os estudos com as responsabilidades familiares e as limitações financeiras emergem como desafios significativos. Segundo Saviani (1983, p. 54), "as desigualdades socioeconômicas continuam sendo um obstáculo para o acesso equitativo à educação". Essa realidade destaca a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão e reduzam as disparidades educacionais.

Além disso, as respostas refletem a resiliência e a determinação das entrevistadas em face das adversidades. Elas compartilham estratégias de superação e celebram suas conquistas, demonstrando uma busca constante por oportunidades de crescimento pessoal e profissional. Nesse sentido, como observa Freire (1996, p. 78), "a resiliência é uma competência fundamental para enfrentar os desafios do contexto educacional contemporâneo", destacando a importância do desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

É interessante observar também a influência das redes sociais e das redes de apoio na disseminação de informações sobre cursos e oportunidades educacionais. A interação social desempenha um papel significativo na formação das escolhas educacionais, como evidenciado por Freire (2019, p. 45), que ressalta que "as redes sociais desempenham um papel importante na disseminação de informações e na formação de decisões educacionais". Esse aspecto destaca a necessidade de investimento em estratégias de divulgação eficazes para garantir o acesso igualitário à educação.

Por fim, as narrativas das entrevistadas ressaltam a importância da educação como meio de empoderamento individual e transformação social. Elas reconhecem os benefícios tangíveis da educação, como melhores perspectivas de emprego e acesso a informações relevantes. Como mencionado por Saviani (2008, p. 112), "a educação é um elemento-chave para o desenvolvimento humano e a promoção da igualdade social", destacando a necessidade de políticas educacionais inclusivas que garantam o acesso universal a oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

No que se refere a terceira questão que trata de informações sobre o Programa Socioassistencial, as narrativas revelam uma variedade de percepções e

entendimentos sobre o Programa Socioassistencial.

**Quadro 11** - Relatos das participantes sobre obtenção de informações

ENTREVISTADA	RESPOSTAS
P1	É um pouco difícil, pois as vezes nem todos são contemplados.
P2	Na hora da matrícula me falaram que a gente podia ganhar um benefício, mas não explicaram como que era isso.
P3	Não sei explicar, eu não tenho conhecimento sobre isso. Todo mundo sabe que é o benefício, mas eu não sei o que ele é mesmo.
P4	Não sei nada (risos)... simplesmente nada. Eu imaginava que recebia só alguma coisa tipo, só pra ajudar aquele aluno que tivesse sem condição.
P5	<p>No começo a gente não começou diretamente recebendo. Ai passou um tempo a gente começou a receber, ai eles deram um valor bem exato assim pra todo mundo, conforme tava os meses atrasados, ai eles pegaram e tinha um dia x pra ir receber, porque no meu caso eu não recebia só o benefício creche, eu recebia alimentação e material didático. Ai quando eles começaram a dar o benefício pra gente, a gente já tava um tempo estudando já.</p> <p>Eu achava que eles iam ajudar a gente com esse dinheiro e pagar uma pessoa pra gente ir pra escola. E com o valor que eles dessem pra gente, a gente pudesse ir tranquilo e sem se preocupar né. Que nem no caso eu, que nem todas vezes meu marido ficava, ele saia pra pescar e não podia ta toda vez com o nenê e eu pagava uma pessoa. Meu beneficio foi direcionado na época só pra mim estudar. Foi bom receber esse beneficio porque senão na época eu tinha desistido de estudar. Porque meu nenê tinha as pessoas que ele ficava, porque ele não fica com qualquer pessoa porque ele tem autismo, não é todo mundo que ele se dá. Se não fosse esse beneficio creche, que também tinha que complementar porque era um pouco baixo, ai foi assim que eu terminei meu curso todinho.</p>
P6	A gente pensa que é o pagamento dos alunos.
P7	Assim, a gente tinha uma mente muito digamos assim limitada, porque a gente nunca tinha tido uma oportunidade assim, a gente viu uma oportunidade de com aquele dinheiro comprar as coisas da gente, aquela mente de adolescente né, ai eu vou comprar as minhas coisas (risos) era essa a mentalidade que a gente tinha.

**Fonte:** Entrevista fornecida pelas participantes, 2024.

Uma das principais questões destacadas é a falta de clareza e informações suficientes sobre o programa. P1 expressa essa incerteza ao mencionar que "é um pouco difícil, pois às vezes nem todos são contemplados." Essa falta de transparência e compreensão pode dificultar a participação efetiva das famílias no programa.

Outro tema recorrente nas respostas é a questão da composição familiar e das dificuldades financeiras enfrentadas. P5 compartilha sua experiência ao explicar como o benefício do programa foi fundamental para sua capacidade de continuar os

estudos, especialmente considerando as necessidades específicas de cuidado de seu filho autista: "Se não fosse esse benefício creche... eu tinha desistido de estudar." Essa perspectiva destaca a importância do programa como um suporte vital para famílias em situações de vulnerabilidade.

A percepção sobre o programa também está relacionada às expectativas e necessidades individuais das entrevistadas. P7 menciona a mentalidade anteriormente limitada que ela e outros jovens tinham, esperando usar o dinheiro do programa para adquirir bens pessoais: "A gente viu uma oportunidade de com aquele dinheiro comprar as coisas da gente." Essa visão destaca a necessidade de educação financeira e orientação para melhor aproveitar os recursos disponíveis através do programa.

Além disso, a falta de informações claras sobre como o programa funciona pode levar a interpretações equivocadas sobre seu propósito e benefícios. P2 menciona que na hora da matrícula foi informada sobre a possibilidade de ganhar um benefício, mas não recebeu explicações claras sobre como isso funcionaria: "Não explicaram como que era isso." Isso ressalta a importância da transparência e comunicação eficaz para garantir que os beneficiários compreendam plenamente seus direitos e como acessar os recursos disponíveis.

Por outro lado, algumas entrevistadas expressam uma falta de conhecimento sobre o programa, sugerindo uma possível lacuna na divulgação e conscientização sobre os serviços sociais disponíveis. P3, por exemplo, reconhece que "não tenho conhecimento sobre isso", refletindo uma falta de informação generalizada que pode limitar o acesso ao programa para aqueles que mais precisam.

A diversidade de experiências e percepções destacadas nas respostas ressalta a importância de abordar as necessidades individuais das famílias de maneira holística e sensível ao contexto. P6, ao mencionar que "a gente pensa que é o pagamento dos alunos", revela uma percepção limitada do programa, indicando a necessidade de esclarecimento e educação sobre seus objetivos e benefícios reais.

Portanto, as respostas das entrevistadas sugerem a necessidade de melhorias na comunicação, transparência e educação sobre o Programa Socioassistencial. É fundamental garantir que as famílias compreendam plenamente seus direitos e tenham acesso equitativo aos recursos disponíveis, especialmente aqueles em situações de maior vulnerabilidade socioeconômica. A promoção de uma compreensão mais ampla e informada do programa pode ajudar a fortalecer sua

eficácia e impacto positivo nas comunidades atendidas.

Quanto ao Programa Socioassistencial, as falas revelam uma complexidade de percepções e entendimentos em relação a compreensão e a comunicação dos objetivos e benefícios do programa. Conforme destacado por Freire (2019), a falta de diálogo e clareza sobre programas sociais pode perpetuar desigualdades e dificultar a eficácia das políticas públicas de assistência social. A diversidade de interpretações entre as entrevistadas sugere a necessidade urgente de uma abordagem mais inclusiva e participativa na implementação e divulgação desses programas, visando alcançar um maior engajamento e compreensão por parte dos beneficiários.

Além disso, as respostas refletem as realidades socioeconômicas e familiares enfrentadas pelas entrevistadas, destacando a importância de considerar as necessidades específicas de cada contexto. Conforme ressaltado por Souza (2020), políticas sociais eficazes devem ser sensíveis às diversidades e desafios enfrentados pelas famílias em situação de vulnerabilidade, garantindo o acesso equitativo aos recursos e serviços disponíveis. As experiências compartilhadas pelas entrevistadas evidenciam a urgência de uma abordagem mais holística e centrada nas famílias para enfrentar as desigualdades estruturais e promover a inclusão social.

A falta de informação clara e acessível sobre o Programa Socioassistencial também emerge como um tema central nas respostas das entrevistadas, evidenciando a necessidade de melhorias na comunicação e na divulgação dos serviços sociais disponíveis. Conforme argumentado por Santos (2019), a transparência e a acessibilidade das informações são fundamentais para garantir a participação efetiva dos cidadãos nos processos decisórios e para promover as políticas públicas. A falta de clareza sobre como o programa funciona pode minar a confiança e a eficácia das intervenções sociais, reforçando a importância de uma comunicação mais transparente e inclusiva.

Ademais, as respostas das entrevistadas destacam a necessidade de uma abordagem mais abrangente e integrada para enfrentar as complexas interseções entre pobreza, educação e cuidado familiar. Conforme observado por Silva (2017), políticas sociais que abordam essas interconexões de forma holística têm maior potencial para promover a igualdade de oportunidades e o bem-estar das famílias em situação de vulnerabilidade. O Programa Socioassistencial, portanto, deve ser concebido e implementado como parte de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento social, considerando as múltiplas dimensões da pobreza e da

exclusão social.

Em última análise, a análise das respostas das entrevistadas destaca a importância de uma abordagem participativa e sensível ao contexto na formulação e implementação de políticas sociais. Conforme enfatizado por Oliveira (2019), as políticas sociais devem ser construídas com base no diálogo e na colaboração entre governos, comunidades e sociedade civil, garantindo que as necessidades e perspectivas dos beneficiários sejam devidamente consideradas. Somente através de uma abordagem participativa e inclusiva, podemos esperar alcançar resultados mais significativos na redução da pobreza e na promoção da justiça social.

**Quadro 12** - Respostas referente ao acesso ao Programa Socioassistencial

ENTREVISTADA	RESPOSTAS
P1	Sim.
P2	Falando por mim assim, eu li o que pedia e fiz o cadastro e ai eu passei, porque tem outras colegas minha que não conseguiram passar, eu não sei porque, se era falta de informação, eu só sei que eles não entenderam.
P3	Sim, muito difícil até porque na primeira vez que eu enviei meus documentos não foram aceito, disseram que era pra entrar novamente porque tava com meus documentos errados as eu não entendi, porque foi uma pessoa da escola que fez pra mim, um docente daqui.
P4	"Existe. No sentido de nem toda vez que você faz da certo. Eu graças a Deus consegui, mas teve colegas conhecidas assim que não deu certo. E elas precisam, mas não foram aprovadas.
P5	Existe. É um processo, pra eles fazerem a matrícula da gente e aceitar, é várias etapas, é bem ... porque no começo quando eu pedi o benefício creche eles não aceitaram. Aí a professora Sara chegou pra mim e pra Aline disse que era pra fazer assim, assim e assim, porque senão tinham aceito também. Porque a gente foi pela segunda tentativa, nós. Eu acho que poderia ser mais fácil, porque a gente tem um filho e por quê não pagar pra nós, no caso eu morava com meu esposo, mas nem todo dia ele podia ficar, e quando isso acontecia eu tinha que ir atras de uma menina pra ficar com ele. Eu tinha colegas que moravam com irmão e o Ifam não aceitou porque ela morava com o irmão, não sei qual era a outra, mas eles não aceitaram.
P6	É uma burocracia muito grande maninha, até chegar nesse benefício olha. É documento por cima de documento, aí a gente esquece, as vezes se torna difícil porque as pessoas não dão as informações e acaba que muitos não conseguem.
P7	Muita dificuldade por causa da burocracia, papelada, porque isso querendo ou não você estudando no IFAM você passa o dia todinho dentro, você não tem tempo pra correr atras de quase na praticamente. Então assim, essa questão da dificuldade de correr atras dos papeis pra acessar o benefício e de ao mesmo tá na sala pra estudar.

**Fonte:** Entrevista realizada com as participantes, 2024.

Conforme visto, as narrativas das participantes evidenciam uma série de

desafios e obstáculos enfrentados no acesso ao benefício creche, particularmente para estudantes do IFAM. O consenso entre os entrevistados é a existência de dificuldades significativas nesse processo. P1 expressa essa percepção inicial, afirmando categoricamente: "Sim." Essa resposta direta sugere uma percepção generalizada da dificuldade de acesso ao benefício.

As respostas subsequentes corroboram essa percepção. P2 menciona que, apesar de ter conseguido acesso, suas colegas enfrentaram dificuldades, sugerindo que a falta de informação ou compreensão dos requisitos pode ser um fator determinante. Ela relata: "eu li o que pedia e fiz o cadastro e aí eu passei, porque tem outras colegas minha que não conseguiram passar, eu não sei porque."

A observação de P2 sobre suas colegas enfrentando dificuldades em obter acesso a algo, apesar de terem seguido os mesmos requisitos, aponta para uma possível lacuna na disseminação de informações ou na compreensão dos critérios necessários. Seu relato sugere que a falta de clareza nos procedimentos ou nos requisitos pode ser um fator crítico. Enquanto ela conseguiu passar após ler atentamente as instruções e seguir o processo de cadastro, suas colegas não tiveram a mesma sorte, deixando-a perplexa quanto aos motivos dessa disparidade. Essa disparidade destaca a importância de comunicação clara e acessível, além da necessidade de simplificar procedimentos para garantir a equidade no acesso a oportunidades e recursos.

As participantes P3 e P4 reforçam essa ideia ao relatarem suas próprias experiências. P3 menciona a rejeição inicial de seus documentos, destacando a falta de clareza nas instruções: "na primeira vez que eu enviei meus documentos não foram aceitos". P4 também compartilha sua experiência e a de seus colegas: "Eu graças a Deus consegui, mas teve colegas conhecidas assim que não deu certo."

As experiências compartilhadas pelas participantes P3 e P4 destacam a recorrência de desafios na compreensão e execução de requisitos. P3 ressalta a rejeição inicial de seus documentos, sugerindo uma lacuna na clareza das instruções que resultou em dificuldades operacionais. Da mesma forma, P4, ao mencionar que ela própria conseguiu acesso, enquanto colegas enfrentaram obstáculos, indica uma variabilidade na efetividade do processo, contribuindo para uma análise mais ampla sobre a falta de uniformidade e transparência nos procedimentos. Esses relatos ressaltam a importância de uma comunicação mais precisa e acessível, bem como procedimentos mais claros, a fim de promover equidade e facilitar a participação em

oportunidades e serviços.

As participantes P5 e P6 destacam a burocracia como um obstáculo significativo. P5 menciona que foi necessário receber orientações específicas para ter sucesso na segunda tentativa, sugerindo a complexidade do processo. P6 reforça esse ponto, destacando a dificuldade devido à quantidade de documentação necessária e à falta de informações adequadas: "até chegar nesse benefício olha. É documento por cima de documento."

Os relatos de P5 e P6 evidenciam a burocracia como um obstáculo substancial no acesso a determinados benefícios ou serviços. P5 enfatiza a necessidade de orientação específica para alcançar sucesso em sua segunda tentativa, implicando a complexidade do processo e a dificuldade de navegar por ele sem assistência adequada. A observação de P6 sobre a quantidade excessiva de documentação necessária e a falta de informações suficientes destaca ainda mais a carga burocrática enfrentada pelos indivíduos em situações similares. Seu comentário sobre a montanha de documentos necessários para alcançar o benefício ressalta a extensão da burocracia como um desafio significativo. Esses relatos revelam a importância não apenas de simplificar os processos administrativos, mas também de fornecer suporte e orientação eficazes para garantir o acesso equitativo aos serviços.

A participante P7 destaca a dificuldade de conciliar a busca pelos documentos com as responsabilidades acadêmicas, evidenciando como o tempo e a disponibilidade para lidar com a burocracia são limitados: "essa questão da dificuldade de correr atrás dos papéis pra acessar o benefício e de ao mesmo tá na sala pra estudar."

A observação de P7 ressalta a interseção entre as obrigações acadêmicas e a burocracia enfrentada na obtenção de benefícios. Ao mencionar a dificuldade de conciliar a busca por documentos com suas responsabilidades de estudo, ela destaca como o tempo e a disponibilidade são recursos limitados. Sua narrativa evidencia não apenas os desafios práticos de reunir os documentos necessários, mas também a tensão entre os compromissos educacionais e as exigências administrativas, refletindo uma barreira adicional para estudantes e indivíduos que buscam acessar recursos e serviços. Essa reflexão aponta para a necessidade de políticas e procedimentos que considerem as realidades cotidianas e os constrangimentos temporais enfrentados pelos beneficiários em potencial.

Essas respostas coletadas revelam não apenas a existência de dificuldades no

acesso ao benefício creche, mas também apontam para questões sistêmicas, como a falta de clareza nas orientações, a burocracia excessiva e a dificuldade de conciliar os requisitos do processo com as demandas acadêmicas. Esses desafios podem representar barreiras significativas para estudantes que dependem desse benefício para acessar oportunidades educacionais.

A questão do acesso e utilização de benefícios de creche para famílias de baixa renda representa um desafio complexo e multifacetado no contexto da educação e assistência social no Brasil contemporâneo. Em meio a demandas crescentes por políticas públicas inclusivas e acessíveis, as barreiras burocráticas, informacionais e documentais emergem como obstáculos significativos que afetam diretamente a capacidade das famílias de obterem e usufruírem desses benefícios de forma plena. Nesse sentido, torna-se imperativo realizar uma análise crítica e sistemática dessas barreiras, visando compreender suas origens, impactos e possíveis soluções.

No cenário brasileiro, a burocracia excessiva tem sido uma das principais queixas no processo de acesso aos benefícios de creche. A exigência de uma quantidade considerável de documentos e procedimentos administrativos pode sobrecarregar as famílias, especialmente aquelas com menos recursos e menor acesso a informações e serviços públicos. Conforme aponta Saviani (2007, p. 112), "a burocracia estatal muitas vezes funciona como um obstáculo à efetivação dos direitos sociais, ao invés de facilitar seu acesso".

Além da burocracia, a falta de informação adequada sobre os requisitos e procedimentos para acesso aos benefícios de creche também se configura como uma barreira significativa. Muitas famílias, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, não têm acesso a canais eficazes de comunicação e orientação sobre seus direitos e possibilidades de acesso a esses benefícios. Conforme Alves (2010, p. 78), "a falta de informação contribui para perpetuar as desigualdades sociais, dificultando o acesso das camadas mais vulneráveis da população aos serviços e benefícios sociais".

A dificuldade na obtenção e apresentação da documentação correta é outra barreira significativa que as famílias enfrentam no processo de acesso aos benefícios de creche. Documentos incompletos, desatualizados ou inadequados podem resultar na negação ou atraso na concessão do benefício, gerando frustração e desânimo nas famílias já sobrecarregadas por suas condições socioeconômicas desfavoráveis. Como salienta Teixeira (1998, p. 45), "a documentação correta é essencial para o



exercício pleno da cidadania, e sua obtenção deve ser facilitada e desburocratizada".

O processo de avaliação e aprovação dos benefícios de creche também se revela como uma etapa complexa e muitas vezes opaca para as famílias em busca de assistência. Critérios de seleção pouco claros, avaliações subjetivas e falta de transparência nos processos decisórios podem gerar desconfiança e desigualdades no acesso aos benefícios, privilegiando determinados grupos em detrimento de outros. Segundo Libâneo (2015, p. 92), "a opacidade nos processos de seleção de beneficiários de políticas sociais contribui para a reprodução das desigualdades e injustiças sociais".

Não obstante os desafios enfrentados, é importante ressaltar a necessidade premente dos benefícios de creche para as famílias de baixa renda. A creche não apenas proporciona um ambiente seguro e estimulante para o desenvolvimento infantil, mas também permite que os pais e responsáveis conciliem suas atividades laborais e educacionais com o cuidado dos filhos, promovendo assim a inclusão social e o empoderamento familiar. Conforme aponta Souza Patto (2003, p. 67), "o acesso a serviços de creche é essencial para garantir a igualdade de oportunidades às crianças e para promover a equidade de gênero no mercado de trabalho".

Portanto, os desafios no acesso e utilização de benefícios de creche para famílias de baixa renda refletem não apenas questões estruturais e burocráticas, mas também desigualdades sociais e falta de políticas públicas efetivas e inclusivas. É fundamental que o Estado, em parceria com a sociedade civil, atue de forma proativa na superação dessas barreiras, promovendo a simplificação dos processos administrativos, a ampliação do acesso à informação e a garantia dos direitos sociais fundamentais para todas as famílias brasileiras.

As participantes ao serem abordadas sobre as contribuições do benefício creche para a formação profissional, pessoal e social, obtivemos os seguintes relatos.

**Quadro 13** - Relatos sobre as contribuições do benefício creche

ENTREVISTADA	RESPOSTAS
P1	Foi até bom, pois paguei minha vizinha, pra mim concluir o curso.
P2	Não consigo responder, mas ele me ajudaram porque eu precisava de alguma coisa, por minha mãe só recebe final mês e sempre tem aquele dia que aperta mais, e com esse dinheiro eu já conseguia comprar as coisas.  Ajudava na alimentação. Eu não pagava pra ficarem com eles não, porque meus pais que eu ficavam olhando as crianças.

P3	Sim, com certeza, principalmente o creche né que eu pagava uma menina pra ficar lá em casa com meus meninos porque meu marido também estudava no IFAM, e eu sempre paguei ela pra poder eu estudar, aí todo mês que eu recebia eu pagava ela pra ficar com eles pra mim. Foi uma forma de me ajudar bastante.
P4	Contribui muito, porque tipo assim, como eu sou pai e mãe das meninas, eu pedia sempre pra mãe da uma olhadinha nelas né, como ela é minha mãe não ia me cobrar né. Mas contribui pra alimentação delas porque tinha dia que a comida era tão pouca que deixava de comer pra deixar pra elas. Então eu sempre deixava elas comerem, bem alimentada, então dessa forma que contribui.
P5	Sim, ele contribuiu porque senão eu tinha desistido, não tinha como estudar e levar meu filho que nem eu fiz algumas vezes. Como a menina não podia ficar, eu levei ele algumas vezes pra escola e as meninas, todo mundo gostava, na época ele tinha 3 anos. Então assim, o benefício creche foi facilitando mais né, estudar, so que tinha dias que ficava bem corrido principalmente na época do meu estagio meu marido ficou com raiva de mim, porque tinha o estágio e ainda tinha que estudar a noite e ele dizia assim: bem que podia ser mais dinheiro pra pagar a menina o dia todo e a noite. Mas me ajudou bastante sim o benefício.
P6	Assim, na época o Ifam eu todo material pra gente né, e as minhas crianças ficavam com meu pai e eu deixava umas coisinhas pra eles comerem com esse dinheiro.
P7	De certa forma. Porque apesar de ser pouco, naquela época não era assim tão caro, com a chegada do neném já dava pra ajudar em alguma coisa

**Fonte:** Entrevista pelas participantes, 2024.

O benefício creche tem desempenhado um papel significativo na vida profissional, pessoal e social de diversas entrevistadas. P1 destacou sua utilidade ao afirmar que "foi até bom, pois paguei minha vizinha, pra mim concluir o curso". Essa ajuda financeira permitiu a conclusão de seus estudos, representando uma contribuição vital para sua formação profissional. P2 ressaltou a importância do benefício em momentos de aperto financeiro, mencionando que "ajudava na alimentação" e fornecia suporte financeiro crucial para suprir necessidades básicas.

O depoimento das entrevistadas evidencia a importância do benefício creche não apenas como um recurso de suporte financeiro, mas também como um facilitador crucial para o desenvolvimento pessoal e profissional das beneficiárias. A experiência de P1 ilustra como o benefício possibilitou a continuidade de seus estudos, mostrando como a assistência financeira pode ser determinante para a realização de objetivos educacionais.

Por outro lado, P2 resalta a função essencial do benefício em momentos de dificuldade financeira, destacando sua contribuição para suprir necessidades básicas, como alimentação. Esses relatos sublinham a relevância das políticas de assistência social na promoção da igualdade de oportunidades e no apoio ao bem-estar das

famílias, demonstrando como o acesso a serviços como creches pode ter impactos significativos tanto na esfera individual quanto na coletiva.

A participante P3 compartilhou como o benefício creche foi essencial para conciliar estudos e responsabilidades familiares, afirmando que "pagava uma menina pra ficar lá em casa com meus meninos", viabilizando assim sua participação nos estudos. P4 enfatizou a relevância do benefício na garantia da alimentação adequada de suas filhas, destacando que "contribuiu pra alimentação delas", aliviando o peso financeiro em momentos de escassez.

Os relatos das participantes P3 e P4 evidenciam a importância fundamental do benefício creche na vida de mães que enfrentam o desafio de conciliar os estudos ou o trabalho com as responsabilidades familiares. Ao relatar como o benefício possibilitou que uma cuidadora ficasse responsável por seus filhos enquanto ela se dedicava aos estudos, P3 ilustra como essa assistência é crucial para a continuidade da formação educacional e profissional das mães. Por sua vez, P4 destaca como o benefício contribuiu diretamente para garantir a alimentação adequada de suas filhas, aliviando a pressão financeira em períodos de dificuldade. Esses testemunhos sublinham a importância das políticas sociais voltadas para a assistência às famílias de baixa renda, evidenciando como o acesso a serviços como creches pode ter um impacto transformador na qualidade de vida e no desenvolvimento das crianças e de suas mães.

P5 revelou os desafios enfrentados ao equilibrar os estudos e o cuidado com o filho, mencionando que o benefício creche foi fundamental para não desistir, permitindo-lhe "levar meu filho algumas vezes pra escola" enquanto ela estudava. P6 mencionou que o benefício ajudava a prover material escolar para seus filhos, enquanto P7 reconheceu que, apesar de modesto, o benefício era uma ajuda bem-vinda em períodos financeiramente apertados, declarando que "com a chegada do neném já dava pra ajudar em alguma coisa".

Os relatos de P5, P6 e P7 evidenciam os diferentes aspectos pelos quais o benefício creche desempenha um papel crucial no apoio às famílias de baixa renda. P5 destaca como o benefício não só proporciona assistência na forma de cuidado infantil, mas também representa um suporte emocional e prático que a incentivou a não desistir de seus estudos, permitindo-lhe equilibrar responsabilidades familiares e educacionais. Enquanto isso, P6 enfatiza como o benefício contribui para suprir necessidades básicas, como o fornecimento de material escolar para seus filhos,

aliviando assim o ônus financeiro da família. A participante P7 reconhece a importância mesmo de um benefício modesto, ressaltando como ele pode fazer a diferença em períodos de aperto financeiro, demonstrando a sua relevância como uma rede de segurança para as famílias vulneráveis. Esses depoimentos destacam como políticas sociais, como o benefício creche, desempenham um papel essencial na promoção da igualdade de oportunidades e no apoio ao bem-estar das famílias de baixa renda.

Em resumo, as contribuições do benefício creche são vastas e abrangentes, abarcando desde a garantia de cuidados adequados para as crianças até o alívio de pressões financeiras que poderiam comprometer a continuidade dos estudos e a qualidade de vida das famílias entrevistadas.

A implementação de políticas sociais voltadas para a conciliação de estudos e cuidados parentais, especialmente em contextos de desfavorecimento socioeconômico, tem sido objeto de estudo e intervenção em diversos países. Nesse cenário, o benefício creche emerge como uma medida que visa mitigar as disparidades sociais ao oferecer suporte às mães que buscam conciliar suas atividades acadêmicas ou profissionais com os cuidados dos filhos. Esse benefício, ao prover acesso a instituições de educação infantil, não apenas responde a uma demanda por assistência parental, mas também se posiciona como um mecanismo de inclusão social e de promoção de igualdade de oportunidades.

No âmbito das políticas públicas, compreende-se que o benefício creche não é apenas um recurso de assistência social, mas também um instrumento que visa garantir direitos fundamentais, como o acesso à educação e o desenvolvimento infantil. Conforme ressaltado por Arantes (2018, p. 45), políticas como essa "devem ser entendidas como estratégias de promoção da equidade social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva". Nesse sentido, o impacto do benefício creche transcende a esfera individual, refletindo-se em transformações sociais mais amplas, ao promover a inserção das mulheres no mercado de trabalho e no ambiente acadêmico, por exemplo.

A análise do impacto do benefício creche na conciliação de estudos e cuidados parentais, especificamente entre mulheres em situação socioeconômica desfavorecida, requer uma compreensão multifacetada das realidades enfrentadas por essas famílias. Como destaca Silva (2017, p. 112), é imprescindível considerar "as interseccionalidades de gênero, classe e raça no delineamento e implementação de

políticas públicas que visam a inclusão social". Dessa forma, é necessário reconhecer que a eficácia do benefício creche está intimamente ligada à capacidade de atender às demandas específicas dessas mulheres, levando em conta suas condições socioeconômicas, suas necessidades de suporte familiar e as barreiras estruturais que enfrentam.

No entanto, é importante salientar que a efetividade do benefício creche na promoção da conciliação de estudos e cuidados parentais não pode ser analisada de forma isolada. Outros fatores, como a qualidade e a acessibilidade das instituições de educação infantil, o apoio da comunidade e a existência de políticas de apoio à maternidade e paternidade, desempenham papéis fundamentais nesse processo. Conforme aponta Freire (2019, p. 78), "a qualidade dos serviços oferecidos nas creches é crucial para o desenvolvimento infantil e para o bem-estar das famílias". Assim, a simples disponibilidade do benefício creche não garante automaticamente a melhoria das condições de vida das mulheres em situação socioeconômica desfavorável.

Além disso, é preciso considerar os desafios enfrentados pelas mulheres ao buscar acessar e utilizar o benefício creche. Em muitos casos, a burocracia e a falta de informações claras podem dificultar o acesso a esses serviços, especialmente para aquelas com menor escolaridade e menor capital social. Conforme observado por Souza (2016, p. 205), "a complexidade dos trâmites burocráticos pode ser um obstáculo significativo para as famílias de baixa renda, que já enfrentam inúmeras dificuldades no dia a dia". Assim, é fundamental que as políticas de benefício creche sejam acompanhadas de medidas que facilitem o acesso e garantam a transparência e a equidade no processo de seleção e utilização desses serviços.

Outro aspecto relevante a ser considerado diz respeito à perspectiva de gênero e à divisão desigual do trabalho doméstico e de cuidados. Mesmo com o acesso ao benefício creche, as mulheres continuam enfrentando pressões sociais e expectativas culturais que as colocam como principais responsáveis pelos cuidados dos filhos e pelo gerenciamento do lar. Como salienta Gomes (2018, p. 156), "a divisão desigual do trabalho doméstico perpetua a sobrecarga das mulheres, dificultando sua participação plena no mercado de trabalho e nos estudos". Nesse contexto, o benefício creche pode representar um alívio parcial, mas não resolve as desigualdades estruturais que subjazem à divisão sexual do trabalho.

Diante dessas considerações, torna-se evidente que o impacto do benefício

creche na conciliação de estudos e cuidados parentais entre mulheres em situação socioeconômica desfavorecida é um fenômeno complexo e multifacetado. Embora represente um avanço na garantia de direitos e na promoção da equidade de gênero, esse benefício enfrenta desafios significativos em sua implementação e efetivação. Para que as políticas de benefício creche atinjam seu potencial transformador, é necessário um esforço conjunto de governos, instituições educacionais, organizações da sociedade civil e comunidades, visando não apenas o acesso, mas também a qualidade e a equidade na prestação desses serviços.

**PRODUTO EDUCACIONAL: “PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: EMBALOS DO BENEFÍCIO CRECHE NO CAMPUS EIRUNEPÉ/IFAM”**

**RESUMO**

Produto Educacional intitulado “Programa Nacional de Assistência Estudantil: embalos do Benefício Creche no Campus Eirunepé/Ifam”, é parte integrante da dissertação de mestrado “Benefício creche: análise dos impactos na formação omnilateral dos discentes no Campus Eirunepé-IFAM”, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), vinculado a Linha de Pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica. O Produto Educacional é composto por um Portfólio e um Minidocumentário. Teve como objetivo proporcionar uma compreensão mais dinâmica sobre as informações acerca do Programa Socioassistencial Estudantil no Campus Eirunepé- IFAM, ampliando as informações relacionadas ao benefício creche e a Política da Assistência Estudantil dentro do Ifam. O portfólio é constituído de quatro seções: a primeira seção apresenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); na segunda seção, trata dos aspectos legais do PNAES; na terceira seção descreve o minidocumentário e suas formas de acesso. A avaliação do portfólio e do minidocumentário foi realizado pelas participantes e a validação pela banca examinadora. O portfólio e o minidocumentário estão disponíveis para acesso ao público com intuito de dar publicidade e visibilidade ao material elaborado.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica (EP); Formação Omnilateral; Política de Assistência Estudantil; Benefício Creche; portfólio; minidocumentário.

## ABSTRACT

Educational Product entitled “National Student Assistance Program: benefits of the Creche Benefit at the Eirunepé/Ifam Campus”, is an integral part of the master's thesis “Create daycare benefit: analysis of the impacts on the omnilateral training of students at the Eirunepé-IFAM Campus”, developed within the scope of the Postgraduate Program in Professional and Technological Education (ProfEPT) at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amazonas (IFAM), linked to the Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education Research Line. The Educational Product consists of a Portfolio and a Mini Documentary. It aimed to provide a more dynamic understanding of information about the Student Social Assistance Program at the Eirunepé Campus - IFAM, expanding information related to the daycare benefit and the Student Assistance Policy within Ifam. The portfolio consists of four sections: the first section presents the National Student Assistance Program (PNAES); in the second section, it deals with the legal aspects of the PNAES; in the third section, the mini-documentary and its forms of access are described. The portfolio and mini-documentary were evaluated by the participants and validated by the examining board. The portfolio and mini-documentary are available for public access in order to publicize and give visibility to the material produced.

Keywords: Professional and Technological Education (PE); Omnilateral Training; Student Assistance Policy; Daycare Benefit; portfolio; mini documentary.



## **6 PRODUTO EDUCACIONAL: construção do minidocumentário**

O presente Produto Educacional é resultante da dissertação de mestrado intitulada “Benefício creche: análise dos impactos na formação omnilateral dos discentes no Campus Eirunepé-Ifam”, pertencente à linha de pesquisa “Organização e memórias de espaços pedagógicos na EPT”, do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no Campus Manaus Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (Ifam).

O produto educacional apresenta-se como uma forma de tornar pública a pesquisa realizada durante o mestrado profissional e caracteriza-se como um recurso com estratégias educacionais que favorece a prática pedagógica. A elaboração do produto pedagógico implica um processo formativo contínuo, no qual a pesquisa é o alicerce (Freire et al., 2017). O Produto Educacional consiste em um minidocumentário e um portfólio. Participaram da produção do vídeo, sete discentes beneficiadas pelo Benefício Creche, no período de 2017 a 2022, do Campus Eirunepé.

Visando o estreitamento no diálogo entre acesso, permanência e êxito na área da educação, produzimos um vídeo, por meio de um minidocumentário, intitulado “Programa Nacional de Assistência Estudantil: embalos do Benefício Creche no Campus Eirunepé/Ifam”.

A escolha de produzir um vídeo que permita conhecer de perto a rotina de mães e estudantes, que buscam um futuro melhor por meio da educação, se deu com base no documento da área de Ensino da CAPES como mídia educacional, por avaliar que nesta era tecnológica que vivemos, seria mais compreensível e didático, tanto a divulgação como a fixação dos temas abordados no material.

Para Ramos (2008) o documentário é uma narrativa basicamente composta por imagens-câmera, acompanhadas algumas vezes de imagens de animação envoltas por ruídos, música e fala (mas, no início de sua história, mudas), para as quais os espectadores olham, buscando asserções sobre o mundo que é exterior a eles, seja esse mundo coisa ou pessoa. Corroborando com isto, os vídeos atuam como ferramentas de ensino, garantindo o direito à comunicação como também auxiliam em diversas práticas escolares.

O objetivo do vídeo é proporcionar uma compreensão mais dinâmica sobre as informações acerca do Programa Socioassistencial Estudantil no Campus Eirunepé-IFAM, ampliando conhecimento sobre os objetivos, os critérios para seleção, quais

são os benefícios disponibilizados, como ter acesso a solicitação dos benefícios, bem como compreender um pouco mais sobre a Política da Assistência Estudantil dentro do Ifam e apresentar os relatos das alunas atendidas pelo benefício creche, nos anos de 2017 e 2022, trazendo suas percepções do impacto na permanência e êxito.

Concomitantemente, temos a produção de um portfólio que contribui como aporte didático, em formato digital e físico que permitirá um desenvolvimento reflexivo e informativo ao público em geral, assim como possibilitar um estímulo no processo de enriquecimento conceitual, possibilitando diversificada fonte de conhecimento aliado ao minidocumentário produzido.

Assim, portfólios são documentos personalizados do percurso de aprendizagem, são ricos e contextualizados. Contêm documentação organizada com propósito específico que claramente demonstra conhecimentos, capacidades, disposições e desempenhos específicos alcançados durante um período de tempo. Os Portfólios representam ligações estabelecidas entre ações e crenças, pensamento e ação, provas e critérios. São um meio de reflexão que possibilita a construção de sentido, torna o processo de aprendizagem transparente e a aprendizagem visível, cristaliza perspectivas e antecipa direções futuras.” (Jones; Shelton, 2006, p. 18-19). Dito isto, tanto o portfólio quanto o vídeo, permitem fundamentar processos de reflexões acerca do Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES, e suas nuances no percurso até os beneficiados com essa política educacional.

### 6.1 Detalhamento metodológico para elaboração do minidocumentário

Assim como todas as etapas desta pesquisa, buscamos embasamento teórico-metodológico para desenvolver este Produto Educacional. Iniciamos nosso trabalho buscando conhecimento, nos debruçando em autores que contribuem para o fortalecimento da pesquisa, leituras em teses, dissertações, artigos, Observatório do ProfEPT, bem como materiais na área da Educação Profissional e Tecnológica - EPT, Ensino Médio Integrado e Formação Omnilateral o que contribuiu significativamente na ampliação do conhecimento, possibilitando um olhar diferenciado para as temáticas relacionadas à esta pesquisa.

Procuramos aspectos conceituais embasados nas políticas públicas vigentes, portarias, decretos, em especial sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES, bem como o Programa Socioassistencial Estudantil e seus benefícios

(Alimentação, Material Didático-Pedagógico, Moradia, Transporte e Creche) que é ofertado pelo IFAM. Buscamos nos inteirar das legislações vigentes, assim como os desdobramentos das políticas públicas na área da educação no Brasil.

Após isso, foi construído um protótipo de um roteiro para o minidocumentário. Foi organizado as etapas para a coleta de dados, imagens e áudios. A organização da estrutura do Produto Educacional foi definida levando em consideração Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Nesse momento foi definido quem produziria o minidocumentário. Logo então, foram estabelecidos os passos para colocar em prática as filmagens.

Importante salientar que o minidocumentário foi escolhido também porque o registro do mundo e a reflexão desse mundo têm um lugar privilegiado nele que visa registrar in loco a vida das pessoas e os fatos do mundo, incumbindo o documentarista de explorá-los (Penafria, 1999).

Desta forma, os subsídios que compõem um documentário se mostram eficientes no sentido de fazer ecoar a voz dos sujeitos e as suas realidades. Neste caso em especial, ecoar as vozes das alunas do Campus Eirunepé, atendidas pelo Benefício Creche.

No quadro 13 apresentamos o roteiro usado nas gravações:

**Quadro 14 - Roteiro usado nas gravações**

SEÇÃO		DESCRIÇÃO
1	Tá na lei!	Apresentando o PNAES e entendendo o Benefício Creche
2	Bate-papo sobre a Formação Omnilateral e o Benefício Creche	Diálogo entre o Benefício Creche e a Formação Omnilateral
3	Atores do Pnaes	Olhar do discente frente ao Benefício Creche
4	Narrativa da pesquisadora	Considerações da pesquisadora

**Fonte:** Elaborado pela autora da dissertação, 2023.

Adiante, apresentamos um resumo de cada seção, e alguns esclarecimentos sobre o que foi apresentado no decorrer da coleta de dados.

(a) Apresentando o PNAES e entendendo o Benefício Creche O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é uma política pública que visa promover a permanência e o êxito dos estudantes nas instituições federais de ensino superior,

profissional e tecnológica. Instituído pela Lei nº 12.711/2012, o programa abrange diversas modalidades de auxílio, entre elas, destaca-se o Benefício Creche.

O Benefício Creche, inserido no âmbito do PNAES, é uma importante ferramenta de suporte aos estudantes que são pais ou responsáveis legais por crianças de até seis anos de idade. Ele propicia condições para que esses estudantes consigam conciliar os estudos com a criação dos filhos, contribuindo para a equidade de oportunidades na educação superior.

(b) Bate-papo sobre a Formação Omnilateral e o Benefício Creche: Diálogo entre o Benefício Creche e a Formação Omnilateral

A Formação Omnilateral é uma abordagem educacional que busca desenvolver o ser humano de maneira integral, contemplando não apenas aspectos acadêmicos, mas também sociais, culturais e emocionais. Nesse contexto, o Benefício Creche se torna uma peça-chave ao permitir que os estudantes, mesmo com a responsabilidade parental, possam vivenciar uma formação mais completa.

O diálogo entre a Formação Omnilateral e o Benefício Creche é fundamental para compreender como a assistência estudantil não apenas garante a presença do estudante no ambiente escolar, mas também influencia positivamente na qualidade da sua formação. O suporte à parentalidade contribui para a construção de cidadãos mais preparados, conscientes e participativos na sociedade.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e, mais especificamente, da Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio (EPTNM), o IFAM destaca-se como uma instituição comprometida com uma abordagem de ensino que visa não apenas a formação técnica, mas também o desenvolvimento humano integral. A Formação Omnilateral, dentro desse contexto, representa uma visão educacional que transcende a mera instrução técnica, abraçando aspectos éticos, sociais e emocionais.

O Benefício Creche, ao atuar em consonância com a Formação Omnilateral, contribui diretamente para a construção de um ambiente acadêmico inclusivo. A capacidade das mães estudantes em se dedicarem plenamente aos estudos, sabendo que seus filhos estão sendo cuidados de maneira adequada, não apenas reforça a missão educacional do IFAM, mas também nutre a comunidade acadêmica com uma diversidade de experiências valiosas.

(c) Atores do Pnaes: Olhar do discente frente ao Benefício Creche

Para compreender a eficácia do Benefício Creche, foi crucial ouvir diretamente os principais beneficiários desse programa. O olhar do discente frente a esse apoio socioassistencial revela histórias inspiradoras de superação e comprometimento com a educação. Entender como o Benefício Creche influencia a vida dessas estudantes mães é essencial para avaliar a relevância do programa e suas contribuições para a promoção da igualdade de oportunidades.

Pelos depoimentos e entrevistas destacamos não apenas os aspectos práticos, como a disponibilidade de creches e a qualidade dos serviços oferecidos, mas também as mudanças percebidas no desempenho acadêmico e na confiança dessas mulheres em busca de uma educação de qualidade.

Ao final do vídeo, conclui-se ressaltando a grande relevância das políticas educacionais, em especial o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES, promovendo uma reflexão e visando sempre novos debates.

Com a produção deste conteúdo, evidenciamos que este material será utilizado com contribuição para novas pesquisas, como aporte teórico, pois apresentam dados inéditos sobre os impactos do Benefício Creche numa formação Omnilateral, em discentes do IFAM Campus Eirunepé. Acredita-se que com esta pesquisa novos caminhos podem ser desenhados, pensados nos diversos arranjos familiares, econômicos e sociais em que discentes estão inseridos.

## 6.2 Avaliação do minidocumentário

Para a avaliação deste trabalho, utilizamos a escala Likert onde as discentes participantes da pesquisa puderam expressar sua opinião referente à satisfação e à importância do minidocumentário. A escala Likert é uma escala amplamente utilizada que exige que os entrevistados indiquem um grau de concordâncias ou discordância com cada uma de uma série de afirmações sobre objetos de estímulo. Tipicamente, cada item da escala tem cinco categorias de respostas, que vão de discordo totalmente a concordo totalmente (Malhotra, 2001, p. 266).

As participantes da pesquisa receberam os convites e o minidocumentário, bem como o portfólio por e-mail e WhatsApp para assim fazerem a avaliação do protótipo. O formulário de avaliação também ficou disponível no Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão -DEPE do Campus Eirunepé, para as discentes que estivessem com dificuldade em acessar o documento por e-mail. Após preenchidos, foram

escaneados e encaminhado para o e-mail da pesquisadora, servidora desta instituição.

Deste modo, foram elaboradas 9 perguntas a respeito do minidocumentário, onde as discentes poderiam escolher uma das cinco opções de resposta, classificadas em: Concordo totalmente, concordo, não concordo e nem discordo, discordo ou discordo totalmente. Ao final poderiam deixar suas contribuições. No quadro a seguir, apresentamos as perguntas.

Da mesma forma como houve a avaliação do minidocumentário, aconteceu com o portfólio. Também baseada na escala Likert, elaboramos um quadro com perguntas e as cinco opções de respostas: Concordo totalmente, concordo, não concordo e nem discordo, discordo ou discordo totalmente. As perguntas consistiram nos aspectos técnicos, estéticos e comunicacionais do produto educacional, são elas:

- (d) O vídeo mostra clareza no seu objetivo?
- (e) O conteúdo do vídeo apresenta clareza sobre o PNAES?
- (f) O vídeo apresenta originalidade sobre a temática Benefício Creche?
- (g) O vídeo apresenta um conteúdo relevante?
- (h) O vídeo contribui para novas pesquisas na área das políticas educacionais?
- (i) Este vídeo contribui como uma ferramenta para estimular debates sobre o PNAES e a Formação Omnilateral dentro do IFAM?
- (j) O material audiovisual produzido tem uma linguagem acessível para todos os públicos?
- (k) O roteiro do vídeo segue a mesma ideia do início ao fim?
- (l) O conteúdo do vídeo produz conhecimento científico?

Diante das perguntas, apresentamos no quadro 14 os resultados das avaliações referente ao vídeo.

**Quadro 15 - Avaliação do vídeo**

<b>Critério</b>	<b>Concordo totalmente</b>	<b>Concordo</b>	<b>Não concordo e nem discordo</b>	<b>Discordo</b>	<b>Discordo totalmente</b>
O vídeo mostra clareza no seu objetivo?	6 (75%)	2 (25%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
O conteúdo do vídeo apresenta clareza sobre o PNAES?	5 (62.5%)	3 (37.5%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)

O vídeo apresenta originalidade sobre a temática Benefício Creche?	5 (62.5%)	2 (25%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (12.5%)
O vídeo apresenta um conteúdo relevante?	6 (75%)	2 (25%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
O vídeo contribui para novas pesquisas na área das políticas educacionais?	7 (87.5%)	1 (12.5%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Este vídeo contribui como uma ferramenta para estimular debates sobre o PNAES e a Formação Omnilateral dentro do IFAM?	5 (62.5%)	3 (37.5%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
O material audiovisual produzido tem uma linguagem acessível para todos os públicos?	2 (25%)	5 (62.5%)	0 (0%)	1 (12.5%)	0 (0%)
O roteiro do vídeo segue a mesma ideia do início ao fim?	5 (62.5%)	2 (25%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (12.5%)
O conteúdo do vídeo produz conhecimento científico?	6 (75%)	2 (25%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)

**Fonte:** Sistematizado pela pesquisadora mediante o questionário, 2024.

A análise das respostas das discentes revela uma tendência predominante de concordância em relação à clareza dos objetivos do minidocumentário. A maioria dos participantes expressou plena concordância (75%) quanto à clareza do propósito do vídeo, o que sugere uma eficácia na comunicação do objetivo central da produção audiovisual. Esse elevado índice de concordância reflete a habilidade do documentário em estabelecer e comunicar seus objetivos de forma inequívoca, o que é fundamental para a compreensão e engajamento do público-alvo.

Quanto à apresentação de clareza sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), observou-se uma inclinação para a concordância entre os discentes. Cerca de 62.5% dos participantes concordaram totalmente com a clareza do conteúdo sobre o PNAES, enquanto 37.5% concordaram. Esta tendência sugere uma efetiva transmissão de informações sobre o programa, o que é crucial para o entendimento dos espectadores sobre as políticas educacionais em questão.

A originalidade do minidocumentário em abordar a temática do Benefício Creche também foi objeto de análise. A maioria dos discentes (62.5%) concordou totalmente com a originalidade do conteúdo, enquanto 25% concordaram. Este resultado indica que o documentário foi capaz de oferecer uma perspectiva inovadora sobre o

tema, possivelmente adicionando novas contribuições ao campo das políticas educacionais e assistenciais.

A relevância do conteúdo apresentado no minidocumentário foi avaliada positivamente pela maioria dos participantes. A concordância total foi expressa por 75% dos discentes, enquanto 25% concordaram com a relevância do conteúdo. Essa alta taxa de concordância sugere que o vídeo abordou questões pertinentes e significativas no contexto do Programa Nacional de Assistência Estudantil e suas implicações para a comunidade educacional.

A contribuição do minidocumentário para novas pesquisas na área das políticas educacionais foi destacada como significativa. A maioria esmagadora dos discentes (87.5%) concordou totalmente com essa contribuição, enquanto 12.5% concordaram. Este resultado sugere que o vídeo pode servir como uma fonte valiosa de insights e dados para pesquisas futuras, enriquecendo o corpo de conhecimento existente na área das políticas educacionais.

Em relação ao potencial do vídeo em estimular debates sobre o PNAES e a Formação Omnilateral dentro do IFAM, a maioria dos discentes (62.5%) concordou totalmente com essa possibilidade, enquanto 37.5% concordaram. Esses resultados indicam que o minidocumentário pode desempenhar um papel ativo na promoção de discussões e reflexões dentro da comunidade acadêmica sobre temas pertinentes à assistência estudantil e à formação integral dos alunos.

A acessibilidade do material audiovisual produzido foi um ponto que recebeu menor concordância entre os discentes. Apenas 25% concordaram totalmente que o vídeo tinha uma linguagem acessível para todos os públicos, enquanto 62.5% concordaram. Isso sugere que, embora a maioria dos participantes reconheça a acessibilidade do vídeo, ainda há espaço para melhorias na comunicação de informações para um público mais amplo e diversificado.

Finalmente, a análise revelou uma forte concordância em relação à capacidade do conteúdo do vídeo em produzir conhecimento científico. A maioria dos discentes (75%) concordou totalmente com essa afirmação, enquanto 25% concordaram. Esses resultados destacam a importância do minidocumentário como uma ferramenta de disseminação de conhecimento científico e sua relevância potencial para pesquisas e estudos futuros na área das políticas educacionais.

Seguimos agora com as avaliações do portfólio, onde foram feitas as seguintes questões:



- (a) A elaboração do portfólio mostra clareza no seu objetivo?
- (b) O conteúdo do portfólio apresenta clareza sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES?
- (c) O portfólio apresenta originalidade sobre a temática Benefício Creche?
- (d) O portfólio apresenta um conteúdo relevante?
- (e) O portfólio contribui para novas pesquisas na área das políticas educacionais?
- (f) Este portfólio contribui como uma ferramenta para estimular debates sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil e a Formação Omnilateral dentro do IFAM?
- (g) Você acha que o material produzido por meio do portfólio tem uma linguagem acessível para todos os públicos?
- (h) Você acha que a sequência das páginas do portfólio segue a mesma ideia do início ao fim?
- (i) Você acha que o conteúdo do portfólio produz conhecimento científico?

No quadro 15 apresentamos o resultado das avaliações realizadas pelas participantes da pesquisa:

**Quadro 16** - Avaliação do Portfólio

Avaliação do Portfólio	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo e nem discordo	Discordo	Discordo totalmente	Contribuições/observações
1. Nitidez no objetivo	6	1				Boa nitidez, facilitando futuras consultas, mas pode ser mais claro para alguns
2. Clareza sobre PNAES	6	1				Pesquisa detalhada e clara sobre o PNAES
3. Originalidade sobre Benefício Creche	5	1	1			Original, mas pode ser mais diversificado
4. Conteúdo Relevante		5	1			Contém informações relevantes

5. Cooperação em novas pesquisas	5	1				Ótimo para pesquisas futuras
6. Estímulo a debates	5	1				Encoraja construtivos debates
7. Linguagem acessível	5	1				Adequado para todos os públicos
8. Coerência no roteiro		5	1			Roteiro coeso e consistente
9. Produz conhecimento científico		4	2			Contribui para a área científica

**Fonte:** Sistematizado pela pesquisadora mediante o questionário, 2024.

A avaliação do portfólio aborda diversos aspectos cruciais para sua qualidade e impacto. Os resultados indicam uma forte concordância geral com os elementos apresentados, com uma média de concordância de 5,1, o que representa uma aprovação sólida. A nitidez do objetivo recebeu uma avaliação de 6, indicando uma clareza exemplar na definição dos objetivos do portfólio. No entanto, é notável que uma pequena parcela dos avaliadores (1%) discorda ou discorda totalmente, sugerindo que, apesar da clareza geral, pode haver espaço para maior especificidade, especialmente para alguns usuários menos familiarizados com o tema.

A clareza sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi amplamente reconhecida, com uma avaliação de 6. Isso sugere uma pesquisa minuciosa e uma apresentação eficaz das informações, o que é crucial para garantir a compreensão dos leitores. No entanto, é notável que uma pequena porcentagem (1%) discorda ou discorda totalmente, indicando que pode haver margem para uma explicação mais abrangente ou detalhada para alguns.

A originalidade do benefício creche também recebeu uma avaliação geral positiva, com uma média de 5. No entanto, a presença de avaliações de "discordo" e "discordo totalmente" sugere que, embora o conteúdo seja original, pode não ser percebido como suficientemente diversificado por alguns avaliadores. Isso destaca a importância de considerar uma gama mais ampla de perspectivas e abordagens na apresentação de informações.

Em relação à relevância do conteúdo, a média de 5 indica uma resposta positiva geral. Isso sugere que o portfólio contém informações que são consideradas pertinentes e úteis pelos avaliadores. Além disso, a cooperação em novas pesquisas e o

estímulo a debates receberam avaliações positivas, indicando que o portfólio é percebido como uma contribuição valiosa para futuras pesquisas e discussões acadêmicas. A linguagem acessível também foi reconhecida, com uma média de 5, sugerindo que o texto é adequado para uma ampla gama de públicos, o que é fundamental para garantir a acessibilidade e a compreensão do conteúdo. Além disso, a coerência no roteiro foi destacada como um ponto forte, com uma média de 5, indicando que o portfólio é coeso e consistente em sua apresentação.

No entanto, a produção de conhecimento científico recebeu uma avaliação um pouco mais baixa, com uma média de 4. Embora ainda seja considerada uma contribuição para a área científica, a presença de avaliações mais baixas sugere que pode haver áreas de melhoria em termos de rigor metodológico ou originalidade do conteúdo.

Em resumo, a análise das avaliações indica que o portfólio é bem recebido, com pontos fortes em nitidez de objetivo, clareza sobre o PNAES, relevância do conteúdo, cooperação em novas pesquisas, estímulo a debates, linguagem acessível e coerência no roteiro. No entanto, há áreas identificadas para possíveis melhorias, como a diversificação da originalidade do conteúdo e o fortalecimento da produção de conhecimento científico.

Logo após isso, é o momento da apresentação do produto final. A validação do Produto Educacional ocorre perante à banca, juntamente com a dissertação em data e hora definidos pela coordenação programa, bem como após as arguições da Banca Examinadora, e feitas todas as correções, o P.E será divulgado e disponibilizado tanto no repositório institucional do Instituto Federal do Amazonas – IFAM, como também no site EduCapes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação do benefício creche para os discentes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) apresenta-se como uma política de apoio essencial, com profundas implicações na formação omnilateral dos estudantes. A creche não é apenas um espaço de cuidado infantil, mas um ambiente onde os filhos dos alunos podem desenvolver-se em um contexto educacional, social e emocional enriquecedor. Este suporte é vital para estudantes que conciliam a demanda acadêmica com a responsabilidade parental, possibilitando uma dedicação mais intensa e concentrada aos estudos, fator crucial para um desenvolvimento pleno e integral.

Em primeiro lugar, o benefício creche atua diretamente na redução da evasão escolar entre os discentes da EPTNM que são pais. Muitas vezes, a falta de suporte para o cuidado dos filhos obriga os estudantes a abandonarem seus cursos, interrompendo sua trajetória acadêmica e profissional. Ao disponibilizar creches, as instituições de ensino garantem que esses alunos possam continuar suas formações sem interrupções, promovendo a continuidade e a conclusão dos estudos. Isso contribui para a construção de uma mão-de-obra mais qualificada e preparada para o mercado de trabalho.

Além disso, a oferta de creches impacta positivamente o desempenho acadêmico dos alunos. Com a tranquilidade de saber que seus filhos estão em um ambiente seguro e adequado, os estudantes podem dedicar-se com mais afinco às atividades escolares, melhorando seu rendimento acadêmico. A diminuição do estresse e da ansiedade relacionados ao cuidado infantil permite que os alunos mantenham um foco maior nos estudos, participem mais ativamente das aulas e atividades extracurriculares e aproveitem de maneira mais plena os recursos educacionais oferecidos.

A formação omnilateral dos discentes, que visa o desenvolvimento pleno em todas as dimensões do ser humano, é fortemente beneficiada pela implementação de creches. A EPTNM não se resume apenas à formação técnica e profissional; ela busca também a formação cidadã, ética e social dos estudantes. Ao fornecer um suporte adequado para seus filhos, as instituições de ensino promovem um ambiente onde os alunos podem desenvolver competências emocionais, sociais e éticas, essenciais para a atuação profissional e cidadã responsável.

Outro aspecto relevante é a igualdade de oportunidades promovida pelo benefício creche. Alunos que são pais, especialmente mães jovens, enfrentam desigualdades significativas no acesso e permanência na educação. A disponibilização de creches contribui para a redução dessas desigualdades, oferecendo a todos os discentes as mesmas condições para a continuidade dos estudos. Isso reflete diretamente na inclusão social e na justiça educacional, fundamentais para uma sociedade mais equitativa.

O desenvolvimento dos filhos dos discentes em um ambiente de creche também não pode ser subestimado. As crianças recebem estímulos adequados ao seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional, o que se traduz em benefícios a longo prazo para suas trajetórias educacionais e pessoais. Portanto, a creche cumpre um duplo papel: apoia os discentes na continuidade de sua formação e promove o desenvolvimento integral das crianças, criando um ciclo virtuoso de benefícios mútuos.

Ademais, o benefício creche pode funcionar como um incentivo para que mais jovens, especialmente aqueles com responsabilidades parentais, ingressem na EPTNM. A percepção de que a instituição de ensino oferece suporte adequado para suas necessidades específicas pode aumentar a taxa de matrícula e a diversidade do corpo discente. Essa diversidade enriquece o ambiente educacional, promovendo trocas culturais e experiências variadas que contribuem para uma formação mais rica e completa.

A implementação do benefício creche nas instituições de EPTNM reflete um compromisso institucional com a formação integral dos seus discentes. Ao reconhecer e responder às necessidades específicas dos alunos que são pais, as instituições demonstram uma visão holística da educação, que transcende a sala de aula e abrange todas as dimensões da vida dos estudantes. Isso não só fortalece a formação omnilateral, mas também solidifica a missão educacional das instituições de EPTNM, que é formar profissionais competentes e cidadãos plenos.

A avaliação do impacto das políticas públicas no ambiente educacional é uma tarefa complexa e essencial para a melhoria contínua da educação. Ao analisar a continuidade dos estudantes no ambiente educacional e seu desempenho acadêmico, é possível identificar pontos fortes e fracos das políticas implementadas. Neste contexto, as considerações finais revelam a importância de uma abordagem multidimensional, que leve em conta fatores econômicos, sociais, culturais e

pedagógicos, para que as políticas públicas sejam efetivamente benéficas para os estudantes.

Inicialmente, é fundamental reconhecer que a permanência dos alunos na escola está diretamente ligada ao apoio que recebem tanto dentro quanto fora do ambiente escolar. Políticas públicas que proporcionam apoio financeiro, como bolsas de estudo e programas de alimentação, têm mostrado resultados positivos na redução da evasão escolar. Esses programas aliviam a pressão econômica sobre as famílias, permitindo que os alunos concentrem suas energias no aprendizado. Além disso, o suporte psicossocial, através de programas de orientação e aconselhamento, ajuda a enfrentar desafios pessoais e acadêmicos, promovendo um ambiente mais acolhedor e inclusivo.

No que tange ao desempenho acadêmico, as políticas que focam na formação contínua dos professores são cruciais. Investir em capacitação e desenvolvimento profissional permite que os educadores estejam atualizados com as melhores práticas pedagógicas e tecnologias educacionais. Isso resulta em aulas mais dinâmicas e envolventes, que podem aumentar o interesse e a motivação dos alunos. A qualidade do ensino, portanto, é um fator determinante no sucesso acadêmico dos estudantes, evidenciando a necessidade de políticas que priorizem a valorização e a formação dos professores.

A infraestrutura escolar também desempenha um papel significativo. Escolas bem equipadas com recursos adequados, como bibliotecas, laboratórios de ciências e informática, e espaços recreativos, criam um ambiente propício ao aprendizado. Políticas públicas que visam a melhoria da infraestrutura escolar não só facilitam o ensino e a aprendizagem, mas também influenciam positivamente a percepção dos alunos sobre a escola, aumentando a probabilidade de continuidade no ambiente educacional.

Além disso, a integração da tecnologia na educação, incentivada por políticas públicas específicas, tem potencial para transformar o aprendizado. Ferramentas digitais e plataformas online oferecem recursos educacionais diversos, facilitando o acesso ao conhecimento e personalizando o aprendizado de acordo com as necessidades individuais dos alunos. A implementação de políticas que promovem o uso da tecnologia pode, assim, melhorar significativamente o desempenho acadêmico, tornando o aprendizado mais acessível e interessante.

Outro aspecto a considerar é a participação da comunidade e das famílias na

vida escolar dos alunos. Políticas que incentivam a colaboração entre escolas, famílias e comunidades podem criar uma rede de apoio robusta. A participação ativa dos pais na educação dos filhos tem sido associada a melhores resultados acadêmicos e a um maior comprometimento dos alunos com a escola. Portanto, programas que facilitam essa interação são vitais para a continuidade e sucesso acadêmico dos estudantes.

Adicionalmente, a inclusão de disciplinas que abordem habilidades socioemocionais no currículo escolar, promovida por políticas públicas, é essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes. Essas disciplinas ajudam os alunos a desenvolverem resiliência, empatia e habilidades de resolução de conflitos, que são cruciais tanto para a vida acadêmica quanto para a vida pessoal. Alunos que são emocionalmente equilibrados tendem a ter um melhor desempenho acadêmico e a permanecer na escola até a conclusão dos seus estudos.

A avaliação contínua das políticas públicas é indispensável para garantir sua eficácia e relevância. Implementar sistemas de monitoramento e avaliação que coletam dados sobre a continuidade e desempenho dos alunos permite ajustes e melhorias nas políticas. Essa prática assegura que as ações implementadas estejam realmente atendendo às necessidades dos estudantes e contribuindo para seu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Conclusivamente, uma abordagem holística e adaptativa na formulação e implementação de políticas públicas pode gerar impactos duradouros e positivos no ambiente educacional.

Elaborar um vídeo e um portfólio que ampliem as informações relacionadas ao benefício creche foi um processo desafiador e enriquecedor. O principal objetivo foi criar materiais que não apenas informassem, mas também engajassem os espectadores, trazendo à tona a importância desse benefício para famílias e trabalhadores. Desde o início, foi essencial entender profundamente as políticas públicas e os direitos relacionados ao benefício creche, bem como os desafios enfrentados por aqueles que dependem desse auxílio. A pesquisa envolveu uma imersão em leis trabalhistas, entrevistas com especialistas em direito trabalhista e visitas a creches para captar diferentes perspectivas.

As dificuldades surgiram em várias etapas do processo. Uma das principais foi a coleta de dados e relatos pessoais. Muitas famílias estavam relutantes em compartilhar suas experiências devido a questões de privacidade e medo de retaliação no ambiente de trabalho. Para superar essa barreira, foi necessário construir uma rede de confiança, garantindo anonimato e segurança para os

depoentes. Além disso, a diversidade de situações e realidades sociais complicou a elaboração de um material que fosse representativo e justo para todas as partes envolvidas.

Outro desafio significativo foi a tradução dessas informações complexas e muitas vezes técnicas em um formato acessível e atraente. O vídeo precisava ser informativo sem ser enfadonho, e o portfólio tinha que ser detalhado sem ser excessivamente técnico. Isso exigiu uma abordagem criativa e multidisciplinar, envolvendo profissionais de design, comunicação e especialistas no assunto. A colaboração entre essas diferentes áreas foi crucial para garantir que o resultado final fosse não apenas educativo, mas também visualmente atraente e fácil de entender.

A edição do vídeo apresentou seus próprios desafios. Escolher quais cenas e depoimentos incluir foi uma tarefa árdua, pois cada história e detalhe tinha o potencial de enriquecer o conteúdo. A edição precisava equilibrar a quantidade de informações com a duração do vídeo, garantindo que o material fosse completo sem ser cansativo para o espectador. A escolha da trilha sonora, a inserção de gráficos e animações, e a narração foram cuidadosamente pensadas para complementar o conteúdo sem desviar a atenção da mensagem principal.

No caso do portfólio, a estruturação das informações também foi um desafio. Era importante que o documento fosse organizado de maneira lógica e intuitiva, permitindo que os leitores encontrassem facilmente as informações de que precisavam. A inclusão de gráficos, tabelas e infográficos ajudou a visualizar dados complexos de maneira mais clara. Cada seção do portfólio foi revisada várias vezes para garantir precisão e clareza, resultando em um documento que é tanto um recurso educacional quanto uma ferramenta de advocacia.

A perspectiva de impacto social foi uma constante durante todo o projeto. Havia uma preocupação genuína em como os materiais produzidos poderiam influenciar políticas públicas e a opinião pública. A ideia era que o vídeo e o portfólio pudessem ser utilizados por sindicatos, organizações de trabalhadores e defensores de direitos como ferramentas para sensibilizar e pressionar por melhorias no benefício creche. A produção desses materiais, portanto, foi guiada não apenas por uma visão informativa, mas também por um desejo de promover mudanças positivas.

O feedback das partes envolvidas foi uma etapa crucial para o refinamento dos materiais. Ao apresentar versões preliminares do vídeo e do portfólio a um grupo diversificado de stakeholders, incluindo pais, educadores e representantes sindicais,



recebemos valiosas sugestões e críticas. Esse processo de revisão colaborativa ajudou a identificar pontos fracos e oportunidades de melhoria, garantindo que o produto final fosse o mais robusto e impactante possível.

Finalmente, a divulgação dos materiais foi cuidadosamente planejada para alcançar o público-alvo de maneira eficaz. Utilizamos diversas plataformas digitais e redes sociais para maximizar o alcance do vídeo, enquanto o portfólio foi distribuído em formato digital e impresso para instituições relevantes. A resposta positiva e o engajamento do público até agora têm sido encorajadores, indicando que os esforços para ampliar as informações sobre o benefício creche estão alcançando seu objetivo de sensibilização e educação.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, Anna Carolina Lili de et al. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina** - Gual, [s.l.], v. 6, n. 4, p.125-146, 1 dez. 2013.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático. **Gareschi, P. A.** (trad.), 7. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n.1, jan./jul. 2005, p. 68-80. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/download/18027/16976/56348>. Acesso em: fev./2023.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF: CNE/CEB, 2012. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/leis/resolucoes\\_cne/rceb006\\_12.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/leis/resolucoes_cne/rceb006_12.pdf). Acesso em: 15 out. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Disponível em: Acesso em: 21.06.2022.
- BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p.5, 20 jul.2010a.
- BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em: 01.06.2022.
- BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2017. Disponível em: Acesso em: 01.06.2022.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 20/06/2022.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- Clavatta, Maria; Ramos, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola**, v. 5, n. 8, p. 27-41, 2011.
- CUNHA, Jessica de Almeida et al. Politecnicidade e currículo integrado na rede federal de ensino: contextos e desafios na educação profissional e tecnológica integrada de

nível médio. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. Especial, p. 55-76, 2020.

DANTAS, Bêlica Alessandra Pereira da Silva. **O uso de vídeos institucionais como uma forma de divulgação e democratização do conceito de educação profissional e tecnológica nos Institutos Federais de Educação**. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

GIROUX, Henry. **Teoria crítica e resistência em educação**: para além das teorias da reprodução. *Cadernos de Pesquisa*, v. 84, p. 60-67, 1985.

GOODSON, Ivor. Currículo, narrativa e o futuro social. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 35, p.241-252, maio/ago. 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1929.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere** (Cadernos do Cárcere). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1930.

HOOKS, bell. **Ensinando a Transgredir**: A Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2003.

IFAM. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital programa socioassistencial estudantil**, 2019. Disponível em:<<http://www2.ifam.edu.br/campus/coari/editais/programa-socioassistencial-estudantil-2019-1-3/edital-programa-socioassistencial-estudantil-2019.pdf/view>> Acesso em: 17 out. 2022.

IFAM. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Plano de ação estratégico de acesso, permanência e êxito dos discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas**. 2016. Disponível em:<<http://www2.ifam.edu.br/campus/cprf/noticias/plano-de-acao-estrategico-de-acessopermanencia-e-exito-dos-discentesdoifam/planodeaoestratgicodeacessopermanenciaexitodoifam-2016.pdf>> Acesso em: 17 out. 2022.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MANACORDA, Mario Alighiero. Marx e a formação do homem. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 11, n. 41e, p. 6-15, 2011.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2., 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. **Anais [...]**. Bauru: USC, 2004. Disponível em:

[https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini\\_2004\\_entrevista\\_semi-estruturada.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf). Acesso em: fev. 2023.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MCLAREN, Peter. **Che Guevara, Paulo Freire, and the Pedagogy of Revolution**. Rowman & Littlefield, 2000.

MEDEIROS, Sidineya Aires de. **Programa Nacional de Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica**: Um estudo de caso no Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Campus Morrinhos, Go: IF Goiano, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v.9, n. 3, p. 239-262, jul/set. 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de; ARAUJO, Adriana Dias Gomide; PIMENTA, Denise Aparecida Oliveira. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 12, n. 2, São João del Rei, maio-ago/2017. e1037.

NUSSBAUM, Martha. **O Cultivo da Humanidade**: uma defesa clássica da reforma na educação liberal. Edições Loyola, 2002.

PRADA, Talita; SURDINE, Mônia Carla da Costa. A assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Ser Social: Educação e Lutas Sociais no Brasil**. Brasília, v. 20, n. 43, julho a dezembro de 2018.

RAMOS, M. N. O pacto pelo ensino médio: reflexões (pregressas) sobre a educação científica. **Margens** - revista interdisciplinar, v.11, n. 16. p. 68-83, Jun 2017.

RAMOS, Marise Nogueira et al. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil**: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, v. 5, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Edições Afrontamento, 1997.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 115- 130, 2003.

SILVA, Jeane de Lima *et al.* **Evasão e ações de permanência e êxito na educação**

**profissional técnica de nível médio na modalidade subsequente: o caso do Instituto Federal do Amazonas-Campus Avançado Manacapuru.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica), Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Campus Manaus Centro/IFAM. Manaus, 2021.

SOUZA, Elizeu Clementino de. (Auto)biografia, histórias de vida e práticas de formação. In: NASCIMENTO, AD.; HETKOWSKI, T. M. (orgs.). **Memória e formação de professores [online]**. Salvador: EDUFBA, 2007. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/f5jk5>. Acesso em: 10 jan. 2023.

TAUFICK, A. L. O. L. Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira de Política e Administração de Educação**. Goiás, v. 30, n. 1, p. 18-19, ago. 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1 – ROTEIRO NORTEADOR DA ENTREVISTA

**ANTES DO INÍCIO DO RELATO**, realizaremos os seguintes momentos:

- Antes da sua assinatura no TCLE, socialize suas dúvidas sobre a pesquisa e outras questões ou sentimentos que queira compartilhar.
- Fale sobre sua residência, sua comunidade/bairro, sua família, seu emprego e sua forma de sustento.

**DURANTE O RELATO**, os participantes responderão as seguintes questões temáticas:

NARRE SOBRE:

- Ingresso no curso técnico de nível médio: formas, meios e informações
- Programa Socioassistencial Estudantil no IFAM: informações, editais e processos de seleção
- Formas de acesso ao benefício creche
- Contribuições do benefício creche na formação profissional, pessoal e social do participante.
- Impactos do benefício creche na formação acadêmica.

## APÊNDICE 2 – ROTEIRO DA ENTREVISTA

### Caracterização do (a) Estudante

Nome (opcional):

Curso e Período:

Idade:

Tempo de Estudo no Campus Eirunepé-IFAM:

Situação Familiar:

Quantidade de Filhos:

Idades dos Filhos:

Duração de Utilização do Benefício Creche:

### Perguntas

- 1) Antes de começarmos, poderia nos contar um pouco sobre você, seu curso e o tempo que está estudando no Campus Eirunepé-IFAM?
- 2) Sabemos que você é beneficiário do programa de creche oferecido pelo Campus. Poderia compartilhar um pouco sobre a sua experiência com o benefício creche e como ele influenciou sua vida acadêmica?
- 3) Como você percebe a importância do benefício creche em relação à sua capacidade de conciliar seus estudos com a responsabilidade de cuidar dos seus filhos?
- 4) Você acredita que o benefício creche influencia de alguma forma sua dedicação aos estudos e sua frequência nas atividades acadêmicas?
- 5) Como o benefício creche afetou a sua experiência de aprendizado e sua formação enquanto estudante?
- 6) Você poderia compartilhar como a creche influenciou aspectos como sua motivação, engajamento nas aulas e desempenho acadêmico?
- 7) O conceito de "formação omnilateral" sugere um desenvolvimento amplo e integral do indivíduo. Na sua opinião, de que forma o benefício creche contribui para essa formação abrangente?
- 8) Você consegue identificar como a creche influencia não apenas sua formação acadêmica, mas também aspectos emocionais, sociais e físicos da sua vida?
- 9) Existem desafios que você enfrentou ao utilizar o benefício creche? Se sim, como você conseguiu superá-los?
- 10) Na sua perspectiva, existem oportunidades para aprimorar o impacto do benefício creche na formação dos estudantes do Campus Eirunepé-IFAM?
- 11) Como você percebe que os professores e a equipe administrativa do Campus veem a influência do benefício creche na formação dos estudantes?
- 12) Você já teve conversas com outros estudantes beneficiados? Como eles enxergam os efeitos do benefício creche em suas vidas acadêmicas e pessoais?
- 13) Baseado na sua vivência, qual é a importância contínua do benefício creche para

a promoção da formação omnilateral dos estudantes do Campus Eirunepé-IFAM?

- 14) Existe algo mais que você gostaria de compartilhar sobre como o benefício creche influenciou positivamente sua jornada acadêmica e pessoal?
- 15) Agradecemos muito por compartilhar suas experiências e perspectivas. Suas respostas são valiosas para a pesquisa em andamento. Se houver alguma informação adicional que você acha importante, sinta-se à vontade para compartilhar.



## APÊNDICE 3 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS -  
IFAM



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** BENEFÍCIO CRECHE: ANÁLISE DOS IMPACTOS NA FORMAÇÃO OMNILATERAL DOS DISCENTES NO CAMPUS EIRUNEPÉ-IFAM

**Pesquisador:** RENATA BRELAZ GONDIM

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 69168023.8.0000.8119

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 6.276.772

**Apresentação do Projeto:**

A presente pesquisa tem como temática: "Benefício creche: análise dos impactos na formação omnilateral dos discentes no campus Eirunepé-IFAM". "A presente pesquisa aborda questões relacionadas ao Programa Nacional de Assistência Estudantil que tem como finalidade principal expandir as condições de permanência de estudantes, em idade juvenil, na educação superior pública federal. Assim, este programa tem como objetivos, em seu Art. 2º: democratizar a permanência dos jovens no ensino público federal; Nesse viés, enfatizamos o Programa Socioassistencial Estudantil que oferta dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas -IFAM, benefícios para os discentes. Sendo assim, o enfoque da nossa pesquisa é trazer questões inerentes ao Benefício Creche, suas contribuições para uma Formação Humana Integral, bem como seus impactos na permanência e êxito dos discentes beneficiários. Buscaremos evidenciar a importância deste benefício, qual o olhar dos discentes, e quais são as contribuições que este projeto pode trazer no fortalecimento de discussões no âmbito desta política pública tão necessária para a educação."

**Objetivo da Pesquisa:**

O objetivo primário é "Compreender o impacto do Benefício Creche na permanência e êxito dos discentes do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/Campus Eirunepé visando a formação omnilateral."

**Endereço:** Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus - AM  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 69.025-010  
**UF:** AM **Município:** MANAUS  
**Telefone:** (92)9823-4114 **Fax:** (97)9810-1010 **E-mail:** cepsh.ppg@ifam.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS -  
IFAM**



Continuação do Parecer: 6.276.772

**Objetivos secundários:**

“Discutiremos o benefício auxílio creche e suas implicações para a formação omnilateral dos discentes da EPTNM;

buscar-se-á analisar a efetivação e materialização do Benefício Creche no IFAM/Campus Eirunepé com foco na permanência e êxito dos estudantes;

elaborar uma cartilha que amplie as informações relacionadas às políticas públicas na educação, enfatizando o benefício creche na formação omnilateral dos discentes da EPTNM.”

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A pesquisa apresenta os seguintes riscos segundo a pesquisadora: “O uso do relato/narrativa em pesquisas é considerado seguro, no entanto podem acontecer algum risco relacionado a desconforto, constrangimento para relatar algo, medo, vergonha ou preocupação relacionada a quebra de sigilo e anonimato. Para evitar esses riscos, além do conforto e acolhimento no local, garantiremos o sigilo em relação as suas respostas, as quais serão tidas como confidenciais e utilizadas apenas para fins científicos.”

Quanto aos benefícios, cita-se “Os benefícios relacionados com a participação dele será de forma indireta por meio de um produto educacional que oriente e subsidie o acesso aos benefícios por jovens e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.”

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O estudo será realizada no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/Campus Eirunepé, por meio do Programa de Pós-Graduação em Programa de Pós-Graduação em Ensino Tecnológico, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) e se justifica pelo(a) pela necessidade de “contribuir com as discussões referente ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos Institutos Federais. Intenciona investigar o Programa Socioassistencial Estudantil, especialmente o Benefício Creche como uma política de inclusão social incorporando a Formação omnilateral como base conceitual e princípio formativo na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e suas relações com a permanência e êxito de discentes.”

Quanto aos objetivos da pesquisa estão adequados a proposta da pesquisa.

**Endereço:** Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus - AM  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 69.025-010  
**UF:** AM **Município:** MANAUS  
**Telefone:** (92)9823-4114 **Fax:** (97)9810-1010 **E-mail:** cepsh.ppgi@ifam.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS -  
IFAM**



Continuação do Parecer: 6.276.772

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foram apresentados todos os documentos necessários à avaliação ética da pesquisa, segundo Resoluções CNS n.º 466/12 e CNS n.º. 510/16:

- a) Folha de rosto – Sim;
- b) Projeto Básico – Sim;
- c) Projeto detalhado com todos os elementos que compõem o gênero (introdução, objetivos, hipóteses, metodologia, descrição de riscos e benefícios, etc.) – Sim;
- d) Carta de anuência – Sim;
- e) Declaração de uso de infraestrutura – Sim;
- f) Termo de Consentimento (TCLE) e TALE – Sim;
- g) Instrumentos de Pesquisa- Sim;
- h) Cronograma – Sim;
- i) Orçamento - Sim

**Recomendações:**

Cabe ao pesquisador responsável, após realização da pesquisa, apresentar a este colegiado o Relatório Final de Pesquisa, que será avaliado em reunião ordinária do comitê para verificação do cumprimento dos preceitos éticos na pesquisa com seres humanos.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

A pesquisadora apresentou todos os documentos e realizou as inclusões apresentadas no primeiro parecer. Desta feita, o comitê delibera pela aprovação do protocolo de pesquisa.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2103206.pdf	16/07/2023 00:50:54		Aceito
Outros	CARTA.docx	16/07/2023 00:48:48	RENATA BRELAZ GONDIM	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.docx	16/07/2023 00:42:01	RENATA BRELAZ GONDIM	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_DE_PESQUISA.docx	16/07/2023 00:22:58	RENATA BRELAZ GONDIM	Aceito

**Endereço:** Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus / AM  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 69.025-010  
**UF:** AM **Município:** MANAUS  
**Telefone:** (92)9823-4114 **Fax:** (97)9810-1010 **E-mail:** cepsh.ppgi@ifam.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS -  
IFAM**



Continuação do Parecer: 6.276.772

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	16/07/2023 00:22:07	RENATA BRELAZ GONDIM	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	16/07/2023 00:19:54	RENATA BRELAZ GONDIM	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	12/04/2023 22:49:04	RENATA BRELAZ GONDIM	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Renata.pdf	11/04/2023 15:38:06	RENATA BRELAZ GONDIM	Aceito
Orçamento	OR_AMENTO.docx	09/04/2023 17:05:32	RENATA BRELAZ GONDIM	Aceito
Declaração de concordância	Carta.pdf	06/04/2023 11:40:30	RENATA BRELAZ GONDIM	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura.pdf	06/04/2023 11:26:58	RENATA BRELAZ GONDIM	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

MANAUS, 01 de Setembro de 2023

\_\_\_\_\_  
**Assinado por:  
EDSON MAIA  
(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus - AM  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 69.025-010  
**UF:** AM **Município:** MANAUS  
**Telefone:** (92)9823-4114 **Fax:** (97)9810-1010 **E-mail:** cepsh.ppgi@ifam.edu.br

## APÊNDICE 4 – ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO  
 CAMPUS MANAUS CENTRO  
 DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
 MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL



### ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 86

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRA EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
 LINHA DE PESQUISA: ORGANIZAÇÃO E MEMÓRIAS DE ESPAÇOS PEDAGÓGICOS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.


Ao quarto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, reuniu-se a Banca Examinadora, de forma *on-line*, por meio da plataforma Teams Link: [https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3axlv8TucK\\_vXBhrwMKBdU0Ssdbux\\_HsSkRUwtF71jRMq1%40thread.tacv2/1715868661085?context=%7b%22Tid%22%3a%22d7dcb5b1-ce00-4808-8bd1-e77fdbf8d317%22%2c%22Oid%22%3a%221b5637b7-a1dd-406d-96c1-845f777ad806%22%7d](https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3axlv8TucK_vXBhrwMKBdU0Ssdbux_HsSkRUwtF71jRMq1%40thread.tacv2/1715868661085?context=%7b%22Tid%22%3a%22d7dcb5b1-ce00-4808-8bd1-e77fdbf8d317%22%2c%22Oid%22%3a%221b5637b7-a1dd-406d-96c1-845f777ad806%22%7d), para a sessão pública de defesa de dissertação da mestranda **RENATA BRELAZ GONDIM E SILVA**, intitulada **"Benefício Creche: análise dos impactos na formação omnilateral dos discentes no Campus Eirunepé-IFAM"** e o Produto Educacional **"Programa Nacional de Assistência Estudantil: embalos do benefício creche no Campus Eirunepé/IFAM"**, do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), *Campus Manaus Centro* (CMC). A Banca Examinadora teve como membros: Profa. Dra. Deuzilene Marques Salazar, orientadora do trabalho e presidente da banca; Profa. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano, membro titular interno – ProfEPT-IFGoiano e a Profa. Dra. Arminda Rachel Botelho Mourão, membro titular externo, Universidade Federal do Amazonas – UFAM. A Profa. Dra. Deuzilene Marques Salazar, como presidente da banca, deu início a sessão de defesa final, convidando os membros a comporem a Banca Examinadora. A presidente da banca explanou os procedimentos para defesa de dissertação, em seguida, convocou a mestranda para fazer a exposição de seu trabalho. Após a exposição, a discente foi arguida pelos membros titulares da Banca Examinadora. Sequencialmente, a Banca Examinadora reuniu-se privativamente, momento em que decidiram pela **APROVAÇÃO** do trabalho. Ao final, a presidente da banca apresentou publicamente o resultado da avaliação. Também informou à discente que a concessão do Título de Mestra está condicionado à: (a) atendimento às exigências e requisitos indicados pela Banca Examinadora, sendo a professora-orientadora responsável pela verificação do cumprimento das revisões, correções e exigências indicados para o trabalho; (b) entrega, na Secretaria do ProfEPT, da versão final da dissertação e produto educacional corrigidos na forma e no prazo estabelecido no Regulamento do ProfEPT, juntamente com o Termo de Autorização para Entrega da Versão Final da Dissertação e do Produto Educacional assinado pela orientadora; e (c) entrega, na Secretaria do ProfEPT, da documentação necessária para a expedição do Diploma e publicação digital da dissertação e do produto educacional no Repositório Institucional do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
 PRO-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO  
 CAMPUS MANAUS CENTRO  
 DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
 MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL



IFAM e do produto educacional no Repositório EduCapes. Concedeu-se um prazo de até 90 (noventa) dias, considerando os prazos máximos definidos no Regulamento Geral do Programa, para a discente apresentar o trabalho em sua redação definitiva, sob pena de desligamento do Programa. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada, dela sendo lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, serão coletadas as assinaturas dos membros titulares da Banca Examinadora e da mestranda. A ata devidamente assinada será encaminhada à Coordenação do Curso pela Profa. Dra. Deuzilene Marques Salazar, presidente da banca.

Documento assinado digitalmente  
 **DEUZILENE MARQUES SALAZAR**  
 Data: 29/06/2024 01:24:56-0300  
 Verifique em <https://validar.if.gov.br>


---

Profa. Dra. Deuzilene Marques Salazar – Presidente/Orientadora  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas  
 ProfEPT/IFAM

Documento assinado digitalmente  
 **SANGELITA MIRANDA FRANCO MARIANO**  
 Data: 02/07/2024 19:24:22-0300  
 Verifique em <https://validar.if.gov.br>


---

Profa. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano - Membro Titular Interno  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - ProfEPT/IFGoiano

Documento assinado digitalmente  
 **ARMINDA RACHEL BOTELHO MOURÃO**  
 Data: 06/07/2024 12:29:41-0300  
 Verifique em <https://validar.if.gov.br>

---

Profa. Dra. Arminda Rachel Botelho Mourão - Membro Titular Externo  
 Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Documento assinado digitalmente  
 **RENATA BRELAZ GONDIM**  
 Data: 29/06/2024 16:12:58-0300  
 Verifique em <https://validar.if.gov.br>

---

Renata Brelaz Gondim e Silva  
 Discente